

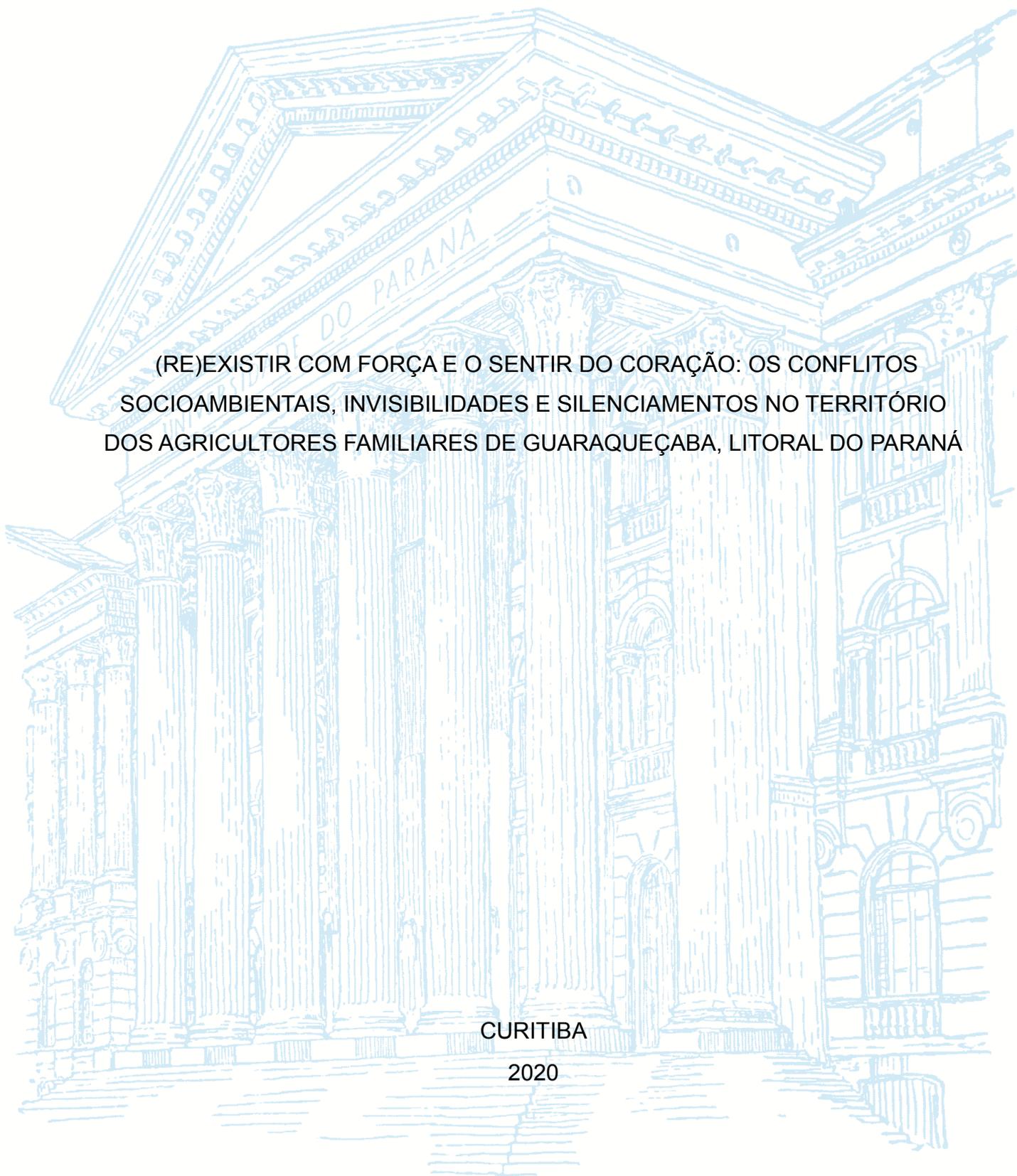
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHALIA DE JESUS SIBUYA

(RE)EXISTIR COM FORÇA E O SENTIR DO CORAÇÃO: OS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUARAQUEÇABA, LITORAL DO PARANÁ

CURITIBA

2020



NATHALIA DE JESUS SIBUYA

(RE)EXISTIR COM FORÇA E O SENTIR DO CORAÇÃO: OS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUARAQUEÇABA, LITORAL DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento no enfoque espacial de Ruralidades, Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin
Coorientadora: Prof^a. Dr^a Katya Isaguirre-Torres

CURITIBA
2020

Sibuya, Nathalia de Jesus

(Re)existir com força e o sentir do coração: os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território dos agricultores familiares de Guaraqueçaba, Litoral do Paraná. / Nathalia de Jesus Sibuya - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Valdir Frigo Denardin.

Coorientadora: Katya Isaguirre-Torres.

1. Agricultura familiar - Conflitos socioambientais - Guaraqueçaba (PR).
2. Desigualdade social. 3. Segregação da pobreza. I. Denardin, Valdir Frigo. II. Isaguirre-Torres, Katya. III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.

Sistema de Bibliotecas/UFPR

Guilherme Luiz Cintra Neves - CRB9/1572



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRARIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **NATHALIA DE JESUS SIBUYA** intitulada: **(RE)EXISTIR COM FORÇA E O SENTIR DO CORAÇÃO: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUARAQUEÇABA, LITORAL DO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Fevereiro de 2020.



VALDIR FRIGO DENARDIN

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



CARINA CATIANA FORPA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



ROSILENE KOMARCHESKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA)



EDUARDO HARDER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho a todos os povos e comunidades da nossa América Latina/Abya Yala, que mesmo diante das dificuldades demonstram seu (re)existir com força e o sentir do coração, e assim me inspiram a prosseguir com amor nos trilhares da vida. Em especial, toda minha admiração e carinho aos agricultores familiares de afeto em Guaraqueçaba, no Litoral do Paraná.

Em memória a Nelson Yoshio Sibuya, pai querido, você permanece vivo em minhas referências.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado não é realizada de maneira isolada. É uma rede de tecituras feita de afetos, experiências, sociabilidades e sensibilidades que a sustenta durante todo percurso. E sem essa rede com certeza não seria possível o ato de chegar até “o fim do recomeço”.

Primeiramente agradeço a Deus, a minha santa protetora Nossa Senhora Aparecida, a Nhanderu e Nhandexy Hete, a sincronicidade do Universo e da Natureza. E, principalmente, a toda espiritualidade que transcendeu obstáculos e me moveu mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha mãe e irmã pelo apoio incondicional, a educação propiciada e o amor depositado desde sempre. Muitas vezes vocês não compreenderam certas situações, mas acreditaram no meu potencial. Nossas dificuldades nos fizeram uma família mais forte e verdadeira, amo muito vocês, obrigada por tudo!

À minha rede de amigos de empatia e reciprocidade, que também foram minha família em tantos momentos e me lembravam de como eu deveria ser a minha própria força e casa. E lá vai uma dedicatória especial para cada um, porque sou dessas...

À Maria Fernanda, obrigada por me mostrar que empatia e sensibilidade quebram barreiras. E me ensinar como nós mulheres somos fortes desde nossas ancestrais, podemos e devemos chegar onde quisermos. Você é uma amiga irmã de afeto enviada nos momentos bons e também nos mais complexos, evoluímos muito juntas.

À Letícia, amiga irmã do coração, não tá escrito tudo que já compartilhamos e vivemos juntas, apoio mútuo na vida. Obrigada por cada alegria, conversa, choro, risada, tê-la ao meu lado foi um fortalecimento diário.

À Gre, minha amiga irmã, em tantos momentos você me escutou e esteve comigo dando apoio, incentivo e me lembrando da força que tenho. Obrigada por ser uma amiga fiel e estar sempre presente.

À Laís, grande amiga, parceira de trabalhos e apoio mútuo que eu ganhei, é um presente te conhecer e dividir tantas coisas juntas.

Ao Luiz, meu melhor amigo, você fez toda diferença na minha vida com seu apoio, conselhos e palavras sensatas. Obrigada por me incentivar desde sempre,

por fazer com que eu enxergasse o meu potencial em tantos momentos e ser minha inspiração no geoprocessamento.

À Fernanda, Nathalie e Carol Martins da Gestão Ambiental para a vida, obrigada por tudo amigas, horas próximas ou horas distantes, vocês sempre estavam prontas para dar uma palavra de apoio e incentivo.

Agradeço também ao Diego por ter me apoiado em vários momentos durante esse processo e de fazer parte disso de certa forma.

Minha eterna gratidão aos agricultores familiares das comunidades de Açungui, Tagaçaba e Potinga em Guaraqueçaba, que fizeram parte desta pesquisa e compartilharam comigo parte de suas alegrias, angústias, anseios, conflitos, cotidianos, medos, sofrimentos e sonhos. Enfim, dividiram suas vidas comigo e o (re)existir com força e o sentir do coração. Obrigada por toda confiança depositada na minha pessoa e no meu trabalho, por todos os laços de afeto e carinho, vocês são os verdadeiros guardiões e agentes da conservação socioambiental no território.

Minha sincera gratidão e admiração ao meu orientador Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin pela sua dedicação durante todos esses anos. O seu apoio, confiança, paciência e incentivo foram indispensáveis durante todo meu percurso acadêmico. Agradeço sua imensa generosidade em compartilhar experiências e conhecimentos desde a minha graduação, sendo uma grande referência para mim sobre Guaraqueçaba e as alternativas para o Litoral do Paraná. Os seus conselhos, orientações e compreensões foram fundamentais para eu finalizar esta pesquisa e este ciclo. Obrigada por acreditar no meu potencial e em todos os meus trabalhos e pesquisas!

Do mesmo modo, minha sincera gratidão e admiração a Prof. Dra. Katya Izaguirre pela sua dedicação como minha coorientadora, sua sensibilidade e colaboração. Obrigada pelos diálogos, pelas correções e apontamentos, pela paciência e confiança no meu trabalho.

Agradeço também com muito afeto, carinho e admiração o Prof. Dr. Eduardo Harder, uma grande referência desde a graduação. Agradeço pela participação na minha banca de qualificação e defesa, pelas ricas contribuições e reflexões sobre todo o processo do meu trabalho e pela total disponibilidade e humanidade demonstrada. Obrigada pela amizade, pelo incentivo e motivação nos mais variados momentos durante o meu percurso acadêmico, profissional e pessoal. Cada palavra

sua de incentivo fez uma grande diferença para o olhar de uma ciência de sensibilidade.

À Prof. Dra. Rosilene Komarchescki, minha grande amiga e irmã para vida, você esteve presente do início ao fim, em todos os momentos, você sabe que é muito parte de tudo isso! Uma grande referência como gestora ambiental, pesquisadora, professora, amiga, mãe e mulher. Minha eterna veterana e agora Profa inspiração! Obrigada pela sua amizade sincera, por estar comigo dando apoio, incentivo e conselhos tão fundamentais. E por ter vindo direto de Rondônia participar e trazer contribuições valiosas para a minha banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Ricardo Pazello, que participou da minha banca de qualificação, agradeço pelo tempo dedicado a minha pesquisa, as contribuições e reflexões realizadas sobre o trabalho. E a Prof. Dra. Carina Catiana Foppa por aceitar o convite para a minha banca de defesa e trazer importantes apontamentos e reflexões para esse momento.

Ao Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por possibilitar que esta pesquisa pudesse se concretizar e assim tornar público anseios, buscas, dicotomias, esperanças, sentimentos e sonhos. Agradeço a todos os docentes do MADE pelas experiências e conhecimentos compartilhados. Também agradeço os colegas da turma do Mestrado III e Doutorado XI que tornaram a trajetória mais leve, alegre, divertida e enriquecedora. Em especial a Maria, Mary, Carol, Gi, Claudia, Thamy e Abner pelas conversas, anseios coletivos, desabafos, angústias, indignações, alegrias, esperanças e conquistas, seja no ônibus coletivo, nos almoços e cafés, nos eventos e movimentos sociais.

À UFPR Litoral pela contribuição na minha formação acadêmica, profissional e pessoal, por me apresentar outros horizontes e mundos, e permitir o estabelecimento de laços e parcerias para além da graduação. Agradeço principalmente a Prof. Dra. Andréa Máximo Espínola, uma verdadeira amiga, referência durante todos esses anos. À Prof. Dra. Juliana Quadros minha eterna orientadora da graduação, uma das pessoas mais generosas que eu conheço e grande referência. À Prof. Dra. Liliani Tiepolo, que participou de um dos seminários desta pesquisa, agradeço pelas experiências e conhecimentos compartilhados e a disponibilidade que sempre demonstrou. E a Prof. Ana Elisa pelos diálogos e

reflexões durante muitos momentos e a aprendizagem de outros modos de fazer ciência.

Ao Projeto de Extensão Farinheiras no Litoral do Paraná pelo auxílio de transporte nas saídas de campo a Guaraqueçaba e todos os ensinamentos que ressignificaram minha trajetória. Carinho e afeto definiram, definem e definirão sempre esse espaço e oportunidade.

À 3ª seção de Estatística e Planejamento do Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Paraná pelo fornecimento dos dados dos boletins de ocorrências ambientais.

Aos gestores e analistas da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e da Reserva Biológica Bom Jesus, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pelo fornecimento de dados espaciais e informações sobre a área de estudo.

Aos analistas da EMATER-PR pela participação na pesquisa com o fornecimento de suas percepções sobre a região.

Ao Sidney Vikou por todo auxílio com o Geoprocessamento e o Qgis.

Ao Thi, Punk e Dedé do Projeto Agro, Ecos e Saberes uma conexão de trabalho e anseios coletivos que se tornou uma grande amizade colaborativa para além. Ao agricultor, extensionista e Prof. Dr. Júlio Bittencourt por contribuir em muitos momentos de reflexão sobre a Agroecologia, a ciência humanizada e o mundo rural.

Ao Projeto Origem, a Bruna amiga irmã da vida e ao Juan, queridos nem sei como agradecer o quanto a nossa conexão despreziosa que iniciou naquele café me fez evoluir no pessoal e profissional. Agora eu enxergo ainda mais o mundo com outras lentes, lentes mais verdadeiras, reais com mais afetos, sensibilidades e sorrisos sinceros. Obrigada por tudo parceiros! Cada conversa, cada reunião, cada saída nas aldeias, cada momento, estamos juntos daqui para além sonhando em busca de transformar e evoluir.

Ao Movimento de Mulheres Indígenas Jera Rete e a Aldeia Kuaray Haxa em Guaraqueçaba, tantas mulheres maravilhosas unidas só poderia ocasionar uma grande revolução, obrigada por tantos momentos compartilhados que me fazem melhor a cada dia! Agradecimento especial a Jéssica, Eliane e Elza.

À Juliana Kerexu, família e a Tekoa Takuaty, amiga obrigada por vocês me ensinarem tanto sobre ancestralidades, saberes tradicionais, memória e oralidade,

direitos coletivos, coevoluir com a natureza, (re)existir com força e sentir com o coração. Vocês a cada dia me fazem uma pessoa melhor e mais conectada com a minha verdade interior e conectada com aquilo que vale a pena.

Ao amigo Jonas e o Acampamento do MST José Lutzenberger pela amizade, carinho e abertura já demonstrados desde a graduação. Agradeço pelo compartilhamento de experiências, de reflexões sobre o território e os povos e comunidades tradicionais do nosso Litoral do Paraná, pela inspiração em lutar e transformar!

À Leonor, da Ponta Oeste da Ilha do Mel, por me enviar mensagens afetuosas e me dar carinho como se fosse uma de suas netas. Obrigada por todo carinho e por ser essa grande mulher que me ensina muito sobre força, (re)existência, luta contínua, vida, amor, carinho, persistência.

À Sandra e o Sítio Recanto Nativo, obrigada por toda disponibilidade em dividir comigo suas histórias e trajetórias no mundo rural. Obrigada por me ensinar mais em cada conversa e encontro, na feira ou na sua propriedade, sobre (re)existência na agricultura familiar e na agroecologia. Obrigada por ser essa mulher agricultora do campo tão corajosa e forte.

À Jane Cherem, ao Jonas e a Juliana por serem em tantos momentos o meu espaço de alento, de reflexão e de busca de autoconhecimento.

À CAPES pelo auxílio financeiro que permitiu a minha dedicação total a pesquisa, a realização das saídas de campo e a participação em cursos e congressos. A universidade pública e a pesquisa seguem (re)existindo!

*El amor es torbellino
De pureza original,
Hasta el feroz animal,
Susurra su dulce trino,
Detiene a los peregrinos,
Libera a los prisioneros,
El amor con sus esmeros
Al viejo lo vuelve niño
Y al malo solo el cariño
Lo vuelve puro y sincero*

(Volver a los diecisiete - Violeta Parra)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos decorrentes das assimetrias na apropriação, material e simbólica, da natureza, bem como do território, nas comunidades de agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba inseridas em Guaraqueçaba no interior da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no entorno da Reserva Biológica Bom Jesus. A sua realização ocorreu por meio de um “criar, pensar, fazer” a pesquisa científica com mais “sentir, tocar, viver” como intenção de romper com a “opção da neutralidade científica” e assim provocar o despertar para uma ciência crítica, engajada e sensível. Deste modo, foram utilizadas transversalmente as abordagens analíticas da Ecologia Política e da Ecologia Política Latino-Americana como um dos percursos que tem auxiliado a responder de maneira horizontal as questões que envolvem os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território. Como procedimentos metodológicos também foram adotados a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa quali-quantitativa com a realização de entrevistas as lideranças locais das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba e as principais instituições e organizações presentes no território. O geoprocessamento também foi utilizado como instrumento de análise espacial dos 556 boletins de ocorrências coletados no Batalhão de Polícia Ambiental do Paraná (BPAMB-PR) com a devida autorização legal, dos anos de 2011 a 2015, de natureza constatada caracterizando crime ambiental e de natureza não constatada sem ilicitude. A partir desse contexto, enfatiza-se a relação entre a produção e intensificação dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos nas comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba e a territorialização de uma natureza colonizada através das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade num continuum entre passado, presente e futuro. Essa territorialização é representada principalmente através de um modelo dominante de conservação da natureza baseado na criação de áreas protegidas com viés de separação entre sociedade e natureza e da perpetuação das restrições e sobreposições das legislações ambientais incidentes. Conclui-se com todo esse universo colocado, que as restrições no acesso e controle da natureza e seus recursos naturais, assim como do território, alteram significativamente os modos de ser, fazer e (re)existir dos agricultores familiares desta pesquisa. Contudo, esses agricultores continuam (re)existindo com força e o sentir do coração.

Palavras-chaves: Conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. Agricultores familiares. Guaraqueçaba, Litoral do Paraná.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the socio-environmental conflicts, invisibilities and silences arising from the asymmetries in the material and symbolic appropriation of nature, as well as the territory, in the family farmers communities of Açungui, Potinga and Tagaçaba inserted in Guaraqueçaba inside the Guaraqueçaba Environmental Protection Area and around the Bom Jesus Biological Reserve. Its realization took place through a "create, think, do" scientific research with more "feel, touch, live" as an intention to break the "option of scientific neutrality" and thus trigger the awakening to a critical, engaged science and sensitive. Thus, the analytical approaches of Political Ecology and Latin American Political Ecology were used across the board as one of the paths that has helped to answer horizontally the questions that involve socioenvironmental conflicts, invisibilities and silences in the territory. As methodological procedures were also adopted bibliographic and documentary research, qualitative and quantitative research with interviews conducted with local leaders of the communities of Açungui, Potinga and Tagaçaba and the main institutions and organizations present in the territory. Geoprocessing was also used as an instrument for spatial analysis of the 556 incident reports collected at the Paraná Environmental Police Battalion (BPAMB-PR) with the proper legal authorization, from 2011 to 2015, of a verified nature characterizing environmental crime and nature not found unlawfully. From this context, we emphasize the relationship between the production and intensification of socio-environmental conflicts, invisibilities and silences in the communities of Açungui, Potinga and Tagaçaba and the territorialization of a colonized nature through the dominant logic of "development" and coloniality in a continuum between past, present and future. This territorialization is represented mainly through a dominant nature conservation model based on the creation of protected areas with a separation bias between society and nature and the perpetuation of the restrictions and overlaps of the incident environmental laws. It is concluded with all this placed universe, that the restrictions on the access and control of nature and its natural resources, as well as the territory, significantly alter the ways of being, doing and (re)existing of the family farmers of this research. However, these farmers continue to (re)exist with force and the feeling of the heart.

Keywords: Socio-environmental conflicts, invisibilities and silences. Family farmers. Guaraqueçaba, Coast of Paraná

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE GUARAQUEÇABA EM 2006.....	37
TABELA 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E USO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA.....	38
TABELA 3: FRAGILIDADE SOCIOECONOMICA DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA.....	38
TABELA 4: RELAÇÃO DAS REUNIÕES OBSERVADAS.....	41
QUADRO 5 – RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA.....	103
TABELA 6: PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS VIGENTES EM GUARAQUEÇABA.....	140

FIGURA 22 – FAIXA DE PROTESTO NA PR-405.....	121
FIGURA 23 – FAIXA DE PROTESTO NA PR-405.....	121
FIGURA 24 – BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AUTUAÇÃO EM GUARAQUEÇABA.....	142
FIGURA 25 – MAPA DE CALOR OCORRÊNCIAS AMBIENTAIS EM GUARAQUEÇABA 2011-2015.....	147
FIGURA 26 – MAPA DAS OCORRÊNCIAS AMBIENTAIS EM GUARAQUEÇABA 2011-2015.....	149

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
BOU – Boletim de Ocorrência Unificado
BPAMB – Batalhão da Polícia Ambiental
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
EJOLT – Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESEC – Estação Ecológica
EP – Ecologia Política
EPL – Ecologia Política Latino-americana
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
GA – Gestão Ambiental
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS-E – ICMS Ecológico
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCMAL – Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA – Parque Nacional
PI – Proteção Integral
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPGMADE – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

PR – Paraná

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar

REBIO – Reserva Biológica

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

UC – Unidade de Conservação da Natureza

UCs – Unidades de Conservação da Natureza

UFPR - Universidade Federal do Paraná

US – Uso Sustentável

SUMÁRIO

1	PRÓLOGO: AS HISTÓRIAS DE SI E O “CRIAR-PENSAR-FAZER” UMA PESQUISA CIENTÍFICA COM MAIS “SENTIR-TOCAR-VIVER”	11
2	INTRODUÇÃO	23
1.2	OBJETIVO GERAL	34
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	34
3	METODOLOGIA	35
3.1	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	35
3.2	AS COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES	36
3.3	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	40
4	“NO TEMPO DOS MEUS AVÓS E DOS MEUS PAIS”: AS RAÍZES DA PRODUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	47
4.1	“NASCI NO MATÃO AQUI”: A MATA ATLÂNTICA DE GUARAQUEÇABA UM TERRITÓRIO DE (RE)EXISTIR COM FORÇA E O SENTIR DO CORAÇÃO	52
4.2	O AGRICULTOR FAMILIAR COMO IDENTIDADE POLÍTICA DE (RE)EXISTÊNCIA	63
4.2.1	Agricultor-pescador?	71
4.2.2	A agricultura de subsistência versus as grandes propriedades	73
4.2.3	Do mutirão ao fandango caiçara	77
4.2.4	Do palmito juçara (o ouro branco) à pupunha	82
4.2.5	Do plantio da mandioca a arte de fazer farinha de mandioca	89
5	A TERRITORIALIZAÇÃO DA NATUREZA COLONIZADA: A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	97
5.2	“TÃO CARO TÁ SAINDO PARA NÓS, QUEM NASCEU, QUEM VIVE AQUI NESSE LITORAL”	109
5.3	“E NO SPVS SE ENTRAR LÁ VAI PRESO, É ASSIM QUE FUNCIONA”	118
5.4	“VOCÊ NÃO PLANTOU, VOCÊ NÃO DESFRUTOU, VOCÊ PASSOU NECESSIDADE E QUEM QUE VAI PAGAR ISSO PARA TUA FAMÍLIA QUE VAI FICAR?”	126
6	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DA POLÍCIA AMBIENTAL DO PARANÁ	138

7	QUAIS SÃO OS DESAFIOS COLOCADOS PARA PENSAR A GUARAQUEÇABA DE AMANHÃ?	153
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FIM DO RECOMEÇO	156
9	REFERÊNCIAS	161
10	ANEXOS	181
10.1	ROTEIROS DE ENTREVISTAS	181
10.1.1	Comunidades	181
10.1.2	Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	187
10.1.3	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	191
10.1.4	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná	194

1 PRÓLOGO: AS HISTÓRIAS DE SI E O “CRIAR-PENSAR-FAZER” UMA PESQUISA CIENTÍFICA COM MAIS “SENTIR-TOCAR-VIVER”

Inventei de mexer com quem estava quieto, puxei conversa, dei-me ao atrevimento de cutucar onças com vara curta. Agora aqui estou, meio atordoado por tantas vozes, incerto de meus próprios caminhos, mas desejoso de trazer mais vozes à mesa de nossa interlocução. Estou consciente de que a folha que dá suporte ao escrever o dará também a muitas leituras, divergentes, diferentes, isto é, que levem a muitos sentidos, contraditórios até.

Escrever é Preciso, Mário Osorio Marques (2006, p. 27).

Acaso eu tenha o difícil ofício de sintetizar a você, interlocutora e interlocutor, os meus trilhares com o universo de pesquisa, o processo de escrita e os tracejares desta dissertação de mestrado numa determinada frase, esta se intitula: “Pequenos passos, muitas velas e grandes alvoradas”.

Há algum tempo resolvi ler o livro “No ar rarefeito”, a minha intenção era mergulhar numa obra que não fosse estritamente acadêmica e o dia de inverno em Curitiba estava propício para tal empreitada. Nessa obra Krakauer (1997) relata a crescente comercialização da montanha e uma das expedições mais trágicas da cronologia do Everest¹. Contudo, um dos elementos que mais me impressionou foi como o autor escolheu fazer isso em meio à narrativa. Ele o fez através das suas próprias experiências no percurso, como ser humano, jornalista e alpinista. E principalmente sem ocultar o sentir de cada situação.

Então, de repente, notei em minhas reflexões o quanto uma pesquisa científica também espelha nossas experiências, sociabilidades, sentimentos e sensibilidades nos percursos da vida. E ainda, como tudo isso se assemelha de algum modo com a subida de uma montanha, que é repleta de desafios e superações sinuosas. Uma vez que, ambas – tanto a pesquisa científica quanto a subida de uma montanha – são iniciadas de “pequenos passos”, várias aspirações e certos receios. No decorrer de seus trilhares são encontradas adversidades, “muitas velas” e obstáculos. Porém, os propósitos de seguir adiante são impulsos de chegada ao cume, ao fim do recomeço e as “grandes alvoradas”.

Assim, acredito que na construção de uma pesquisa científica como esta que aqui se compõe não há possibilidades das histórias de si de um pesquisador,

¹ O Everest está localizado na Cordilheira do Himalaia, é a montanha de maior altitude na Terra.

sujeito humano, não se entrelaçar com o viés acadêmico e suas pressupostas escolhas. Não somos seres alheios ao sentir do mundo e da vida. O “criar-pensar-fazer” a pesquisa é uma simbiose de aprendizagens sobre si e os outros; de autoconhecimento sobre o id, o ego e o superego²; e de indagações acerca da ciência, das instituições e do papel transformador do pesquisador na sociedade. E, sim, que perpassam pelo “sentir-tocar-viver” dos mais diversos e intensos sentimentos e sensibilidades.

O “criar-pensar-fazer” e o “sentir-tocar-viver” tem inspiração principalmente em Escobar (2014), que retoma o conceito de “*sentipensamiento*” popularizado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1986) e avança com o “*sentipensar con la tierra*”. Para o autor o “*sentipensar*” com a terra e o território implica pensar desde o coração e a mente, o corazonar, é a forma como os povos e comunidades aprenderam a viver. Neste sentido, tento através dessa inspiração compreender a importância de reconhecer os laços estabelecidos durante uma pesquisa científica, dar significado as experiências e destacar a existência de outros sentidos sobre olhar o mundo e a vida.

Afinal, realmente é possível separar as experiências objetivas das experiências subjetivas numa dada pesquisa científica? Existem relações sociais que sejam apolíticas e não estejam permeadas por relações de poder na sociedade? As lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade transformaram e dizimaram o “eu sujeito humano” dos pesquisadores científicos? A suposta “neutralidade” das relações no meio acadêmico é oportunista? Há um forte momento de dissensos e pessimismos convenientes? Existe uma só ciência? Há uma só maneira de olhar o mundo e a vida?

De imediato, o admitir de entrelaçares acadêmicos, profissionais e pessoais não é exercer uma *Junk Science*³, mas ponderar que as histórias de um pesquisador, dos seus pares ampliados e dos sujeitos envolvidos na pesquisa são capazes de elucidar, palavras, linhas e posições. Neste sentido, Leff (2014) afirma que as rupturas entre objeto e sujeito, corpo e alma, razão e sentimento, natureza e cultura, ciências naturais e ciências sociais são invenções da ciência moderna e da modernidade. Na mesma direção, Sousa Santos (2002) salienta que a distinção

² Id, ego e superego são conceitos criados por Freud para explicar o funcionamento da mente humana.

³ O termo é utilizado para denominar uma ciência desqualificada ou popularmente uma “ciência lixo”.

entre sujeito e objeto corresponde ao momento da ignorância⁴, ou colonialismo, onde existe a incapacidade de estabelecer relação com o outro a não ser o transformando em objeto. Posteriormente, Sousa Santos (2007) aprofunda essa reflexão e discorre sobre a ocorrência de um “epistemicídio”⁵ e o respectivo desperdício das experiências cognitivas. Para esses autores é necessário problematizar as bases da produção do conhecimento, reconhecer as incertezas e incompletude da ciência “moderna” e “neutra” e construir novas epistemologias e rumos.

Mas, será que isso se coloca como algo tranquilo nos trilhares de um pesquisador? Acredito que é um ofício árduo. Shiva (2003, p. 25), por sua vez, alerta: “o saber científico dominante cria uma monocultura mental⁶ ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais [...]”. Para a autora os sistemas modernos de saber são provenientes de uma cultura dominadora e colonizadora, são eles os próprios colonizadores. Floriani (2006) ainda destaca que o conhecimento científico além de se inscrever na lógica da produção material das sociedades, expressa um campo de conflitos simbólicos, refletindo-se em diversas dimensões sociais. Portanto, o processo de construção de uma pesquisa científica é constituído por campos permanentes de disputas assimétricas, hibridismos⁷, poderes e tensões.

Conhecimentos, experiências, identidades, práticas, saberes e vozes são propositalmente deixados “do outro lado da linha abissal” (SOUSA SANTOS, 2007), ao passo que também “coevoluem” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008) e “r-existem” (PORTO-GONÇALVES, 2002) demarcados pela diversidade e pluralidade de uma linguagem que não é expressa somente em valores monetários e comensuráveis (ALIER, 2008).

A ciência e suas instituições são detentoras de papéis estratégicos na sociedade. O “criar-pensar-fazer” uma pesquisa científica é o assumir de

⁴ Para Sousa Santos (2002, p. 82): “A ciência moderna existe num equilíbrio delicado entre a relativa ignorância das condições do objeto do conhecimento e a relativa ignorância das condições do conhecimento que pode ser obtido sobre ele”.

⁵ Para Santos (2017) o epistemicídio é a morte do conhecimento (informação verbal). Ciclo UFMG 90. Conferência de Boaventura de Sousa Santos: “**As epistemologias do Sul e a descolonização da universidade**”.

⁶ O termo é uma interessante analogia as monoculturas de variedades de plantas importadas, que substituem e destroem a biodiversidade local (SHIVA, 2003).

⁷ Aqui se emprega hibridismos no sentido definido por Canclini (2015, p. 19): “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

compromissos, escolhas e posicionamentos. O pesquisador possui um poder em suas mãos, em sua escrita, enfim, em sua maneira de lutar e transformar. Estar e fazer parte da universidade são condições de privilégio na nossa sociedade. Nem todas as pessoas têm acesso a esse espaço e aos conhecimentos que são ali adquiridos, compartilhados e produzidos. Freitas e Porto (2004) e Porto e Finamore (2012) afirmam que os pesquisadores têm atribuições fundamentais na promoção da justiça ambiental e da capacidade argumentativa daqueles que se encontram na contramão da lógica dominante de “desenvolvimento”.

Pensar novos rumos de produzir conhecimento científico exige a adoção de uma postura favorável à construção de uma ciência crítica, engajada e sensível (SIBUYA et al 2018). Uma ciência que fortaleça e legitime o diálogo entre os distintos conhecimentos, experiências, histórias de si, sociabilidades, sentimentos, sensibilidades e saberes. Krenak (2017, p. 2), liderança do movimento indígena brasileiro e protagonista de textos científicos poéticos com muito “sentir-tocar-viver”, afirma: “O tempo reclama novas epistemologias, visões para um mundo em vertigem”. Outras epistemologias e olhares são precisos para ressignificar o “criar-pensar-fazer” ciência e a pesquisa científica com mais afetividade, alteridade, autonomia, cidadania, coletividade, empatia, engajamento, ética, justiça e sensibilidade.

Do mesmo modo, busco algumas inspirações em Benjamin (1987), seja no clássico texto “Sobre o conceito de História”, nos escritos sobre experiência e memória, e principalmente na relação de empatia que o autor estabelece com o outro lado da história, os invisibilizados, os oprimidos, os silenciados, os vencidos. Aqui também são pertinentes as colocações de Sousa Santos (2002, p. 83): “Do ponto de vista do conhecimento emancipatório, a distinção entre sujeito e objeto é um ponto de partida e nunca um ponto de chegada”; e de Josso (2007, p. 414) “[...] todo projeto de formação cruza, à sua maneira e nas palavras de seu autor, com a temática da existencialidade associada à questão subsequente da identidade (identidade para si, identidade para os outros)”.

A vista disso deixo de lado a opção da neutralidade científica e incorporo toda essa discussão acima mencionada. Assumo com sensatez que os meus trilhares com o universo de pesquisa, o processo de escrita e os tracejares desta dissertação estão relacionados também as minhas histórias de si, experiências, sociabilidades, sentimentos e sensibilidades nos percursos da vida. Também

assumo a importância de reconhecer o conhecimento como inacabado e em constante processo de construção e mutação. Assim, o ponto de partida para as reflexões aqui lançadas tem suas raízes nas minhas reminiscências e afetividades. Não, não tenho intenção de remontar detalhes exaustivos. No entanto, evidencio as nuances para que, você interlocutora e interlocutor, compreenda de onde eu me enuncio: o meu lugar de escrita, de fala e de experiência.

Desde a infância, de certa maneira, eu possuía uma admiração e fascínio pela natureza e suas relações de complexidade. Obviamente que a minha visão e sentidos ainda se inseriam num quadro limitado pelas condições daquele período. Eu nasci na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo (Sudeste do Brasil), porém aos dois anos de idade meus pais se mudaram a trabalho para Curitiba no estado do Paraná (Sul do Brasil). Em Curitiba foi onde cresci e ainda moro atualmente.

A minha descendência é carregada de traços indígenas, quilombolas, portugueses, japoneses e de amor e respeito à sagrada mãe terra. Os meus ancestrais possuíam um forte vínculo com o mundo rural e a natureza. Ambos os meus avós, maternos e paternos, tinham suas raízes fincadas na agricultura familiar.

Entretanto, muito das histórias e memórias da minha família se perderam com a passagem do tempo e na falta de escuta das oralidades dos mais velhos. Um exemplo disso é que a meu bisavô materno era indígena e na nossa família pouco se sabe sobre suas e nossas raízes. Apesar disso, alguns episódios da minha família voltam em minha memória como sequências de um curta-metragem.

O trabalho escolar em que mobilizei a família inteira na empreitada de catalogar plantas e sementes nas áreas verdes de Curitiba. A caixa vermelha do meu pai, onde havia uma coleção de fichas científicas sobre a fauna e flora mundiais, já naquele período eu me perguntava sobre a existência de tanta diversidade no mundo. A curiosidade do meu pai sobre as espécies de peixes, a pesca e a Amazônia brasileira. As afetividades das minhas avós sobre suas experiências, práticas e usos no mundo rural. Ou ainda, a simples sensação de liberdade que eu sentia no contato com áreas rurais e litorâneas nas viagens de férias em família.

Nesse período os meus pais não eram pessoas engajadas ativamente nas questões sociopolíticas da sociedade. Em suas narrativas sobre a infância e a juventude observei o quanto foram desfavorecidos em termos de formação de base sociopolítica. Porém, constato o quão simbólico foi eu ter crescido na musicalidade

dos vinis de Violeta Parra, Mercedes Sosa, Elis Regina, Beth Carvalho, Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Maria Bethânia, Milton Nascimento, entre outros músicos que utilizavam a música também como uma forma de expressão crítica e popular. Além disso, quando eu perguntava a minha mãe sobre suas lembranças do período da ditadura militar de 1964 no Brasil, ela me respondia simplesmente que o contexto social de sua família era invisível para aquela sociedade.

Já a minha irmã mais velha posso afirmar que foi um impulso inicial para que eu me aproximasse das questões de justiça social e de sociopolítica. Recordo-me de um trabalho escolar em que ela percorreu as principais periferias de Curitiba com o objetivo de demonstrar a invisibilidade da “capital ecológica e modelo” e como tal temática despertou minha atenção e curiosidade. A minha irmã participava de maneira ativa nas mobilizações sociais a favor dos direitos coletivos e da democracia, ela detinha um grande interesse pelas questões sociopolíticas, e ainda me fez visualizar na educação pública um universo de possibilidades e pluralidades.

Considero o fato de eu ter frequentado a educação pública, escolas e universidade, um dos pontos cruciais para o desenvolvimento do meu senso de justiça, de luta pelos direitos coletivos e a democracia, e de empatia com a diferença. É claro que, com total consciência do lugar de privilégio que eu ocupava em comparação a outras minorias vulnerabilizadas pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Os meus professores tiveram papéis centrais na construção do conhecimento através da ética, da liberdade de expressão, da percepção, da sensibilidade e do senso crítico. Eles despertaram o meu avançar para tantas descobertas, indagações e reflexões. Além disso, a minha próspera identificação com os espaços dos movimentos estudantis também me fizeram atuante nas práticas e reivindicações por uma educação pública digna, de qualidade e emancipatória. Deste modo, compreendi melhor a importância desses espaços e dos protestos, greves e diversos movimentos sociais para a efetividade da democracia brasileira.

Em 2008 escolhi cursar Direito, através de uma bolsa de estudos parcial, numa instituição de ensino privada de Curitiba. As afinidades latentes com as ciências sociais e a ciência política me conduziram nesse caminho. Iniciei essa graduação me dividindo entre a universidade e um estágio num escritório de

advocacia. Mesmo com esse estágio ainda assim era difícil pagar as mensalidades da bolsa de estudos parcial e comprar todos os livros demandados. Dentro do Direito eu almejava trabalhar na área de Direito Ambiental, porém me soava contraditório o Direito Ambiental na matriz curricular do curso ser somente uma disciplina optativa. Transversalmente, pouco ou simplesmente não era discutida com profundidade a questão socioambiental. Então devido a todos esses fatores e a experiência prática que obtive no estágio decidi interromper o curso.

No ano de 2009 iniciei o bacharelado em Gestão Ambiental⁸, no Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estabelecido em Matinhos⁹, o Setor Litoral me propiciou uma formação pautada nas dimensões da autonomia, democracia, ética e humanidade, que ultrapassavam as fronteiras fixadas pela ciência “moderna” e “neutra”. Eu sempre disse que gostaria de ter uma profissão no qual eu pudesse ajudar as pessoas e transformar um pouco desta sociedade injusta e cheia de violências materiais, simbólicas e subjetivas. E a Gestão Ambiental veio nesse rumo e trilhar. Uma construção e desconstrução simultânea.

Durante toda a minha graduação obtive um contato profundo com as questões socioambientais e identifiquei alguns aspectos como responsáveis: (I) o papel ativo do estudante no processo de construção do conhecimento; (II) a aprendizagem alinhada ao desenvolvimento territorial sustentável de duas regiões “abandonadas” pela figura do Estado – o Litoral do Paraná e o Vale do Ribeira; (III) a articulação da universidade com a população local, instituições governamentais e não governamentais; e (IV) a leitura crítica das realidades contemporâneas.

Além disso, destaco a importância da extensão universitária para o entendimento da universidade como instrumento de transformação da sociedade e de “diálogo de saberes”¹⁰. Neste contexto, recordo da minha primeira experiência intensa com o mundo rural através do Projeto Rondon¹¹, onde trabalhei com os assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A experiência ocorreu na cidade de Eldorado dos Carajás no Pará (Norte do Brasil) e desconstruiu a minha visão de mundo acadêmico, profissional e

⁸ Maiores informações sobre o bacharelado em Gestão Ambiental consultar o site: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-ambiental/>

⁹ O município de Matinhos está localizado no Litoral do Paraná.

¹⁰ Definido por Leff (2014) como um encontro de racionalidades, de identidades, de seres e de saberes.

¹¹ É uma iniciativa de extensão em parceria com o Ministério da Defesa, os governos estaduais e municipais, e as Instituições de Ensino Superiores (IES), privadas e públicas.

pessoal. Uma verdadeira ressignificação do que foi e é a luta dos movimentos sociais por terra e território no Brasil.

Outra situação relevante foi a minha atuação como estagiária no programa de extensão universitária: “Farinheiras no Litoral do Paraná”. Este realizou ações para fomentar reestruturações socioprodutivas, socioculturais e socioambientais em farinheiras comunitárias. As farinheiras produziam farinha de mandioca artesanal através das práticas tradicionais dos agricultores familiares, que se localizavam nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná. Os agricultores familiares estavam inseridos no entorno ou interior de Unidades de Conservação (UCs) da Natureza. Assim, ao longo de três anos esse programa de extensão oportunizou a minha aproximação e a consolidação dos laços de afeto, confiança, empatia e reciprocidade com a maioria dos agricultores familiares da área de estudo proposta nesta dissertação.

O movimento de vivenciar o cotidiano desses agricultores familiares subscrito aos seus aromas, cores, sabores, sentidos, modos, práticas, usos, aspirações, alegrias, sonhos, anseios, angústias, problemáticas e conflitos me conduziram a certas indagações, inserções e reflexões inquietantes. Logo, é interessante enumerar a seguir alguns desfechos significativos desse movimento:

(I) O surgimento do meu projeto de aprendizagem¹² da graduação em Gestão Ambiental intitulado: “A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: um estudo de caso na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba”¹³. Este teve fragmentos publicados no “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); e no “*Atlas of environmental justice*”, da *Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT)*. Além disso, auxiliou no embasamento da ação civil pública movida pelo Movimento de Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) requerendo o direito efetivo à participação local no plano de manejo do Parque Nacional (PARNA) do Superagui.

¹² Na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral o projeto de aprendizagem é um eixo pedagógico equivalente ao desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso.

¹³ Coautoria de Luiz Fernando Guimarães Schwartzman e orientação da Prof^a Dra. Juliana Quadros.

- (II) A organização do “I Encontro das comunidades do Litoral do Paraná: diálogos e intercâmbios entre povos e comunidades tradicionais”¹⁴ realizado no Pré-Assentamento do MST José Lutzenberger;

Essa formação acadêmica, profissional e simultaneamente pessoal me possibilitou conhecer o quadro mais amplo dos conflitos socioambientais que envolvem os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos agricultores familiares e os mais diversos povos e comunidades tradicionais do Litoral do Paraná.

Os questionamentos frente à interface “Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento” não foram esgotados e determinaram a minha opção pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE)¹⁵ da UFPR. Este nasceu sob a chancela da Cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Rede de Formação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O PPGMADE é um dos primeiros programas de pós-graduação no Brasil a associar ciências naturais e ciências sociais, com o objetivo de compreender as problemáticas do meio ambiente e desenvolvimento e elaborar proposições teórico-metodológicas a partir de um contexto de trabalho interdisciplinar (ZANONI; RAYNAUT, 1994).

A interdisciplinaridade é o processo de diálogo entre as disciplinas definidas nas suas identidades teórico-metodológicas, porém conscientes de seus limitantes nas realidades operantes. A sua prática pressupõe a vontade de aprender com o outro, a despretensão de que seu saber seja superior ao do outro e a necessidade da destituição das esferas de poder da institucionalidade (ZANONI; RAYNAUT, 1994; RAYNAUT, 2004).

No mestrado do PPGMADE, a interdisciplinaridade é resultado das interações entre mestrandos, doutorandos e professores (de distintas áreas do conhecimento) nos módulos ofertados como disciplinas e nas reuniões mensais das linhas de pesquisa¹⁶. Essas interações, em sua maioria, têm como produtos as

¹⁴ O evento ocorreu em 2013 organizado pelas lideranças dos povos e comunidades tradicionais, a Motirõ - Sociedade Cooperativa e a UFPR - Setor Litoral. Registrou-se a participação de 12 comunidades – indígenas, quilombolas, grupos extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares – que totalizaram 85 pessoas (SCHWARTZMAN; SIBUYA, 2013).

¹⁵ Maiores informações sobre o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR consultar o site: <http://www.ppgmade.ufpr.br/>

¹⁶ O PPGMADE tem quatro linhas de pesquisa: 1) Epistemologia Ambiental; 2) Ruralidades, Ambiente e Sociedade; 3) Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano; 4) Usos e Conflitos dos Ambientes Costeiros (UFPR, 2018).

publicações de artigos científicos e estudos coletivos. Já no doutorado do PPGMADE, além dos fatores citados é necessário participar da construção de uma pesquisa coletiva interdisciplinar, da qual derivam as teses doutorais. Nessa situação a interdisciplinaridade é resultado de uma temática, de um espaço geográfico ou de uma instituição, ou, ainda, dos três elementos simultaneamente.

Assimilada toda essa dinâmica, esclareço que a presente dissertação de mestrado é integrada à linha de pesquisa de “Ruralidades, Ambiente e Sociedade”, que é portadora de uma tradição nos estudos vinculados ao mundo rural e suas interações com o meio ambiente e desenvolvimento. A linha em questão era composta de quatro mestrados (da Agroecologia, da Engenharia Agrônômica e da Gestão Ambiental) inclusa eu como parte integrante; três doutorandas (da Administração e da Engenharia Florestal); e sete professores (da Economia, da Engenharia Agrônômica, da Engenharia Florestal e da Sociologia).

Nesse espaço, de maneira singular, ocorreu uma nova experiência no campo da interdisciplinaridade: os mestrados participaram da construção preliminar da pesquisa coletiva interdisciplinar das doutorandas denominada nessa turma de “Conflitos e (in)justiça socioambiental, resistências, estratégias e alternativas de desenvolvimento”. Às vistas disso, um grupo de estudos foi criado e promoveu o diálogo de conceitos e teorias, o levantamento de dados secundários e a produção coletiva de um documento científico interdisciplinar. Este intitulado: “As estratégias de reprodução socioambiental dos agricultores familiares na Região Metropolitana de Curitiba e no Litoral do Paraná”.

Embora essa experiência tenha finalizado antes do previsto para os mestrados, principalmente devido aos prazos de defesa diferenciados entre mestrado e doutorado, o processo acarretou valiosas contribuições. No meu caso individual reafirmou mais uma vez a minha opção pela área de estudo no Litoral do Paraná e a construção do conhecimento científico através de uma ciência crítica, engajada e sensível. Além disso, trouxe os diálogos coletivos sobre o Litoral do Paraná e todas suas nuances: contraditórias, frágeis e potenciais.

Através do PPGMADE tive a oportunidade de participar¹⁷ do “*Congreso latinoamericano sobre conflictos ambientales*” e do “*Curso internacional sobre Ecología Política*”, da Universidade Nacional de General Sarmiento em Buenos

¹⁷ A participação nesses eventos só foi possível através do auxílio financeiro proporcionado pelo Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Aires. Esses eventos ocorreram com ativistas e pesquisadores como Enrique Leff, Héctor Alimonda, Joan Martínez Alier, Maristella Svampa, Victor Manuel Toledo e me propiciaram reflexões profundas sobre o “criar-pensar-fazer” e o “sentir-tocar-viver” a ciência e a pesquisa científica, e a integração de tudo isso com a vida, os movimentos sociais e os povos e comunidades tradicionais.

Posteriormente, também participei do curso de inverno sobre “Ecologia Política, território, saúde e justiça ambiental” ofertado pela FIOCRUZ no Rio de Janeiro, com o Marcelo Firpo de Souza Porto e Maurício Monkey. Essa imersão intensa provocou uma verdadeira ebulição e um processo interno de reavaliação, autorreflexão e reajuste. Não só na maneira de compreender um processo de pesquisa sem egos e a opção da neutralidade, mas como também de visualizar o mundo com outros olhares, lentes e sensibilidades. Um mundo de complexidades, contradições, incertezas e incompletudes. Um mundo de guerras de discursos e narrativas. Um mundo de lutas por reconhecimentos e novos rumos.

Essas experiências fortaleceram a minha aproximação com as horizontalidades da Ecologia Política (EP) e da respectiva Ecologia Política Latino-Americana (EPL). Além disso, evidenciaram a transversalidade do contexto da América Latina e seu atual quadro de conflitos socioambientais. A EP e a EPL foram saídas que visualizei para uma abordagem epistemológica e metodológica singular, que pudesse abarcar de maneira horizontal as inquietações e especificidades das comunidades rurais delimitadas e o campo de ação política implícito em todas as relações.

A práxis como colaboradora em projetos coletivos e interdisciplinares voltados à fotografia e a produção audiovisual socioambiental com diferentes povos e comunidades tradicionais me possibilitaram uma inserção ainda maior no campo simbólico, da etnografia e da antropologia visual. Desde 2018 tenho atuado num projeto de curta-metragem denominado “Agro, ecos e saberes” relacionado à temática dos agrotóxicos e saúde e a transformação para um bem viver integrado à Agroecologia. Esse projeto já ganhou dois prêmios em 2019, o II Festival de Cinema 5 Minutos de Saúde Coletiva e o I Festival Internacional de Cinema Agroecológico. E também trouxe a mim a importância fundamental do trabalho coletivo interdisciplinar e de dar voz às narrativas, às histórias e aos sentidos que não são contados, mas sim invisibilizados e silenciados.

Soma-se a isso a minha atuação no “Projeto origem”, uma organização com o intuito de apoiar, fortalecer e transmitir o (re)existir dos povos indígenas do Sul do Brasil. Essa organização busca através do diálogo de saberes, da fotografia, da formação de redes colaborativas e da pesquisa ética, engajada e sensível desenvolver projetos junto as aldeias. É interessante mencionar que existem etnias que o projeto abarca no entorno da área de estudo proposta nesta pesquisa. O “Projeto origem” me mostrou a importância da colaboração e da luta coletiva, da integração e do diálogo de saberes, e de como cada ação, decisão e escolha também é um ato político e uma maneira de transformar as realidades existentes.

Embora a práxis no “Agro, ecos e saberes” e no “Projeto origem” não sejam o foco desta pesquisa de mestrado, ela é um elemento que compõe essa reflexão e também dá suporte para o “criar-pensar-fazer” a pesquisa científica com mais “sentir-tocar-viver”. Assim, não há como não citá-los nessas linhas que foram escritas como parte desse processo.

Deste modo, pensar as questões socioambientais atuais implícitas e o despertar para uma ciência crítica, engajada e sensível exigem um olhar para as histórias de si, as experiências fundadoras e formadoras, e o desenvolvimento do autoconhecimento e de uma nova consciência. Cada trilhar acadêmico, profissional e pessoal formou a grande teia desta pesquisa, a grande teia do transformar, a grande teia da vida. Portanto, as convergências entre a área de estudo proposta nesta pesquisa, a abordagem da EP e da EPL, e a produção de conhecimento de forma dialogada originaram os objetivos desta pesquisa de mestrado.

2 INTRODUÇÃO

*“Soy el desarrollo en carne viva/ un discurso político sin saliva [...] Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina [...]”
(Latinoamérica, Calle 13)*

A estrofe enuncia a letra de *“Latinoamérica”* da banda porto-riquenha *“Calle 13”* ao poetizar sobre as dores e os sentidos que envolvem a nossa América Latina¹⁸. As batidas metafóricas dessa música ecoam da sala de aula, do curso de bacharelado em Gestão Ambiental, no Setor Litoral da UFPR. Este se localiza no município de Matinhos, Litoral do Paraná. O módulo de fundamentos teóricos práticos em andamento é o de Meio Ambiente, Sociedade e Cultura. Infelizmente, é a última turma dessa graduação neste formato, nomenclatura e universidade. Esse curso se transformou no bacharelado em Ciências Ambientais, com o intuito de melhor atender as demandas profissionais e mercadológicas dos estudantes e minimizar as consequências da precarização da universidade pública no Brasil.

O curso de Gestão Ambiental no país deriva suas origens da crise socioambiental global. Uma crise que continua se acentuando nos dias atuais e também se caracteriza por ser uma crise do conhecimento e civilizatória. O gestor ambiental busca dialogar, conectar e contribuir com as diferentes áreas do conhecimento no rompimento da dicotomia entre sociedade e natureza. Além de promover práticas mais justas, sustentáveis e viáveis em torno do meio ambiente e seus recursos naturais. Mas, atualmente exercer a profissão de gestor ambiental é ser sinônimo de coragem, resiliência, (re)existência, luta contínua e desafiar a própria vida em sua cotidianidade.

O Brasil tem demonstrado ser um local nocivo para os defensores da terra e do meio ambiente, um dos países que mais assassina e criminaliza tanto os profissionais da área como os povos e comunidades nos territórios (GLOBAL WITNESS, 2018). Nos últimos anos muitos colegas de profissão têm sofrido riscos ao trabalhar; adoecido fisicamente e psicologicamente; ocupado subempregos, dentro e fora da área, para poder sobreviver; ou ainda tiveram que ir embora do país em busca de melhores condições de trabalho. A Gestão Ambiental é uma profissão

¹⁸ Neste trabalho utilizo o termo América Latina/Latino-Americano por questões práticas. No entanto, reconheço as implicações e simbologias envolvidas na adoção do termo e assim como Alimonda (2017) afirmo que esse termo remete desde o começo a um núcleo problemático fundamental.

que ainda aguarda sua efetiva regulamentação¹⁹ no Congresso Nacional Brasileiro. Uma profissão que busca novas relações de trabalho baseadas em modelos mais colaborativos e no real sentido de desenvolvimento. Uma profissão que (re)existe a um dos maiores desmontes das políticas públicas ambientais e aos cortes orçamentários da educação no atual governo. Uma profissão que lida com a massiva ameaça aos ecossistemas e a sociobiodiversidade através da “desambientalização” (ACSELRAD, 2019) instalada no contexto sociopolítico brasileiro.

No dia 15 de outubro de 2018, data simbólica para a educação e seus educadores, eu, egressa do curso de Gestão Ambiental da UFPR Litoral, entrei em sala de aula como uma educadora. Mas, também entrei em sala de aula como amiga, mulher, humana, pesquisadora, estudante e cheia de “criar-pensar-fazer” e “tocar-sentir-viver”. Nessa ocasião eu havia sido convidada por outros professores, amigos, pesquisadores, humanos e cheios de “criar-pensar-fazer” e “tocar-sentir-viver” em seus percursos. A situação me provocou uma mescla de emoções, sentimentos e sensibilidades. Afinal, aquela era uma oportunidade de dar um mínimo retorno à universidade pública, que propiciou parte da minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Como diz o clássico ditado: “o bom filho retorna a casa”. Bem, e lá eu acredito que realmente me sinto em casa e afagada de boas lembranças de afetividades.

A intenção da aula era desconstruir epistemes e reflexões coletivas acerca dos povos e comunidades de um território: a nossa América Latina. Além de promover a discussão de certas questões inquietantes: “O que é para a América Latina ser o ‘desenvolvimento’ em carne viva?”; “Como os povos e comunidades são atingidos pelos conflitos socioambientais e acionam suas identidades políticas?”; e “Qual é o contexto, a localização social, do Litoral do Paraná dentro de todo esse universo complexo?”.

Neste sentido, conforme colocado na seção anterior, o campo de reflexões e ações políticas da Ecologia Política (EP) e da Ecologia Política Latino-Americana (EPL) se concretiza como um dos percursos que tem auxiliado a responder de

¹⁹ O Projeto de Lei 2664/2011 teve sua redação final aprovada em 10/04/2019 e agora segue para o Senado Federal. Maiores informações consultar: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=526823>

maneira horizontal a essas e outras questões inquietantes, que contribuem com os objetivos desta presente pesquisa de mestrado.

A EP se materializa como uma área inter e transdisciplinar (CASTAÑEDA, 2006), com o potencial de decolonizar-desconstruir-ressignificar. É inovadora e integradora, visto que dialoga e perpassa por diferentes áreas (LEFF, 2013)²⁰ e tipos de conhecimentos. Inclusive, conhecimentos não reconhecidos pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento”, da colonialidade e da ciência “moderna” e “neutra”. Para Toledo (2017) a EP se converteu numa contracorrente, uma nova expressão que procura superar a crise do conhecimento e, portanto é parte do pensamento complexo (informação verbal)²¹.

Um dos fatores que mais chamou a minha atenção para a abordagem singular da EP é que, apesar do seu surgimento se relacionar ao meio acadêmico através dos estudos de casos locais pioneiros da Geografia Humana e da Antropologia Social (ALIER, 2014a, 2014b), no seu âmago existe uma estreita relação com os movimentos ambientalistas e sociais (PORTO; ALIER, 2007). Existe nela uma legitimação de outras formas de conhecimento e da construção de um “criar-pensar-fazer” ciência com mais “sentir-tocar-viver”. Além disso, a EP é atrelada ao movimento pela justiça ambiental ou ecologismo popular. O movimento luta contra a distribuição desigual das cargas mais pesadas dos conflitos e riscos socioambientais oriundos da lógica dominante de “desenvolvimento” aos povos e comunidades vulnerabilizados²² (PORTO; ALIER, 2007; PORTO, 2012; ALIER, 2014a).

²⁰ Desde a Ecologia Cultural, a Ecologia Humana, a Geografia Crítica, a Antropologia, a Economia Política, a Economia Ecológica, a Sociologia Ambiental, os Estudos Pós-Coloniais e Pós Desenvolvimento, os Estudos Decoloniais, o Eco-marxismo, o Ecofeminismo, as Teorias da Complexidade até as abordagens Pós-Estruturalistas e Pós-Construtivistas da Natureza (LEFF, 2013).

²¹ TOLEDO, V. M. *Diálogos sobre Ecología Política: concepciones, enfoques y tradiciones*. México, 2017. Ciclo de Debates do Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da UNAM.

²² Aqui se utiliza a noção de vulnerabilizados baseada principalmente nos estudos de Porto (2011; 2012), no artigo “Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política” e no livro “Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e justiça ambiental” sobre vulnerabilidade e processos de vulnerabilização. Para Porto (2011, 2012) o conceito da vulnerabilidade é polissêmico e pode ser considerado estratégico para análises integradas de problemas de natureza complexa que reúnam diferentes dimensões – sociais, econômicas, ambientais, culturais ou de saúde. O autor ainda afirma que a vulnerabilidade deriva além da expressão de finitude do ser humano diante das forças da natureza e dos ciclos de vida-morte, das opções de desenvolvimento econômico e tecnológico, do poder exercido pelos seres humanos sobre outros ou sobre o funcionamento da natureza.

A EP é composta por diferentes correntes de pensamento demarcadas de tensões e complementaridades (MARTÍN; LARSIMONT, 2016). O viés conceitual que aqui se adota a define como o estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza (LEFF, 2013) ou, sinteticamente, o estudo dos conflitos socioambientais (PORTO; ALIER, 2007; ALIER, 2014b). Nesta pesquisa, como opção também se aborda com ênfase a Ecologia Política Latino-Americana (EPL) e todo contexto da América Latina: o nosso lugar de escrita, de fala e de experiência.

A EPL é uma vertente da EP. Alimonda (2015, 2016, 2017) e López, Hidalgo e Walter (2016) destacam a relevância da EPL em construção, como um marco plural com características, dinâmicas e densidades próprias, que é oriundo das marcas estruturais das sociedades latino-americanas desde a colonização. Para esses autores tal vertente apresenta fortes confluências com o pensamento latino-americano crítico e procura ser um lugar de enunciação “sobre” e “desde” a América Latina. Cabe também salientar que aqui se faz um esforço de tentar colocar em diálogo as variadas vertentes internas da EPL, embora se tenha consciência de algumas limitações e diferenças presentes²³.

A EPL esclarece que os países integrantes do globo, seus povos, comunidades e territórios²⁴, historicamente não são atingidos na mesma proporção pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, assim como pelos decorrentes conflitos socioambientais. Existe uma eminente assimetria, material e simbólica, moldando as relações de poder na geopolítica mundial. Obviamente, é pertinente compreender que através do capitalismo globalizado e transfronteiriço surgem nos países cenários muito diversificados e relações sociais cada vez mais desterritorializadas e complexas (SOUSA SANTOS, 2016). Entretanto, é evidente a existência enraizada de uma dívida colonial e socioambiental que acompanha e se acentua nos territórios, sobretudo na África, América Latina e Ásia (PORTO, 2012).

Para Quijano (1993) não são meras coincidências históricas que a maioria das pessoas exploradas, dominadas, discriminadas e em algumas regiões

²³ Principalmente nos autores que dentro da EPL dialogam com a questão da colonialidade e decolonialidade.

²⁴ O território no que lhe concerne é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, circunscrito pelas territorialidades, estas dizem respeito ao modo como os distintos sujeitos utilizam a terra, organizam-se no espaço ou atribuem significado a certo lugar (HAESBART, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2012).

destituídas, inclusive, de recursos de sobrevivência procedam de sociedades destruídas ou colonizadas pelos europeus. A América Latina é a primeira identidade da modernidade, desde sua conquista um novo padrão de poder mundial foi operacionalizado e suas sociedades tornaram-se parte da formação e consolidação do capitalismo mundial (QUIJANO, 1968, 2000). Desta forma, a colonialidade através da imposição de uma classificação social e universal na ideia de raça condicionou um padrão de poder que atua nas diversas dimensões, material e simbólica, da formação de identidade sociais, da força de trabalho e da apropriação da natureza (QUIJANO, 2000).

Em consonância com essa discussão, Alimonda (2011) aborda a persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana. Para o autor tanto a realidade biofísica como a configuração territorial aparece diante do pensamento hegemônico global e das elites dominantes da região como um espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado e reconfigurado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigentes. Ou seja, significa dizer que ainda que a América Latina comporte cerca de metade das florestas tropicais mundiais, a terceira parte das reservas de água doce, a quarta parte das terras cultiváveis, a segunda zona em reservas petrolíferas mundiais²⁵ e uma imensa sociobiodiversidade (CEPAL, 2013), utilizando as clássicas palavras de Galeano (2015, p.18): “[...] é a América Latina a região das veias abertas”.

As preocupações com a questão socioambiental e as concepções da natureza latino-americana foram influenciadas pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. Da difusão das ideias de natureza somente como recursos naturais e alvos ilimitados de massivas explorações até a criação de áreas protegidas com uma visão dicotômica da sociedade e natureza (GUDYNAS, 2004). Observa-se que a economia dominante num sistema de fluxos fechados reduziu a natureza a dois aspectos: uma fonte provedora de recursos naturais “*input*” e um reservatório de dejetos “*output*” (DENARDIN; SULZBACH, 2002; CAVALCANTI, 2010). Portanto, ela enquadrou a natureza e a vida humana a fatores de produção, objetos e força de trabalho (LEFF, 2009).

²⁵ Somados ao Caribe (CEPAL, 2013).

O debate pela incorporação de outras dimensões ao “desenvolvimento” se ampliou principalmente por meio das denúncias, conferências e informes científicos. Havia um esforço das agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), na tentativa de construir e implantar uma agenda ambiental global. A emergência da crise socioambiental global, em meados de 1970, movimentou os questionamentos das encruzilhadas existentes entre a questão socioeconômica, socioambiental e sociocultural no mundo. No entanto, as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade se apropriaram desse discurso para utilizá-lo como uma nova forma de colonização/exploração (PORTO-GONÇALVES, 2012b) ou de colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2000).

Porto e Alier (2007) também abordam a ocorrência de um comércio internacional injusto, desigual e insustentável entre os países. Para os autores o Brasil e o restante da América Latina reforçam um modelo voltado aos seus papéis enquanto exportadores de *commodities* baseadas em recursos naturais. Svampa (2012, 2013) denomina essa ordem econômica e política-ideológica de “consenso das *commodities*”, uma estrutura cheia de fissuras e que traz consigo uma série de processos de desterritorialização de terras, recursos e territórios, ao mesmo tempo em que gera novas formas de dependência e dominação. Portanto, quando o Brasil e o restante da América Latina fornecem *commodities* para os países centrais e potências emergentes, eles não estão fornecendo apenas matérias-primas e bens de consumo, existe todo um metabolismo social implícito nesse processo²⁶.

Outro ponto a salientar é que após um ciclo²⁷, em sua maioria, de governos progressistas na América Latina, as forças conservadoras retornaram ao poder acirrando ainda mais a questão socioambiental na região. Ocorreu a instituição de um contexto “antiambientalista autoritário e liberal” (ACSELRAD, 2019) dotado de disputas assimétricas, principalmente no Brasil. Além disso, o cenário atual está dominado por um monopólio de uma concessão de democracia de tão baixa intensidade que facilmente se confunde com a antidemocracia (SOUSA SANTOS, 2016). Portanto, as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade

²⁶ Porto e Alier (2007) ainda afirmam que por detrás de cada tonelada exportada são afetadas vidas humanas, recursos naturais e ecossistemas. Os autores analisam que os países centrais e as potências emergentes são beneficiados nessa assimetria de poder da divisão internacional do trabalho, visto que, eles consomem produtos de baixos preços cujos impactos e conflitos se realizam em outras regiões.

²⁷ Para Svampa (2019) esse ciclo progressista latinoamericano se entende até pelo menos 2015-2016, onde os governos de centro-esquerda e esquerda combinaram políticas econômicas heterodoxas com ampliação do gasto social e da inclusão pelo consumo.

converteram-se num grande eixo de reprodução e intensificação de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos, sobretudo na América Latina sobre seus povos e comunidades.

Nesta pesquisa, cabe ressaltar que os conflitos socioambientais são definidos como uma categoria de análise central e expressam as assimetrias de poder na apropriação material e simbólica da natureza, bem como do território, onde os distintos sujeitos envolvidos estabelecem ações e discursos conforme suas concepções de mundo e territorialidades (ALIER, 2008; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017; SVAMPA, 2012; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

As invisibilidades e silenciamentos, por sua vez, são formas de violência material, simbólica e subjetiva, que permeiam e propagam-se nas situações de conflitos socioambientais, onde nem todo conflito socioambiental tem um enfrentamento explícito, organizado e visível. Essas invisibilidades e silenciamentos podem estar associadas a vulnerabilidades específicas que impedem ou dificultam de sobremaneira a capacidade de expressão ou organização política (PORTO, 2011).

Diversos estudos e relatórios (EJOLT, 2018; OCMAL, 2018; GLOBAL WITNESS, 2018) – alguns resultantes do diálogo integrado entre instituições, pesquisadores, redes e movimentos sociais – têm demonstrado dados do crescente aumento dos conflitos socioambientais e das criminalizações de povos e comunidades considerados enclaves às lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

No Brasil os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos são disseminados, bem como, a fumaça escura carregada de morte, sofrimento e putrefação que saem das queimadas das florestas e o vazamento de petróleo que invade a zona costeira brasileira. O “Mapa de conflitos e injustiça ambiental no Brasil” registra um total de 571 conflitos no Brasil, onde 49,45% ocorrem no mundo rural, 13,58% nas cidades e 37% são indefinidos (FIOCRUZ, 2019). Matam-se os nossos povos e comunidades. Matam-se histórias, identidades e culturas. Matam-se seus territórios e espíritos. Em seu cerne, há o esgotamento das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade cujo espírito é profundamente desumanizador e perverso (ZHOURI; VALENCIO, 2014).

Observa-se uma guerra de discursos e narrativas e uma série de retrocessos no campo socioambiental: a flexibilização de direitos constitucionais

conquistados, o desmantelamento das políticas públicas, a financeirização da natureza, a criminalização e genocídio de povos e comunidades, a naturalização da violência material, simbólica e subjetiva através das invisibilidades e silenciamentos. Para Zhouri e Valencio (2014), sob o manto de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar por avanço social, proliferam-se e banalizam-se essas formas de retrocessos e violências. Entretanto, existe uma diversidade de povos e comunidades que se contrapõem aos modos de vida dessas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Frente a esse panorama voltam-se os olhares para o Litoral do Paraná (Sul do Brasil), que numa escala local reproduz as dinâmicas incidentes em escalas globais, numa relação dialética.

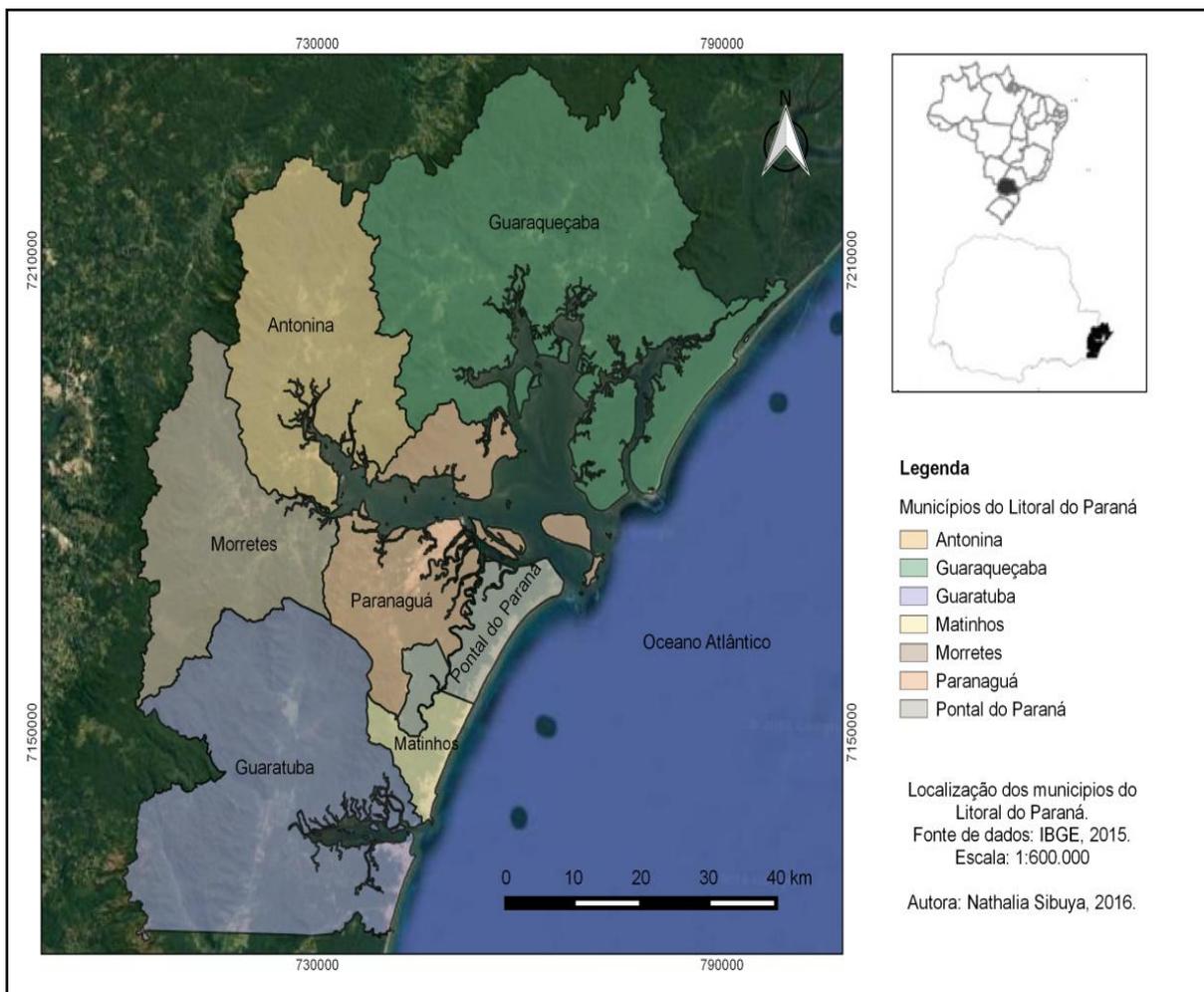


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.
FONTE: IBGE, 2010. ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2016.

O Litoral do Paraná é composto pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (FIGURA 1), totalizando 6.058 km² de extensão e 265.392 habitantes (IBGE, 2010). Contudo, sua configuração territorial também é movida por dinâmicas socioculturais e simbólicas para além das divisões político-administrativas.

O Litoral do Paraná ainda é o território tradicional de uma diversidade de povos e comunidades tradicionais que o habitam e o compõe em seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais. Grande parte da conservação da natureza dessa região está associada às práticas tradicionais e aos modos e usos desses povos e comunidades, entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, cipozeiros. Estes mantiveram em sua essência a coevolução com a natureza e a floresta em pé. Para eles a natureza não é só um recurso natural, comensurável, a natureza está implícita em seus sentidos, materiais, simbólicos e subjetivos, contrariando o que tentam impor as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Portanto, o Litoral do Paraná é uma das áreas mais relevantes em conservação da biodiversidade e expressão sociocultural, porém também em paralelo, é uma das áreas mais ameaçadas localmente, regionalmente e globalmente por essas lógicas dominantes. A sua área abriga um dos últimos remanescentes contínuos de Mata Atlântica do Brasil, reconhecido como Reserva da Biosfera pela UNESCO e Patrimônio Nacional pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A Mata Atlântica é ainda considerada uma das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira (BRASIL, 2007)²⁸. Além disso, também ao longo do litoral paranaense existe uma série de patrimônios culturais brasileiros reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na extensão do Litoral do Paraná, 29% de sua área são Unidades de Conservação (UCs) da Natureza de proteção integral e 53% de uso sustentável, onde 14 são federais, 20 estaduais e 10 municipais (IAP, 2006; ICMBIO, 2015; PAULA et al, 2018). As primeiras UCs da região foram criadas a partir da década de 1980 através de medidas e políticas ambientais voltadas à conservação da natureza.

²⁸ Portaria do MMA nº 9 de 23 de janeiro de 2007 (MMA, 2007).

Contudo, apesar do inegável valor dessas áreas protegidas para o provimento dos serviços ambientais e a manutenção de vidas humanas e não humanas, elas constituíram-se em meio a um cenário de contradições e disputas assimétricas por sentidos e modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos povos e comunidades tradicionais. Existiu e existe uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade do Litoral do Paraná, uma impotência estratégica.

Do mesmo modo que ocorre na escala global e latino-americana, na escala local há uma eminente assimetria de poder moldando as relações e as formas de apropriação da natureza. Onde o passado, o presente e o futuro se difundem num espaço-tempo e evidenciam a grande teia que configura e reconfigura o território, territorialidades e identidades. Além disso, as UCs foram criadas e implementadas sem qualquer tipo de planejamento prévio relativo à gestão, sobretudo no processo de consulta pública aos povos e comunidades tradicionais residentes no seu interior ou entorno. Esses fatores propiciaram a emergência de uma série de conflitos socioambientais, que possuem um forte caráter histórico não homogêneo, e reproduzem-se até os dias atuais potencializando invisibilidades e silenciamentos.

A regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)²⁹ pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 ampliou a discussão e a participação social nos processos decisórios das UCs. Porém, na prática essa normatização não alcançou a efetividade plena no Litoral do Paraná. Escassez de auxílios financeiros e funcionários, ausência de conselhos gestores periodicamente ativos, inexistência ou debilidade dos planos de manejo, desintegração entre as instituições e a sociedade, desmantelamentos e retrocessos nas políticas públicas ambientais. Estas são somente algumas das problemáticas recorrentes da política de abandono, cerceamento e precariedade legitimada pela figura do aparelho do Estado e das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Somam-se a esse panorama as sobreposições das legislações incidentes na proteção e controle dos usos ecossistêmicos, que em sua maioria criminalizam e restringem os modos de ser, fazer e (re)existir dos povos e comunidades tradicionais do território. E ainda favorecem a reprodução e intensificação dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. Infelizmente, não são afirmações alheias. Diversos estudos e pesquisas evidenciam esses aspectos: Zanoni et al

²⁹ O SNUC foi aprovado sessenta e três anos depois da criação da primeira área protegida no Brasil – o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 no Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN; SIBUYA, 2013).

(2000), Dumora (2006), Borsatto (2007), Ferreira (2010), Mellinger (2013), Duarte e Varella (2014), Harder (2014), Komarcheski e Denardin (2015), Arantes (2016), Costa (2016), Silva (2016), Duarte (2018) e Jabur (2018).

Além disso, salienta-se que grandes projetos de infraestrutura e de complexos industriais portuários, sem controle e limitações adequadas, buscam transformar a zona costeira paranaense num dos novos polos da indústria naval do Brasil. Ao todo são 13 grandes empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, os impactos desses empreendimentos tendem a intensificar ou conceber novos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos.

Neste contexto é importante esclarecer que Guaraqueçaba é bastante significativa, onde 98% de seu território são UCs (DENARDIN; LOUREIRO; SULZBACH, 2006). E somente 1,61% da área total do município correspondem a estabelecimentos de agricultores familiares, onde a média das suas propriedades é de 6,5 hectares (IBGE, 2006). Além disso, as múltiplas esferas propiciam uma maior complexidade.

Os modos de ser, fazer, e (re)existir implícitos nas identidades e práticas tradicionais, nas culturas e subjetividades, no coevoluir com a natureza e seus recursos naturais são abarcados por aproximadamente 55 povos e comunidades entre indígenas de diferentes etnias, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais. Destacam-se as comunidades rurais de agricultores familiares estudadas nesta pesquisa: Açungui, Potinga e Tagaçaba. Elas estão localizadas no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e no entorno da Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus. Essas reflexões levaram a vários questionamentos e surgiram então as seguintes questões de pesquisa:

O que os agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba do município de Guaraqueçaba do Litoral Norte do Paraná têm em comum? Será que é o fato de todos sofrerem com os conflitos socioambientais, as invisibilidades e silenciamentos? Quais são as linhas abissais que dividem o que é ou não considerado uma criminalização de uma prática tradicional? Será que esses sujeitos não possuem o direito de permanecer com seus modos de ser, fazer e re-existir enquanto agricultores familiares?

Na presente dissertação de mestrado mais uma vez reforça-se a adoção de uma postura favorável à construção de uma ciência engajada, ética e sensível, o que é fundamental para demonstrar que os estudos e pesquisas com horizontes teórico-metodológicos diferenciados são possíveis. Neste sentido, reconheceu-se a importância das “histórias de si e o ‘criar-pensar-fazer’ uma pesquisa científica com mais ‘sentir-tocar-viver’” e foi utilizado de maneira transversal às contribuições da Ecologia Política (EP) com ênfase na Ecologia Política Latino-americana (EPL).

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa se propõe a analisar os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos decorrentes das assimetrias na apropriação, material e simbólica, da natureza e seus recursos naturais, assim como do território, nas comunidades de agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba, inseridas no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e no entorno da Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus, no município de Guaraqueçaba.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar tal objetivo geral estipularam-se os seguintes objetivos específicos:

- (I) Compreender como as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade têm desempenhado os papéis de produtoras e intensificadoras dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos, sobretudo na América Latina e nas comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba (Guaraqueçaba, Litoral do Paraná);
- (II) Identificar os processos históricos relacionados aos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos nas comunidades de agricultores familiares estudadas;
- (III) Analisar as principais consequências das restrições no acesso e controle da natureza, assim como do território, para a manutenção e permanência dos agricultores familiares nas comunidades rurais de Açungui, Potinga e Tagaçaba.

3 METODOLOGIA

3.1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A escolha do método de abordagem que direciona e orienta um trabalho de pesquisa científica não é uma des/construção simplista, principalmente quando há intenção de considerar “As histórias de si e o tracejar de um ‘criar-fazer-pensar’ a pesquisa científica com mais ‘sentir-tocar-viver’”. Muitas vezes o percurso é cheio de dúvidas, inseguranças e desafios latentes. Além disso, adentrar na temática dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos são esferas complexas de um campo de estudo e ação política, que trazem para si a exigência do cuidado, da ética e da sensibilidade.

No prólogo inicial e na introdução desta presente dissertação de mestrado foi possível compreender os trilhares acadêmicos, pessoais e profissionais que me conduziram aos sujeitos de pesquisa e a certas escolhas teórico-metodológicas. No intuito de reafirmar esse posicionamento e o entendimento a você, interlocutora e interlocutor, apresento (FIGURA 2) uma síntese conclusiva de todo o processo.



FIGURA 2 – SÍNTESE CONCLUSIVA METODOLÓGICA
FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2018 (Software Canva).

A estrutura deste trabalho também foi permeada principalmente, de forma transversal, pela Ecologia Política (EP), a Ecologia Política Latino-Americana (EPL) e a opção por uma ciência crítica, engajada e sensível. Através da EP e EPL procurei estabelecer uma abordagem analítica que valorizou e legitimou a integração com os saberes e práticas tradicionais das comunidades aqui delimitadas. Outro fator a se colocar é o reconhecimento das dimensões simbólicas, especificidades e singularidades que envolviam as comunidades delimitadas nesta pesquisa.

Durante todo o processo de trabalho foram levadas em conta “as histórias de si” e a relevância das experiências acumuladas anteriormente, o sentir-se parte e não aparte das relações sociais e suas complexidades nas comunidades rurais estudadas, e a efetivação de compromissos e posicionamentos éticos com a pesquisa. Afinal, o identificar e o analisar dos conflitos socioambientais são maneiras de visibilizar as coexistências de outros modos ser, fazer e (re)existir no mundo e na natureza.

3.2 AS COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES

Além de todo o percurso apresentado nas seções anteriores a delimitação das comunidades de agricultores familiares deste trabalho de pesquisa também abarcou: o perfil do município, o acesso e deslocamento até a possível localidade, e a relação construída anteriormente com os sujeitos entrevistados (FIGURA 3).



FIGURA 3 – CRITÉRIOS ADICIONAIS DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2016 (Software Canva).

No município de Guaraqueçaba foram priorizadas as comunidades em que anteriormente já existia uma relação construída com as lideranças comunitárias e coletividades, os profissionais de instituições governamentais e da sociedade civil organizada, e os coordenadores de projetos desenvolvidos na região. E também onde havia por parte desses a exposição das demandas e problemáticas. Avaliou-se o perfil desse município por intermédio de dados secundários, com o intuito de também contribuir na identificação das localidades de maiores heterogeneidades. Portanto, foi observado especialmente: (I) presença e categoria de uso das Unidades de Conservação (UCs) da Natureza; (II) número e área dos estabelecimentos agropecuários voltados à agricultura familiar; e (III) a fragilidade socioeconômica. Estes dados estão sistematizados a seguir.

Nos dados da TABELA 1 estão representados o número e área dos estabelecimentos agropecuários voltados à agricultura familiar no município de Guaraqueçaba. Os dados foram obtidos através do Censo Agropecuário do ano de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município de Guaraqueçaba se destaca por possuir 92,21% dos seus estabelecimentos agropecuários voltados a agricultura familiar, percentual que é superior ao do estado do Paraná com 81,61% e do Brasil com 84,36%. No tocante a área desses estabelecimentos o percentual de Guaraqueçaba é de 23,38%, e está abaixo dos percentuais do estado do Paraná com 27,63% e do Brasil com 24,01%.

TABELA 1: NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE GUARAQUEÇABA EM 2006

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADES)			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HECTARES)		
	Total	Agricultura Familiar	% Familiar	Total	Agricultura Familiar	% Familiar
Brasil	5.175.636	4.366.267	84,36	333.680.037	80.102.634	24,01
Paraná	371.063	302.828	81,61	15.391.782	4.252.659	27,63
Guaraqueçaba	539	497	92,21	13.935	3.258	23,38

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 2006. TABULAÇÃO DA AUTORA.

Os dados da TABELA 2 são relativos à presença e categoria de uso das UCs no município de Guaraqueçaba. Constatou-se nestes dados que existem no

total 09 UCs entre as de Proteção Integral (PI) e de Uso Sustentável (US), sendo 03 UCs de PI e 06 de US.

TABELA 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E USO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

MUNICÍPIO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
Guaraqueçaba	Estação Ecológica de Guaraqueçaba Parque Nacional de Superagui Reserva Biológica Bom Jesus	APA Federal de Guaraqueçaba APA Estadual de Guaraqueçaba RPPN Reserva Natural Salto Morato RPPN Reserva Ecológica de Sebuí RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui I RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II
	Total UC de Proteção Integral: 03	Total UC de Uso Sustentável: 07

FONTE: IAP, 2006; ICMBIO, 2015. TABULAÇÃO DA AUTORA.

Já os dados de fragilidade socioeconômica foram extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desse Atlas selecionou-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)³⁰, o Índice de Gini³¹ e a % de indivíduos vulneráveis a pobreza³². Conforme demonstra a TABELA 3, Guaraqueçaba indica maior fragilidade socioeconômica com 0,587 de IDHM, 0,49 de Índice de Gini e 60% dos indivíduos vulneráveis a pobreza.

TABELA 3: FRAGILIDADE SOCIOECONOMICA DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

MUNICÍPIO	IDHM	ÍNDICE DE GINI	% DE VULNERÁVEIS A POBREZA
Brasil	0,727	0,60	32,56
Paraná	0,749	0,53	19,70
Guaraqueçaba	0,587	0,49	60,00

FONTE: PNUD, 2010. TABULAÇÃO DA AUTORA.

¹⁵ O IDHM é a média geométrica dos índices das dimensões renda, educação e longevidade, com pesos iguais (PNUD, 2010).

¹⁶ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita (PNUD, 2010).

¹⁷ A % de populações vulneráveis a pobreza é medida pela proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 reais mensais (PNUD, 2010).

No acesso e deslocamento foram analisadas as distâncias das possíveis áreas de estudo até os municípios de Curitiba e Matinhos (cidades de partida para o trabalho de campo), as condições de transporte, os recursos disponíveis para o deslocamento e as possibilidades de apoios e parcerias. Neste sentido, é importante salientar que foi obtido apoio relativo ao transporte para determinadas saídas de campo através do projeto de extensão universitária “Assessorias de Fomento e Apoio a Farinheiras para Geração de Trabalho e Renda junto a Pequenos Agricultores Familiares no Litoral do Paraná”, da UFPR – Setor Litoral.

Deste modo, ao levar em conta todos esses fatores e os caminhos já percorridos do “criar-pensa-fazer” uma pesquisa com mais “sentir-tocar-viver” foram selecionadas as comunidades de agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba (FIGURA 4).

As comunidades estão localizadas no interior da APA de Guaraqueçaba e no entorno da REBIO Bom Jesus, no município de Guaraqueçaba, no Litoral Norte do Paraná. A APA de Guaraqueçaba abrange todo o município de Guaraqueçaba, parte de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, perfazendo uma área de 282.444 ha entre as coordenadas 48°45' e 48°00'W e 24°50' 25°30'S. Guaraqueçaba dos municípios da microrregião geográfica de Paranaguá³³ é o mais distante de Curitiba (capital do Estado do Paraná) a 158 km, a sua extensão de 2.020.090 km² representa 33,35% da área total e seus 7.871 habitantes representam 2,97% da população total do Litoral do Paraná (IBGE, 2010).

¹⁸ A microrregião de Paranaguá abrange os sete municípios do litoral do Paraná: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. O Estado do Paraná possui 39 microrregiões geográficas (IPARDES, 2012). O acesso ao mapa das microrregiões do Estado do Paraná está disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/microrregioes_geograficas_base_2010.jpg

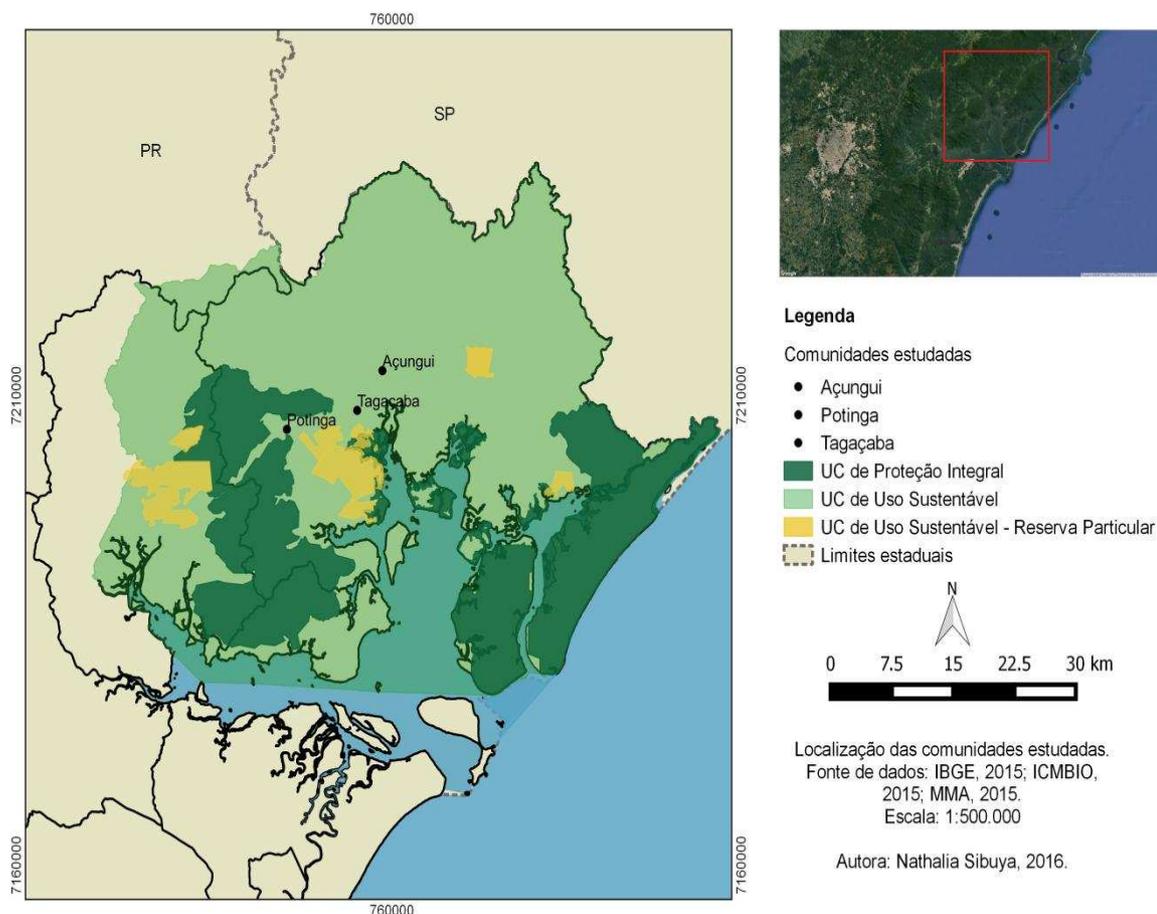


FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ESTUDADAS
 FONTE: IBGE, 2015; ICMBIO, 2015; MMA, 2015. ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2016.

3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Nesta dissertação também se adotou uma abordagem “quali-quantitativa”, que combina as variáveis qualitativas através das observações diretas e entrevistas semiestruturadas com as variáveis quantitativas através das coletas de dados primários e secundários. Para Minayo (2001) e Knechtel (2014) esse tipo de abordagem não é vista como contraditória, uma vez que as realidades abarcadas pelas variáveis qualitativas e quantitativas se relacionam de maneira dinâmica. Os dados aqui apresentados são resultantes dos seguintes métodos e procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, observação direta, entrevista semiestruturada e a espacialização de informações por intermédio do geoprocessamento.

Na pesquisa bibliográfica e documental identificaram-se artigos científicos, teses, dissertações, livros e documentos oficiais que abordam a temática dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos, além de informações

sobre a área de estudo. A técnica de observação é a ação subjetiva entre o observador e o observado, as quais se empregaram nas saídas a campo e na participação de reuniões, o seu registro aconteceu por meio do diário de campo. Nessas reuniões atuei como observadora participante.

TABELA 4: RELAÇÃO DAS REUNIÕES OBSERVADAS

REUNIÃO	LOCAL	DATA
Reunião do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba	Novembro/2014
Encontro Regional de Lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais do Mosaico Lagamar	Pontal do Paraná	Agosto/2015
Reunião do Conselho Gestor do Mosaico Lagamar	Pontal do Paraná	Novembro/2015
Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Mosaico Lagamar	Paranaguá	Novembro/2015

FONTE: A AUTORA (2016).



FIGURA 5 – ENCONTRO REGIONAL DE LIDERANÇAS DE POVOS E TRADICIONAIS DO MOSAICO LAGAMAR
FONTE: AUTORA, 2015.



FIGURA 6 – ENCONTRO REGIONAL DE LIDERANÇAS DE POVOS E TRADICIONAIS DO MOSAICO LAGAMAR
FONTE: AUTORA, 2015.



FIGURA 7 – ENCONTRO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MOSAICO LAGAMAR
FONTE: AUTORA, 2015.

A intenção inicial era utilizar a modalidade de entrevista com grupos focais, onde os participantes dialogam sobre determinado assunto de interesses comuns e o pesquisador exerce o papel de moderador; ou a modalidade de história de vida que exige um envolvimento maior entre o pesquisador e os sujeitos da investigação. No entanto, ao realizar uma reflexão sobre o contexto da pesquisa e também ponderar a diversidade dos sujeitos investigados optou-se pela entrevista semiestruturada.

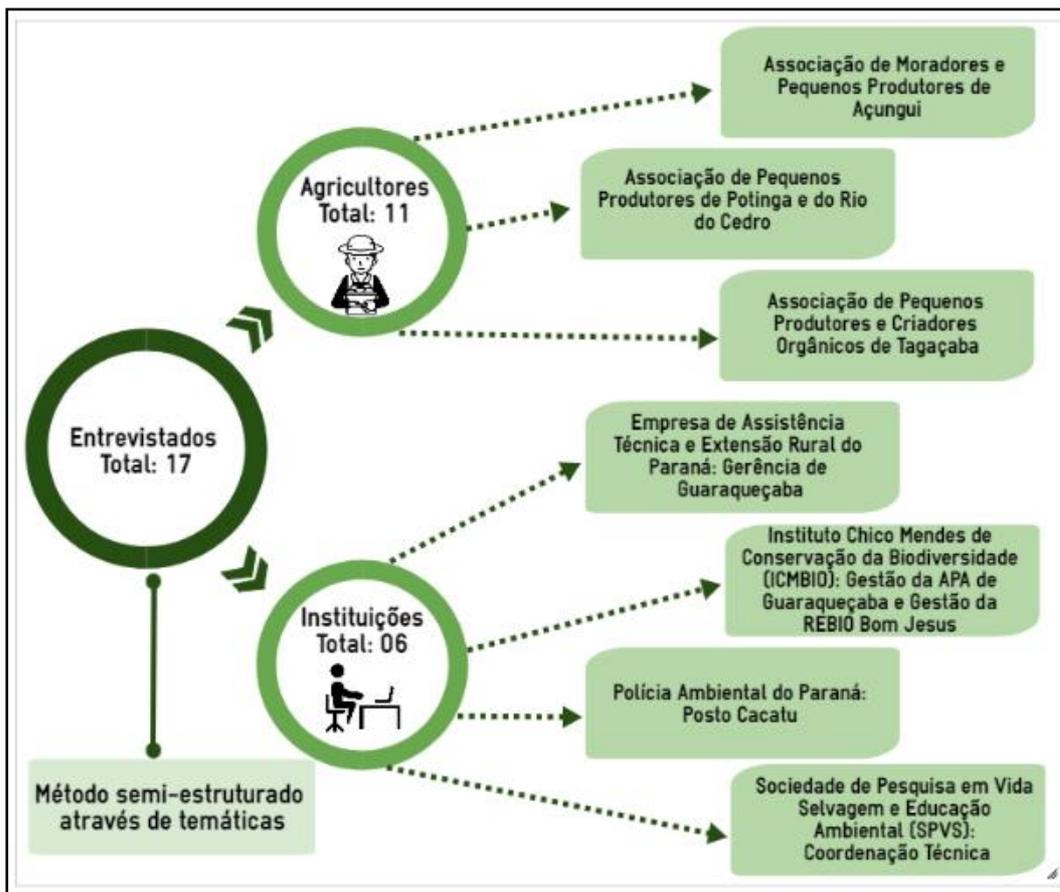


FIGURA 8 - FLUXUOGRAMA DAS ENTREVISTAS
FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2016 (Software Canva).

A entrevista é um dos métodos mais utilizados no processo de trabalho de campo para a coleta de dados sobre um determinado tema científico. A entrevista semiestruturada tem como principais características a apresentação de questões de forma mais espontânea ao entrevistado e o emprego de uma sequência mais livre de acordo com o rumo do diálogo (KNECHTEL, 2014). As entrevistas foram organizadas através de temáticas: trajetória do grupo familiar e da comunidade, organização social, propriedade e produção, acesso aos recursos naturais e a relação com a natureza. Para um melhor entendimento as entrevistas foram distribuídas em dois grupos: agricultores e instituições.

As entrevistas foram realizadas no município de Guaraqueçaba, no período de setembro a dezembro de 2015 e janeiro de 2016 nos quais ao todo participaram 17 pessoas. O registro das entrevistas foi efetuado em gravador digital, mediante consentimento do entrevistado, e seguiu os roteiros estabelecidos nos questionários (ANEXO 9).

Diante da complexidade da temática abordada nesta pesquisa definiu-se entrevistar nas comunidades de agricultores familiares somente às lideranças das associações de moradores e produtores locais, os agricultores familiares indicados pelas lideranças das associações com a condição de que residissem na região durante um longo período e obtivessem a sua renda principal proveniente da agricultura familiar. A faixa etária dos agricultores familiares entrevistados variou entre 28 a 72 anos de idade.

Escolheu-se por manter o anonimato dos agricultores familiares entrevistados para resguardá-los em segurança sem lhes causar constrangimentos e prejuízos. Além disso, o anonimato permite uma liberdade maior na exposição e análise dos dados desta pesquisa.

Constatou-se previamente a necessidade de coletar dados primários com o intuito de obtermos as informações acerca das situações de conflitos socioambientais na área de estudo proposta nesta presente pesquisa. Neste sentido, realizamos uma adaptação dos métodos empregados por Mazur, Higa e Carneiro (2012) no estudo: “Diagnóstico da caça e do comércio ilegal da fauna silvestre no Litoral do Paraná”. Este estudo foi fundamentado em informações obtidas através de órgãos ambientais como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e o Batalhão da Polícia Ambiental do Paraná (BPAMB-PR), onde foram coletadas as ocorrências de crimes ambientais relativas à caça e o comércio ilegal de fauna no litoral do Paraná. Deste modo, optamos por coletar os dados somente no BPAMB-PR e ocorrências de natureza constatada caracterizando crime ambiental e de natureza não constatada sem ilicitude no intuito de confrontar com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares na pesquisa.

A coleta ocorreu entre os meses de setembro a novembro de 2015 através do sistema computacional de registro de ocorrências policiais do estado do Paraná, denominado de Boletim de Ocorrência Unificado (BOU). Os dados foram coletados nos seguintes setores do BPAMB-PR: o Posto da Polícia Ambiental do Cacatu, situado na PR 405 em Antonina; e a 3ª Seção de Estatística e Planejamento, com sede em São José dos Pinhais. Ressalta-se também que ambos os setores eram de difícil acesso para transporte, deslocamento e alimentação, e longa permanência. Essa coleta de dados foi autorizada mediante a apresentação de ofício com as informações da presente pesquisa, tendo em vista que são dados sigilosos e podem ser utilizados apenas para fins acadêmicos pela a autora da pesquisa.

No total foram coletados aproximadamente 556 boletins de ocorrências ambientais no sistema do BPAMB - PR, especificamente do município de Guaraqueçaba (litoral norte do Paraná), entre os anos de 2011 a 2015. Os dados foram sistematizados em planilhas do *Microsoft Excel* considerando as seguintes variáveis: data da ocorrência, localização das coordenadas geográficas, existência de infratores e denunciante, a natureza da ocorrência, tipo de operação, existência de apreensões e tipo de objeto, encaminhamento realizado.

O geoprocessamento foi aplicado na elaboração de mapas para a espacialização e tratamento das informações coletadas. Escolheu-se utilizar um software de informações geográficas livre, o *Quantum GIS 2.12.3*, da *OSGeo - Open Source Geospatial Foundation*. O sistema de coordenadas de referência adotado foi o datum SAD69 na zona UTM 22 Sul. Os *shapefiles* usados na projeção das camadas foram os disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), e os cedidos mediante ofício pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). As coordenadas geográficas X e Y foram coletadas nos

boletins de ocorrências do BPAMB-PR, relativas ao município de Guaraqueçaba, no período de 2011 a 2015.

4 “NO TEMPO DOS MEUS AVÓS E DOS MEUS PAIS”: AS RAÍZES DA PRODUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Em que dado momento da “História” ruída do mundo o ser humano e a sociedade se divorciaram da natureza? Quando começou essa ruptura que alterou profundamente as estruturas, materiais, simbólicas e subjetivas, dessa relação e da própria vida na Terra? Será que o ser humano e a sociedade caminham para um buraco negro sem retorno e sem fim? Existia e existe uma só natureza? Há apenas uma maneira de se relacionar com a natureza e conservar as bases das vidas humanas e não humanas? E ainda, em que dada ocasião o ser humano e a sociedade optaram por sentir menos, afetar-se menos e olhar menos para seu próximo com empatia e reciprocidade? Será uma cegueira generalizada e institucionalizada? Proposital e estratégica?

Quiçá esta dissertação de mestrado tivesse a pretensão de ter todas as respostas e soluções para essas questões tão complexas colocadas, mas que também despertam reflexões necessárias, profundas e ecoantes. Muitas vezes

entender efetivamente uma dose da complexidade do mundo é um pouco dolorido e carregado de pequenos golpes no estômago. Não é confortável a posição de visualizar as estruturas das disputas assimétricas e das relações de poder desiguais em jogo na sociedade. Não é fácil reconhecer as dores e mazelas existentes no cotidiano das pessoas. Não é tranquilo admitir que invisibilizam-se e silenciam-se realidades, modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais e coletivos, e muitas outras vidas e mundos que se colocam bem diante dos nossos olhos.

Krenak (2018) dá algumas pistas em meio esse nevoeiro de indagações ao afirmar que gente, lugar e jeito de estar no lugar compõe um todo, a ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado da violência colonial abissal a partir de uma relação desigual de poder. Para o autor a expressão do poder na apropriação da natureza constrói uma expropriação tão radical que nos joga todos na condição de miseráveis e pobres: empobrece a paisagem e as pessoas.

Ainda para Krenak (2018) o desastre que produz essa separação do sujeito com o ecossistema, para a apropriação da natureza, constrói o lugar do outro. O outro neste sentido é conformado e se nutre pela diferença abissal, o outro é o lugar de dominação ocupado pelo sujeito de poder (KRENAK, 2018), ele é separado pelas linhas abissais que criam um subsistema de distinções visíveis e invisíveis, conforme coloca Sousa Santos (2007).

Desde meados da década de 1970 a crise socioambiental global chegou e reafirmou que o ser humano e a sociedade não são imunes às consequências das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. Estamos imersos, mergulhados profundamente e até cobertos até o topo em situações e condições que demonstram a conta não contabilizada e que não bate nesse sistema de fluxos e energias.

Sim, não há sociedade onde não ocorram conflitos. Não somos uma unidade homogênea. Não existe um só caminho e nem um só tempo. Os conflitos trazem à tona as distintas formas de compreender as relações, a natureza, o mundo e a vida. Contudo, também revelam as contradições presentes nesse universo, contradições em forma de diferenças abissais, violência material, simbólica e subjetiva, violação de direitos fundamentais, desqualificação epistêmica, invisibilidades e silenciamentos. Portanto, cabe ressaltar que os conflitos socioambientais são definidos nesta pesquisa como uma categoria de análise central e expressam as assimetrias de poder na apropriação material e simbólica da natureza, bem como do

território, onde os distintos sujeitos envolvidos estabelecem ações e discursos conforme suas concepções de mundo e territorialidades (ALIER, 2008; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017; SVAMPA, 2012; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

É necessário esclarecer também que apesar de muitos autores das ciências sociais críticas utilizarem a conotação “ambiental” na nomenclatura de conflito (ACSELRAD, 2004; VIEGAS, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017; PORTO; FINAMORE; ROCHA, 2015; MERLINSKY, 2015), ou ecológicos distributivos (PORTO; ALIER, 2007; ALIER, 2008), preferiu-se adotar a conotação “socioambiental” (FONTAINE, 2004; LITTLE, 2006; SVAMPA, 2012; LEFF, 2014).

Durante todos os trilhares percorridos e também na realização desta pesquisa foi possível notar o quanto a conotação “socioambiental” é carregada de simbolismos, e toda hermenêutica envolvida na escolha desta opção. Adotar o termo “socioambiental” é reafirmar mais uma vez que não existe ambiental sem o social e o cultural, e escolher não disseminar dualismos e dicotomias, a separação sociedade e natureza.

Como enfatiza Little (2001) o conceito socioambiental é composto basicamente de três dimensões: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. O socioambientalismo no Brasil é advindo de um movimento iniciado na segunda metade da década de 1980, que lançou os fundamentos de que as políticas ambientais deveriam promover a inclusão e o envolvimento das comunidades locais e, assim, representou uma alternativa ao conservacionismo, o preservacionismo ou o movimento ambientalista tradicional (SANTILLI, 2005).

A relação de desigualdade no acesso e controle dos recursos naturais e/ou na destinação dos danos e riscos socioambientais aos povos e comunidades a margem das lógicas dominantes de “desenvolvimento” demarcam o campo dos conflitos socioambientais, o que permite abordá-los de forma associada às injustiças ambientais (ACSELRAD, 2002; PORTO, 2011, 2012; ZHOURI, 2014).

As invisibilidades e os silenciamentos, por sua vez, são formas de opressão e de violência material, simbólica e subjetiva, que permeiam e propagam-se nas situações de conflitos socioambientais, onde nem todo conflito socioambiental tem um enfrentamento explícito, organizado e visível. Essas invisibilidades e silenciamentos podem estar associadas a vulnerabilidades específicas que impedem

ou dificultam de sobremaneira a capacidade de expressão ou organização política (PORTO, 2011).

Os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos de qualquer território estão simultaneamente relacionados com uma trama de acontecimentos e situações complexas. Elas têm suas raízes num tempo passado e reverberam pelo presente e futuro envoltos em disputas assimétricas e relações de poder. É latente ao longo da humanidade a interligação da produção e intensificação desses conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos com as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Compreender as raízes ancestrais e históricas que acompanham a dinâmica do território investigado e de que maneiras essas raízes influenciaram na reconfiguração e (re)existência do território atual, material e simbólico, são fatores indispensáveis para identificar e analisar os conflitos socioambientais, as invisibilidades e silenciamentos dos agricultores familiares delimitados nesta pesquisa.

Escrever sobre o passado é sempre uma tarefa inacabada, complexa e dotada de pequenos desafios. Ainda mais quando se intenta escrever sobre um passado que reescreve a todo instante suas ações no tempo presente e no tempo futuro. Como escrever sobre um tempo que não se presenciou sem cair em fadados determinismos e universalismos? Através de quais fontes e lentes se devem submergir no passado e nos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos? O passado acaba e tem finitude no passado? Ou ainda, como coerentemente indaga Gagnebin (1987, p. 7) no prefácio do livro “Magia e técnica, arte e política” de Walter Benjamin: “[...] o que é contar uma história, histórias, a História?”.

Não existem itinerários precisos, receitas prontas ou verdades infalíveis. Entretanto, os primeiros passos a serem dados são reconhecer as contradições, incertezas e perigos presentes num olhar estático, homogêneo e linear do passado e dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. “A história, as histórias, a História” não são constituídas de uma via de mão única e uma única temporalidade. Elas são tecidas do material e do simbólico, onde a arte, a criatividade, a cultura e a humanidade estão implícitas e se mesclam mediando esses trilhares e temporalidades.

Na sua VII tese em “Sobre o conceito de História”, Benjamin (1987, p. 225) afirma: “Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”. É uma afirmação ecoante, que traz novas questões para as linhas seguintes deste singelo texto. Qual a versão “da história, das histórias, da História” que foi, é, e será nos contada? De que forma o passado se relaciona com o presente e o futuro? Ou ainda, com quem ou com o quê os historiadores e pesquisadores em geral têm estabelecido uma relação de empatia ou apatia?

Gagnebin (1994, p. 115) a filósofa estudiosa de Walter Benjamin afirma: “o que a história tradicional quer apagar são os buracos da narrativa que indicam tantas brechas possíveis no *continuum* da dominação”. Há séculos continua a se reproduzir o mais do mesmo tanto na história da América Latina, do Brasil e de seus povos e comunidades, quanto na produção do conhecimento e da ciência. Existe uma persistência na negação “da história, das histórias, da História” que não estão contadas nos livros. As lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade através de suas relações de poder não admitem as oralidades, as experiências, as identidades, as memórias, as territorialidades e os saberes dos verdadeiros autores e escritores da nossa história.

Contudo, a contraponto acompanham-se os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos povos e comunidades no território e a desconstrução das teorias críticas que permitem a reinvenção nas interpretações e reflexões. Assim, é necessário valorizar a transmissão das vozes que são invisibilizadas e silenciadas, mesmo que em pequenos ou poucos fragmentos.

Neste âmbito compartilho das pertinentes reflexões de Duarte (2018) na sua tese de doutorado³⁴ em que ela se indaga onde está a presença do pescador artesanal numa série de representações cartográficas da região de Guaraqueçaba. A autora ainda aponta como as produções acadêmicas e literárias sobre a região, ou mesmo na produção técnica das instituições ambientais locais, têm um discurso e uma prática que atribuem a esses povos e comunidades um papel coadjuvante, passivo ou criminoso na história da conservação da natureza de Guaraqueçaba.

³⁴ “Resistir e Retomar, Nossa Terra e Nosso Mar: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba”.

Na mesma direção, Harder (2014) ao escrever sobre o passado, o presente e o futuro da coletividade de pescadores artesanais da Ponta Oeste da Ilha do Mel, no município de Paranaguá, utiliza uma perspectiva entre o falar e o agir desses sujeitos. Para o autor a coletividade de pescadores artesanais reescreve sua história na pesca artesanal, no plantio das roças, nos pés de café arrancados por agentes do Estado, em antigas ruínas de moradias e, principalmente, em sua narrativa. Gagnebin (1994), por sua vez, ainda explica que na obra benjaminiana “História e temporalidade” encontram-se concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto, e não extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico à sua constituição.

Neste sentido, destaco a intenção e a necessidade de olhar o passado, os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos de Guaraqueçaba e dos agricultores familiares aqui delimitados através de outro viés. O viés da história dos invisibilizados, dos oprimidos, dos silenciados, dos vencidos, e principalmente à luz da abordagem da Ecologia Política (EP) e da Ecologia Política Latino-Americana (EPL). Além disso, ressalto que o passado não é um abismo ausente no presente e futuro, ele também se conecta com esses num mesmo contínuo, onde existem relações, métricas e movimentos não lineares. O território atual é uma composição de múltiplos processos e tecituras de existências, (re)existências e resiliências.

Portanto, neste capítulo o falar “no tempo dos meus avós e dos meus pais”, expressão de um dos agricultores familiares, sujeito desta pesquisa, é o falar “da história, das histórias, da História”. É o falar das ancestralidades e (re)existências. É o falar de um passado, presente e futuro que definem, mesclam e moldam o território, as territorialidades e as identidades. É o falar da existência e (re)existência desses agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba.

4.1 “NASCI NO MATÃO AQUI”: A MATA ATLÂNTICA DE GUARAQUEÇABA UM TERRITÓRIO DE (RE)EXISTIR COM FORÇA E O SENTIR DO CORAÇÃO

Qual a verdadeira função da Mata Atlântica?



FIGURA 9 – BAÍA DE GUARAQUEÇABA
FONTE: AUTORA, 2015.



FIGURA 10 – COMUNIDADES
FONTE: AUTORA, 2015.

Estamos acostumados a associar a Mata Atlântica somente a uma área de floresta tropical com alta diversidade de flora e fauna ameaçadas e endêmicas, um conjunto de rios e seus afluentes, um bioma, um agrupamento de objetos no espaço, ou ainda como recursos naturais que nos fornecem energia e bens de consumo. Mas, a Mata Atlântica é mais que isso. É a família de muitos seres humanos e não humanos, é a casa, “o doce lar” de várias gerações que ali permanecem e perpassam ciclos, é o evoluir de culturas e relações, ecossistemas, territórios, é a nossa biodiversidade e sociobiodiversidade, é o socioambiental. É singular e plural ao mesmo tempo. Conhecimentos, experiências, territorialidades, identidades, práticas, saberes, vozes e almas habitam a Mata Atlântica. Ela é o território tradicional de (re)existir com força e sentir com o coração dos agricultores familiares aqui delimitados nesta pesquisa, em meio ao complexo universo de disputas assimétricas e relações de poder que os cercam e moldam.

A ideia de que a Mata Atlântica, a floresta, os ecossistemas, a ecologia, a natureza é separada do ser humano, dos povos e comunidades, é uma ideia construída pelas lógicas dominantes de desenvolvimento e da colonialidade. Essas lógicas a todo instante, de uma maneira perversa, tentam romper com esse todo onde estão intrínsecas as conjunções com os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais, ou seja, com o território, as territorialidades, as identidades.

No Brasil restam apenas 12,4% da floresta de Mata Atlântica que existia originalmente e desses remanescentes 80% estão em áreas privadas, atualmente 72% da população brasileira vive na Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2018).

O município de Guaraqueçaba, no Litoral Norte do Paraná, é bastante significativo nesse cenário, ocupando o 1º lugar no ranking de municípios do Paraná em todas seguintes categorias: (I) municípios mais conservados; (II) municípios com mais floresta preservada; (III) municípios com maior área de floresta (ATLAS MATA ATLÂNTICA, 2014). Neste sentido, essa pesquisa, esse capítulo e subcapítulos são a todo instante uma tentativa de romper com essas lógicas e reafirmar que na Mata Atlântica de Guaraqueçaba, assim como na Mata Atlântica das comunidades de Açungui, Tagaçaba e Potinga, têm território, territorialidades, identidades que existem e (re)existem.

De início é viável esclarecer a você, interlocutora e interlocutor, o que se entende por território e territorialidades e qual o viés conceitual que se adota nesta pesquisa. Como bem adverte Porto-Gonçalves (2002, p. 229): “A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica”. Sem modismos ou preferências, esses são conceitos chaves para interpretar as relações intrínsecas entre sociedade e natureza sem dicotomias ou dualismos. Além disso, o território e as territorialidades estão diretamente relacionados à questão dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos, temática de âmbito central nesta pesquisa.

Nos dicionários oficiais da língua portuguesa brasileira são comuns acepções da palavra território atreladas principalmente a uma base física ou uma divisão político-administrativa.

Para Souza (2009) o uso do conceito dessa forma não foi um mero descuido, visto que o território sob qual o aparelho do Estado exercia sua soberania legitimou e privilegiou um tipo de fonte particular de poder – o da lógica dominante e perversa. Porto-Gonçalves (2012a) ainda ressalta uma persistente recusa em se pensar o território para além da visão eurocêntrica, profundamente impregnada pelo Direito Romano e sua legitimação do direito de propriedade. Contudo, esse conceito chave tem alcançado cada vez mais amplitudes, pluralidades e ressignificações nos desdobramentos epistemológicos e metodológicos contemporâneos, principalmente no contexto da Geografia Crítica englobada pela Ecologia Política e a Ecologia Política Latino-Americana.

O território é constituído de inúmeras relações de poder sendo o campo de ação de disputas, rupturas, continuidades e hibridismos. Assim, observe interlocutora e interlocutor, que o viés conceitual que aqui se adota não está restrito a algo “unifuncional” como proposto e reproduzido pelo capitalismo, ao revés é

detentor de multiplicidades, diversidades e complexidades (HAESBAERT, 2007). Neste sentido, o território é definido como um espaço socialmente construído articulando o domínio no sentido político-econômico e a apropriação no sentido cultural-simbólica (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Assim, o território é a combinação de quatro componentes principais: (I) as relações de poder; (II) as redes de circulação e comunicação; (III) as identidades; e (IV) a natureza (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Para Porto-Gonçalves (2012a; 2012b) toda apropriação material é também simbólica, afinal não nos apropriamos de nada que não faça sentido e não tenha algum significado. O autor afirma que o processo de apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. Ainda para Porto-Gonçalves (2006, p.163) o conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação da sociedade e natureza:

O modo como cada ente natural é significado - a começar com suas designações (afinal, dar nomes próprios é a primeira apropriação); o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes sub-espacos, constitui as diferentes ordens sociais, seus territórios. Assim, o território aparece como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural de nossas ações (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.163).

Além disso, Porto-Gonçalves (2002, p. 230) explica que os processos de apropriação ensejam as identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada configuração territorial. A territorialidade, segundo Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está diretamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Haesbaert (2011) ainda ressalta a ênfase dada hoje à espacialidade numa escala mais especificamente “humana”, que ele caracteriza como aquela de nossa reprodução e circulação como seres vivos, móveis, que necessitam de abrigo e

recriam o mundo pela própria resignificação e simbolização de seu espaço-tempo³⁵. Para esse autor o espaço-tempo é uma tentativa de romper com as genéricas dicotomias das categorias espaço e tempo, onde o presente “geográfico” passa a ser visto, sempre, como a condensação de múltiplas durações de um passado que se contrai e, ao mesmo tempo, como a abertura para um futuro de múltiplos caminhos, e, assim, de múltiplas possibilidades.

Duarte e Varella (2014) afirmam que à medida que os grupos sociais se apropriam e modificam determinados fragmentos do quadro natural também determinam a dinâmica das sociedades. Para os autores conforme as sociedades produzem suas territorialidades específicas em um lugar, o território, produz concomitantemente, culturas específicas. Portanto, pensar o território e as territorialidades é ao mesmo tempo pensar a existência de uma rede de relações e tecituras desiguais.

É fundamental também destacar a especificidade que os conceitos de território e territorialidades abarcam e acionam na América Latina. Como mencionado nessa introdução, Quijano (2000) explicita que a conquista da América Latina trouxe consigo a modernidade como primeira identidade e a operacionalização da colonialidade em diversas dimensões, materiais e simbólicas. Para Krenak (2018) a violência colonial atinge as pessoas — não percebidas aqui como “indivíduos”— e rompe com a percepção do coletivo ao mesmo tempo em que constrói a individualização. Portanto, a América Latina está imersa num campo ainda mais intenso de disputas assimétricas, relações de poder, guerras de discursos e narrativas, lutas por sentidos e modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais.

Porto-Gonçalves (2012b) reflete ainda que na América Latina a natureza e a cultura são politizadas com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, onde esse conceito adquire outras significações ao apontar que dentro de um mesmo estado-territorial habitam múltiplas territorialidades. As lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade se converteram num grande eixo de reprodução e intensificação de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território.

³² Para um maior aprofundamento, consultar o artigo: HAESBAERT, R. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2011. Disponível em <<http://www.posgeo.uff.br/da-multiterritorialidade-aos-novos-muros-paradoxos-da-des-territorializacao-contemporanea>>

No Brasil diversos acontecimentos de povos e comunidades tradicionais e de movimentos sociais, iniciados em meados da década de 1970, constituíram-se no que podemos determinar de lutas pela reinvenção dos territórios, pelo reconhecimento de suas territorialidades específicas, por justiça ambiental ou um ecologismo popular. Os últimos são considerados também correntes do ambientalismo que contrapõe o que Alier (2014) denomina de “culto ao silvestre” e o “evangelho da ecoeficiência”. Esse autor da Ecologia Política atesta que o crescimento econômico implica em maiores impactos socioambientais nos quais se deslocam geograficamente para territórios mais vulnerabilizados. Portanto, a justiça ambiental ou ecologismo popular apresenta como possibilidade a democratização da ocupação e uso dos recursos naturais pelos mais diversos povos e comunidades tradicionais permitindo que esses tenham esse acesso e mantenham as suas relações, que tendem a ser mais híbridas, com a natureza.

Entretanto, na maioria das vezes os povos e comunidades tradicionais e os movimentos sociais, apesar de vivenciarem essas realidades e suas lutas se caracterizarem como lutas por justiça ambiental ou ecologismo popular, não se autodenominam especificamente nesses termos. Mesmo que a (re)existência dos nossos povos e comunidades tradicionais não se estabeleça de maneira explícita na forma de um movimento social ou enfrentamento organizado, ela nunca deixou de (re)existir. Nesta pesquisa se adota o termo (re)existir e (re)existência, assim como Komarcheski (2019), baseada na noção de Porto-Gonçalves (2002) onde ele afirma que embora hajam relações assimétricas de poder os povos e comunidades mais do que “resistir”, eles “r-existiram”, “r-existem” e se reinventam na sua diferença.

A identificação de um território por intermédio de suas relações e significações, as territorialidades, são o que impulsionam os povos e comunidades a se mobilizarem por aquele determinado território (SIBUYA; VASCO, 2016). Para os povos e comunidades tradicionais os modos de ser, fazer e re(existir) ancestrais não são elementos separados do território. O território e as territorialidades são assim denominadores comuns e de extrema importância para a real compreensão dos modos de ser, fazer e re(existir) ancestrais e dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos.

A questão do território e das territorialidades ganhou fôlego no contexto do Brasil com a Constituição Federal Brasileira de 1988 que estabelece a proteção dos direitos culturais através dos seus Arts. 215º e 216º:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988).

Em 2002 foi ratificada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil pelo Decreto nº 143/2002 e entrou em vigência no Brasil em 2003 tendo sido promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004. A Convenção nº 169 foi aprovada em 1989 em Genebra no âmbito da OIT que integra a ONU. Segundo, Silva (2019) a Convenção nº 169 é um tratado internacional de direitos humanos que representa a conquista dos novos direitos coletivos dos povos indígenas e tribais/tradicionais: direitos de participação, consulta e consentimento prévio, livre e informado, direito a livre determinação e direito ao autorreconhecimento. Ainda para a autora entre as matérias e direitos previstos na Convenção nº 169 encontram-se terras e território; contratação e condições de emprego; indústrias rurais; seguridade social e saúde; educação e meios de comunicação; contatos e cooperação através das fronteiras; administração de programas governamentais que afetam esses povos.

Além da Convenção nº 169 da OIT, outra normatização que substanciou os direitos ao território e as territorialidades foi a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída pelo Decreto

6.040 em 7 de fevereiro de 2007, que determina em seu artigo 3º a definição abrangente de povos e comunidades tradicionais e de territórios tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que **possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;**

II - Territórios Tradicionais: os espaços **necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais**, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (BRASIL, 2007, grifo da autora).

Essa política foi resultante das jornadas de lutas e mobilizações de variados povos e comunidades, movimentos sociais e diversas entidades, um processo dotado de disputas e guerras por discursos, narrativas e sentidos. Ela teve como importância principal estabelecer o reconhecimento jurídico-formal e a proteção de outros grupos culturalmente diferenciados, para além das comunidades indígenas e quilombolas. E passou a incluir seringueiros, faxinalenses, caiçaras, camponeses, pescadores artesanais, benzedeiros, cipozeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, geraizeiros, catadoras de mangaba, andirobeiras, comunidades de fundo de pasto, etc.

Wanderley (2009) coloca que o agricultor tradicional encontra-se vivo na maioria desses diversos grupos que têm o mundo rural como um espaço de vida. Essas comunidades, assim como as comunidades indígenas e quilombolas, também têm seus direitos reconhecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em agosto de 2019 ocorreu em Brasília a Primeira Marcha de Mulheres Indígenas e a VI Marcha das Margaridas³⁶, um momento histórico que uniu um coletivo de cerca de 100 mil mulheres das florestas, do campo e das águas, de todas as regiões do Brasil e da América Latina. Elas ecoaram gritos de defesa e (re)existência de seus territórios, corpos e espíritos. Na carta final divulgada pela

³⁶ A Marcha das Margaridas leva esse nome devido a Maria Margarida Alves, uma agricultora sindicalista dos trabalhadores rurais da Paraíba brutalmente assassinada em 1983, porque lutava pelos direitos coletivos dos povos e comunidades explorados.

Primeira Marcha de Mulheres Indígenas havia uma referência sobre o que as indígenas com seus conhecimentos tradicionais entendem por território (APIB, 2019, s/p):

Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, **o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito.** Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. **A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo.** E quem tem colo tem cura. Quando cuidamos de nossos territórios, o que naturalmente já é parte de nossa cultura estamos garantindo o bem de todo o planeta, pois cuidamos das florestas, do ar, das águas, dos solos (APIB, 2019, s/p, grifo da autora).

Chamou-me a atenção o modo como o território, as territorialidades e o poder da identidade transpassou todo esse movimento de reinvenção e (re)existência, bem como as palavras e a escrita dessa carta final advindas do (re)existir com força e sentir com o coração. E como o processo de reflexão e produção do conhecimento é uma teia de conexões e redes. É o “criar-pensar-fazer” e o “sentir-tocar-viver”. Então, me coloquei a pensar sobre tudo isso no contexto específico dos agricultores familiares desta pesquisa e dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos.

A Guaraqueçaba da atualidade com seus 7.871 habitantes e 2.020.090 km² de extensão é predominantemente rural, onde 66% de seus povos e comunidades estão na área rural e 34% na área urbana (IBGE, 2010). As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a exploração florestal e a pesca. Essas atividades ocupam 1.431 trabalhadores no total, o que representa mais da metade dos trabalhadores locais, que são de 2.831 pessoas (IPARDES, 2010).

Dos 11 agricultores familiares entrevistados das comunidades rurais de Açungui, Potinga e Tagaçaba, 100% deles possuem a sua renda principal proveniente da agricultura familiar. Desses 100%, 20% apresentam simultaneamente a renda principal baseada na agricultura e na aposentadoria, e somente 10% apresentam sua renda principal baseada na agricultura e no extrativismo. Relativo ao tamanho das propriedades a média entre os agricultores familiares entrevistados é de 19 hectares, onde a média da área de plantio é de

cerca de 6 hectares, sendo que dois dos entrevistados não souberam responder. Os principais cultivos para a venda são em ordem de importância são: (I) banana, (II) pupunha, (III) mandioca, (IV) a palmeira real e (V) inhame. Já o principal produto processado é a farinha de mandioca.

Esses dados dos agricultores familiares entrevistados na verdade são provenientes de uma diversidade de ambientes, ecossistemas, culturas, experiências, identidades, práticas e saberes, que se mesclam e moldam as múltiplas dinâmicas e processos atuais resultantes de um passado não homogêneo e linear. Onde rupturas, continuidades e hibridismos são presentes e transversais, e os inúmeros agricultores familiares reinventam-se nos seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais no território.

Muitas explicações para compreender e analisar os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos entre os agricultores familiares desta pesquisa e essas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e colonialidade materializadas na figura do Estado estão em olhar através das raízes. Olhar através das raízes é olhar o território, as territorialidades, as identidades e a maneira como as relações configuram e reconfiguram tudo isso, sem se limitar a um tempo histórico como um espaço homogêneo e vazio como bem coloca Gagnebin (1994).

Em uma das minhas primeiras conversas realizadas com os sujeitos da pesquisa entrevistei um dos agricultores familiares que conhecia há bastante tempo, através do convívio no projeto de extensão universitária “Farinheiras no Litoral do Paraná”, mas agora eu estava lá sozinha como mestranda, pesquisadora, ativista socioambiental investigativa eu diria e principalmente como alguém de já certo convívio que era recebida com afeto, um grande sorriso, abraços, bananas e café.

Aquele era um dia quente, úmido e abafado, bem típico do município de Guaraqueçaba, me sentei em seu banco longo de madeira e coloquei-me a “prosear” com esse agricultor familiar, “prosear” era um termo que ele usualmente dizia no seu cotidiano. Do lugar onde eu estava sentada visualizava a beira da estrada PR-405 de chão batido, quando os automóveis e caminhões passavam eu escutava os barulhos dos cascalhos que batiam e disputavam a sonoridade com os cantos das saíras sete cores deste lugar. Um respiro de ar puro na Mata Atlântica, em meio a uma das áreas mais conservadas ambientalmente e de sociobiodiversidade no Litoral do Paraná, no Brasil e no mundo.

Eu havia enfrentado no dia anterior aproximadamente 3 horas de viagem nessa estrada de chão num ônibus interestadual, que executava seus serviços somente três vezes na semana num horário do dia pela manhã e perante o pagamento de uma passagem de valor significativamente alto. A distância entre Guaraqueçaba e Curitiba de onde parti é de aproximadamente 176 km. Durante o período de convivência em campo com os agricultores familiares eu anteriormente resolvi que me hospedaria numa pousada local, na comunidade de Tagaçaba, com o intuito de não atrapalhar a rotina de ninguém e ter alguns momentos de reflexão sozinha sobre tudo aquilo que eu vivenciava, sentia e tinha como experiência. Contudo, naquela conversa reparei como o processo de reflexão e produção do conhecimento acontece simultâneo, sem obedecer a ritos e regras, a todo o momento. Realmente constatei que o “clichê da neutralidade” a mim não era viável.

A começar perguntei sobre suas origens e raízes, ele logo soltou: “Nasci no matão aqui, o meu pai veio de fora para cá. Ele veio de Santa Catarina. O pai dele já veio da Itália para a Santa Catarina. [...] A gente criou-se nesse mato aqui”. Neste instante e depois na análise desta narrativa constatei todo o universo de ancestralidade complexo que se colocava diante dos meus olhos e lentes como pesquisadora, humana e aprendiz.

Os beija-flores e os tucanos também interrompiam a nossa “prosa” para nos visitar e comer as frutas que aquele agricultor familiar, meu velho conhecido de outras datas, lhes oferecia em suas mãos, ele dizia que esses bichos lhe visitavam todos os dias. Nas horas de “prosa” que se delongavam, ele, com seus cabelos brancos, que eram motivos de seu orgulho, contou-me sobre suas sabedorias de um passado com nostalgia e ares de saudades. Ao mesmo tempo essas sabedorias demonstravam a reescrita de suas ações e “da história, das histórias, da História” no tempo presente e no tempo futuro. Eu escutava atentamente cada detalhe e ao invés de encurtar a nossa “prosa”, cheia de curiosidades perguntava mais ainda e além daquilo que previamente tinha estipulado.

Eram nítidos com aquela conversa os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais, a relação intimista do agricultor familiar com o território – um território tradicional, o delinear das territorialidades e a hibridação das identidades. Ele, aquele agricultor familiar, que, ao encontrá-lo toda vez me remetia à figura de um querido avô em seu modo de “prosear” e agir com reciprocidade, não sabia os conceitos e as teorias de que eu ali detinha conhecimento. Entretanto, o seu

“prosear” e suas narrativas demonstravam um saber tradicional, uma memória biocultural, uma história para além da história universal e das amarras das lógicas dominantes do “desenvolvimento” e da colonialidade.

Toledo e Barrera-Bassols (2008) explicam que a memória biocultural representa uma expressão da diversidade alcançada e resulta de um enorme valor para a real compreensão do presente e da configuração de um futuro alternativo frente aos impulsos e inércias atuais. Para os autores os campos onde atualmente existem informações para análise da memória biocultural são os campos da diversidade biológica, da diversidade linguística e da diversidade agrícola correlacionados com as sociedades rurais tradicionais e os saberes tradicionais.

Toledo e Barrera-Bassols (2008) ainda afirmam que os saberes tradicionais estão conformados na complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas. A natureza, neste sentido, é concebida e representada nos domínios visíveis e invisíveis. Para eles os saberes tradicionais se baseiam principalmente nas experiências obtidas do mundo dos acontecimentos, dos significados e dos valores de acordo com o contexto cultural e social onde ocorrem.

4.2 O AGRICULTOR FAMILIAR COMO IDENTIDADE POLÍTICA DE (RE)EXISTÊNCIA

Ao refletir sobre os povos e comunidades tradicionais do Brasil e todo o processo histórico não homogêneo e linear que lhes envolvem mergulha-se numa extraordinária diversidade sociocultural e fundiária (LITTLE, 2002). No entanto, existem também denominadores comuns nessa diversidade e formação. As múltiplas comunidades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade e formação (LITTLE, 2002; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008); enquanto as centenas de comunidades de quilombos formam outro (LITTLE, 2002). Esses dois principais núcleos incorporados ao processo da colonização e ocupação influenciaram a formação das identidades dos

agricultores familiares aqui delimitados, localizados nas comunidades rurais de Açungui, Potinga e Tagaçaba.

Durante um grande período de tempo me questionei em que categoria analítica ou conceituação eu deveria “encaixar” aquele agricultor familiar citado acima e outros agricultores familiares delimitados nesta pesquisa. Refletia, pensava, dormia, acordava e não havia uma resposta exata para esse dilema conceitual que me incomodava subjetivamente. Eu tinha sérias dificuldades de “encaixar” sujeitos tão plurais em categorias e padrões pré-estabelecidos rígidos, como de praxe para qualquer gestora ambiental com uma formação que considera a amplitude, as conexões, a complexidade das relações em todas as dimensões e as autodeterminações.

Little (2002), num dilema bastante semelhante em relação aos distintos grupos e formas fundiárias, salienta que quaisquer combinações categóricas são problemáticas em razão da abrangência e diversidade de grupos que engloba. Esse dilema para Leroy e Meireles (2013), reflete ou a falta de informações precisas, ou a dificuldade de dar conta de realidades tão complexas e heterogêneas. Como bem adverte Porto (2012, p. 33-34): “Qual é a nossa postura diante do que conhecemos? E muitas vezes até mais importante, do que não conhecemos?”. É necessário estar ciente da problemática que representa qualquer categorização e encaixe desse tipo.

Além disso, para mim são mais do que sujeitos de uma pesquisa de mestrado. Esses sujeitos são laços de afeto, amizade e reciprocidade estabelecidos com nomes próprios e histórias de vida cheias de especificidades e singularidades. As minhas experiências com os sujeitos desta pesquisa comprovam ainda mais a grande imensidão “da história, das histórias, da História” e o desconhecimento das nossas origens e das distintas formas de sociabilidades e organizações sociais existentes. Assim compartilho das reflexões de Porto (2012) ao afirmar que se deve reconhecer o desconhecido, as incertezas em jogo e considerar as múltiplas dimensões (PORTO, 2012).

Nesta pesquisa fiz a opção, com as ressalvas acima colocadas, de nomear os sujeitos aqui delimitados de agricultores familiares, por compreender que agricultor familiar é a sua identidade política de (re)existência e como se autodeterminam na atualidade. É essa identidade que os conecta fortemente com as coletividades, as territorialidades, o território e um sentido de pertencimento.

A noção de identidade é definida por Castells (2018, p.54) como: “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” Para o autor podem haver identidades múltiplas, que não são o mesmo que os papéis, atribuídos tradicionalmente pelos sociólogos, identidades organizam significados enquanto papéis organizam funções. Castells (2018) ainda afirma que do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída através da história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, aparatos de poder, religião, etc. Essas informações são reorganizadas por indivíduos e grupos sociais de forma específica, em meio a relações de poder.

Além disso, a identidade, enquanto elemento que incorpora os significados e imaginário de um grupo social é também aquela que constitui um território (HAESBAERT, 1997; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007). Deste modo, é fundamental ressaltar a relação intrínseca entre identidade e política, nesta pesquisa se adota como suporte as três variantes de identidade segundo Castells (2018):

- (I) Identidade legitimadora – introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir sua dominação em relação aos sujeitos;
- (II) Identidade de (re)existência – criada por sujeitos considerados que se encontram em posições e condições desvalorizadas frente às lógicas dominantes. E assim constroem a sua (re) existência com base em princípios diferentes dos que atravessam as instituições da sociedade dominante e suas lógicas.
- (III) Identidade de projeto – é a construção de uma nova identidade pelos sujeitos através de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, essa também é capaz de redefinir sua posição na sociedade e de buscar a transformação da estrutura social.

Contudo, com a ressalva de que na identidade de (re)existência apresentada por esse autor é também incorporado a “r-existência” no sentido de Porto-Gonçalves (2002) e a “re-existência” em Komarcheski (2019). Para Porto-Gonçalves (2002) embora haja relações assimétricas de poder no território, os povos e comunidades mais do que “resistir”, eles “r-existiram”, “r-existem” e se reinventam na sua diferença. Komarcheski (2019) emprega a grafia de “re-existir” e “re-existência” no sentido de reafirmar mais uma vez hermeneuticamente esse sentido implícito, do

existir e re-existir. Nesta pesquisa se adota o (re)existir também como uma reafirmação ainda mais ecoante da grafia na hermenêutica, onde o (re)existir pulsa.

Mesmo que não seja um (re)existir explícito de enfrentamento ou da atuação latente de uma organização social e movimento social formalizado, o (re)existir segue pulsando. Às vezes silencioso, num olhar profundo e penetrante, outras vezes num suspiro com ar de angústia e indignação, naquele desabafo de uma “prosa” com a família e a vizinhança, ou ainda na fala doce com as plantas e os pássaros que colore os dias mais cinzas. O (re)existir segue batendo lá dentro do interior de um coração. Na coragem de seguir o cotidiano, no movimento do tempo que perpassa e une contínuos, na força interna que vêm das raízes reinventadas da ancestralidade e do tradicional, no sentir presente as relações com a natureza, o trabalho, o lazer, a religiosidade, o território, o mundo, a vida. Um (re)existir com força e o sentir do coração.

Castells (2018) ainda afirma que a identidade de (re)existência leva à formação de comunidades e considera esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Além disso, o autor ressalta que as três variantes de identidade citadas acima são dinâmicas e podem sofrer transformações e alterações.

Portanto, a identidade política de (re)existência como agricultor familiar é acionada de forma a (re)existir frente às condições e situações de desvalorização/inferioridade empregadas pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. Contudo, reconheço que no cerne do ser, fazer e (re)existir agricultor familiar como identidade política, também estão implícitos processos de hibridismos com a identidade caiçara (MUSSOLINI, 1980; DIEGUES, 1988; ADAMS, 2000a, 2000b); e a condição de colonialidade (QUIJANO, 2000) transversal na América Latina, que é formadora de identidades consideradas inferiores. E quiçá outras identidades e condições que aqui não serão mencionadas, pois demandariam outras vertentes de estudos e convivência com os sujeitos desta pesquisa.

A noção de hibridismos vem sendo discutida amplamente na contemporaneidade, como um conceito capaz de compreender os processos identitários para além da pretensão de definir categorias “puras” e “autocontidas”, onde em seu âmago existem intrínsecas relações complexas, conflituosas e tensas

entre o tradicional e o moderno (FLORIANI; THER RÍOS; FLORIANI, 2013; CANCLINI, 2015).

Canclini (2015, p.19) entende hibridismos como: “Os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Para o autor isso geralmente ocorre oriundo de uma criatividade individual e coletiva. Neste sentido, ao transpor as reflexões de Floriani, Ther Ríos e Floriani (2013) e Canclini (2015) os hibridismos geram uma via de ressignificação, reconfiguração, reinvenção, que pode ser positiva ou negativa.

Nas experiências adquiridas durante os meus trilhares acadêmicos, profissionais e pessoais e principalmente nas entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa, as frequentes referências e autodeterminações como “lavradores”, “pequenos produtores” e “produtores” eram comuns. E novamente evidenciavam uma conectividade com a identidade caiçara (MUSSOLINI, 1980; DIEGUES, 1988; ADAMS, 2000a, 2000b). A condição de colonialidade transversal na América Latina é formadora das identidades consideradas inferiores (QUIJANO, 2000). Essas identidades inferiorizadas historicamente pelo poder dominante são fragmentadas e reconfiguradas pelas relações de poder no território e suas territorialidades.

É possível dizer, portanto, que essa condição da colonialidade é instaurada com a conquista da América Latina através de um novo padrão de poder mundial, que se funda na classificação social racial/étnica da população do mundo e assim novas identidades são formadas (negros, indígenas, amarelos, brancos e mestiços), identidades consideradas inferiores pelas lógicas dominantes. Deste modo, ao transpor essas reflexões de Quijano (2000), Floriani, Ther Ríos e Floriani (2013), Canclini (2015) e Castells (2018), conclui-se que as identidades dos agricultores familiares delimitados nesta pesquisa estão interligadas desde suas origens a essa premissa fundamental.

Pacheco e Faustino (2013) explicitam num capítulo do “Mapa de conflitos e injustiça ambiental e saúde no Brasil”, que no caso brasileiro não se pode perder de vista o contexto da colonização. Os autores ressaltam que no cotidiano brasileiro a composição das elites e a distribuição do poder e da riqueza (e, portanto, das classes sociais) sempre estiveram permeadas por desigualdades étnicas e raciais. A colonização e ocupação do Litoral do Paraná, assim como, no restante da América Latina foi um processo longo marcado de assimetrias, contradições, domínios,

disputas e explorações incessantes. É interessante ressaltar que o decurso da diferenciação social desse território caminhou paralelamente a esse processo, a começar pela negação do reconhecimento ao direito do território indígena³⁷ (MIGUEL; ZANONI, 1998).

Na clássica obra “Ensaio de antropologia indígena e caiçara”, Mussolini (1980) afirma que se verificam elementos culturais e sociais comuns no imenso litoral brasileiro, esta identidade é motivada, em grande parte, pelas mesmas influências que contribuíram para consolidar as primitivas bases culturais da vida litorânea. Porém, a autora revela que os fatores geográficos contribuíram significativamente para criar toda uma variação nas densidades das populações dos grupos litorâneos, na morfologia social, nas formas de uso e ocupação do solo e utilização dos recursos naturais, na sua fixação ou mobilidade. Além disso, Mussolini (1988) ainda afirma que devido à política colonial portuguesa, que se caracterizou quanto ao povoamento, pela dispersão, organizou-se ao longo da costa uma série de configurações espaciais distintas, de diferentes significações.

A identidade caiçara é uma referência comum adotada para aquelas comunidades e indivíduos que vivem ao longo do Litoral dos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, resultantes dos hibridismos com fortes influências dos indígenas, quilombolas e também dos colonizadores portugueses (DIEGUES, 1988). O termo caiçara tem origem no tupi caá-içara (Sampaio, 1987 citado por Adams, 2000) e anteriormente era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe (ADAMS, 2000a). Dumora (2006) também aponta que nas obras de Darcy Ribeiro e de Antonio Candido o caiçara é denominado como um objeto de variantes socioculturais do povo brasileiro e característico dos povos e comunidades do litoral dos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná.

Mussolini (1980) ainda enuncia que a vida litorânea caiçara caracteriza-se por uma série de elementos como: (I) A relação intimista do homem com o seu entorno, onde ele é um profundo conhecedor das propriedades das plantas (para

³⁷ Houve um grande declínio dos povos indígenas, a chegada dos colonizadores e vicentinos culminou na efetiva perda de seus territórios, ainda no século XVI as bandeiras paulistas provenientes de São Vicente atravessaram o interior do litoral em busca de metais preciosos, mão de obra escrava ou mesmo o extermínio de ameríndios (IPARDES, 1989). O envolvimento dos vicentinos com as mulheres indígenas era recorrente, o que favoreceu a miscigenação, como elucidado Saint-Hilaire (1978, p.103): “Esses aventureiros não traziam mulheres em seus bandos, e confraternizavam livremente com os índios do litoral”.

remédios, construções, canoas e jangadas) e dos fenômenos naturais relacionados tanto a terra quanto ao mar; (II) A divisão das atividades entre a pesca e a pequena agricultura com poucos excedentes para troca ou venda; e (III) Uma cultura baseada em práticas tradicionais³⁸, como o consumo do peixe associado à farinha de mandioca, com uma organização social do trabalho geralmente de forma comunitária e herança fortemente indígena³⁹.

Diegues (1988) ainda relata que os caiçaras desenvolvem uma relação sociocultural com os ecossistemas, visto que, em variados casos os valores socioculturais e espirituais dessas comunidades fazem conexão com o meio ambiente e possuem uma função de conservação importante. O sistema de produção dos caiçaras se baseia na mão de obra familiar e na combinação de várias atividades econômicas regidas por um calendário, marcado pelo “tempo-frio” e “tempo-quente”. Além disso, nos locais em que o modo de vida tradicional sofreu poucas mudanças os caiçaras combinam atividades de pequena agricultura de subsistência, pesca artesanal, coleta e artesanato (DIEGUES, 1988).

Portanto, esses hibridismos têm suas explicações principalmente nos processos de colonização e ocupação da região, bem como, nos processos de produção e intensificação de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. Produtos das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, materializados principalmente nas relações com o Estado brasileiro e seus aparatos.

Sibuya et al (2018) fazem essa discussão também com as comunidades de pescadores artesanais do Litoral do Paraná, que no passado tinham uma forte relação tanto com o mar quanto com a terra, e no presente têm suas roças e plantios alterados principalmente com o contexto das UCs e das normatizações ambientais da territorialização de uma natureza colonizada. Cabe salientar também que grande parte dos agricultores familiares entrevistados das comunidades de Açungui, Tagaçaba e Potinga também apresentam em suas raízes a questão do colono e das imigrações alemães, italianas e polonesas.

³⁸ As práticas tradicionais estão relacionadas às sociedades tradicionais como alegam Diegues (2000) e Toledo e Barrera-Bassols (2008).

³⁹ Entre os elementos que representavam os modos de vida e práticas dos indígenas estavam a agricultura de coivara ou agricultura itinerante, que tinham a sua base na mandioca, no milho, na pesca, na caça, na produção de farinha de mandioca e no defumo do peixe (DEAN, 1996).

A identidade política de (re)existência como agricultor familiar passou a ser mais evidente nas comunidades estudadas principalmente com o processo de criação das UCs na região, a criminalização de práticas tradicionais pelo Estado brasileiro através dos aparatos das legislações ambientais e os ciclos econômicos dominantes. O estabelecimento do Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar – PRONAF em 1996, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA⁴⁰ em 1999 e da Lei nº 11.326 em 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) auxiliaram na definição institucional do conceito de agricultor familiar e também contribuiu nesse contexto. Esses elementos trouxeram benefícios a esses sujeitos provocando uma série de políticas públicas específicas e regulamentando as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O agricultor familiar é entendido pela Lei nº 11.326 como:

Art. 3º: Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei 12.512 de 14/10/2012);

IV – dirija o seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar presente nas comunidades rurais delimitadas nesta pesquisa tem como alicerce a família, que desempenha um papel fundamental e simultâneo na organização agrícola, é ao mesmo tempo proprietária e trabalhadora no estabelecimento produtivo. Além de valorizar a produção para o autoconsumo, com a finalidade de contemplar os hábitos alimentares, garantir a segurança alimentar e a autonomia. A conformação desta estrutura produtiva atribui características determinantes no modo como se expressa socialmente e economicamente, contudo não se materializa estática, é marcada pela diversidade de elementos e situações (WANDERLEY 1996 e 2009; FERREIRA; ZANONI, 1998; LAMARCHE, 1998).

⁴⁰ O MDA foi extinto em maio de 2016.

E a gente fica por aqui, **porque a raiz da gente está aqui e a gente não pode sair**. Vai sair e fazer o que pra fora? **O que a gente sabe é a lavoura e tá aqui** (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

Na roça a gente trabalha direto, todo dia, e outras atividades que a gente tem: uma reunião ali e outra lá. A gente não pode muito ficar direto na roça por causa disso, **mas o compromisso da gente mesmo é na roça**. Plantar, limpar, tratar, depois colher e vender vai ano e vira ano assim. A gente aposentou, mas a agricultura não deixou e sempre continua. Enquanto tem saúde tá trabalhando (Agricultor familiar entrevistado, 62 anos, grifo da autora).

Na verdade **a gente continua como agricultor porque aqui é sempre melhor né**, com toda dificuldade que a gente tem, é bem melhor do que a gente ir para a cidade, noutro lugar. **Aqui por exemplo se a gente não vende o produto, mas a gente planta para comer, quer dizer que aquilo que a gente planta, a gente já não compra né. Não paga por exemplo à farinha, o legume né, ao fazer uma horta tem a hortaliça**. Então quer dizer que a gente já não gasta esse dinheiro, e depois outra coisa a gente tá sossegado né, aqui na liberdade, mais sossegado aqui na lavoura né, então a gente continua porque na verdade não tá fácil né, a gente continua aqui. (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Tanto o agricultor familiar narrado em algumas passagens deste subcapítulo, bem como outros agricultores familiares delimitados nesta pesquisa tornam visível, em variados momentos, essa identidade caíçara e a condição da colonialidade, ao falar de um tempo passado. Um tempo passado que faz conexão com o presente e o futuro.

Ao longo do espaço-tempo de Guaraqueçaba, os agricultores familiares sofreram o cerceamento de seus territórios, práticas tradicionais e a reconfiguração de suas identidades, seja pela criminalização das mesmas ou ressignificações de seus territórios. Esses fatores estão relacionados às lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, que através desses modelos moldaram os ciclos econômicos e a implantação de uma legislação que restringe as práticas tradicionais e as territorialidades específicas: os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais. Além de estabelecer como bem coloca a EP e EPL o deslocamento dos malefícios das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade sob os ombros dos povos e comunidades vulnerabilizados (PORTO, 2011).

A seguir nas linhas que se subscrevem estão elencados elementos que evidenciam essas afirmações colocadas.

4.2.1 Agricultor-pescador?

Apesar da identidade caiçara estar associada à prática tradicional da agricultura e da pesca (DIEGUES, 1988), no caso das comunidades de Açungui, Tagaçaba e Potinga, território estudado nesta pesquisa, é possível notar que a prática tradicional da pesca se perdeu ao longo do tempo como relata um dos agricultores entrevistados nesta pesquisa:

Quando eu era pia, nós trabalhava na roça com o pai até às 10 horas, porque nós éramos em mais pessoas. Aí 10, 11 horas ele pedia pra nós ir pescar no rio, no rio Potinga, pegar um peixe para almoçar meio dia. Aí eu gostava de pescar, mais para sair da roça para ir pescar, mas depois que a gente cresceu não tenho paciência para pescar. Naquele tempo tinha muito peixe. Chegava ali e jogava o anzol e já pegava peixe. Hoje se você vai no rio e jogar o anzol, fica lá sentado muito tempo e não pega, aí você tem que esperar, por isso que eu não gosto de pescar (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos).

Um dos fatores que podem ter ocasionado essa alteração é principalmente a abertura da estrada PR- 405, a rodovia da banana, que se iniciou em 1951 e finalizou em 1970, 21 anos depois, conforme afirmam Behr (1997) e Campos, Sulzbach e Komarcheski (2013). Os autores ainda salientam que a construção da estrada foi planejada justamente para tentar recuperar economicamente a região e ligar as áreas litorâneas de maior cultivo, que se localizavam entre as comunidades rurais de Cacatu e Serra Negra. Além disso, essa abertura também provocou a mudança de lugar das residências, da beira do rio para a beira da estrada, e assim a diminuição do barco como um meio de locomoção.

Esse período se caracterizou pela diminuição dos rendimentos da banana e o término nas exportações de banana para os países do Prata (ZANONI, et al 2000; RODRIGUES, 2005). Um dos agricultores entrevistados⁴¹ menciona a questão da banana, um dos cultivos tradicionais da região de Guaraqueçaba, e como era comum a utilização dos meios de navegação: “Naquele tempo era carregado tudo por barco pelo rio até Tagaçaba, era tudo mais difícil, mas tinha muito produto aqui no lugar, principalmente a banana. Banana é uma coisa que nunca acabou aqui e até hoje está tendo [...]”. Komarcheski (2012), em sua dissertação de mestrado⁴², enuncia que a abertura da estrada alterou significativamente a dinâmica local, pois

⁴¹ (Agricultor entrevistado, 63 anos).

⁴² Sustentabilidade Socioambiental da Produção de Farinha de Mandioca em Guaraqueçaba – PR (KOMARCHESKI, 2012).

antes os produtores tinham suas residências (e roças) próximas aos morros, serras e rios locais e utilizavam basicamente canoas como meio de transporte.

Com a construção dessa estrada o transporte fluvial deixou de ser importante para a economia do litoral e ao passar do tempo houve uma diminuição na utilização das canoas, os cascalhos colocados ao longo da estrada também contribuíram para propiciar o assoreamento dos rios interioranos da região do município de Guaraqueçaba. Além disso, é comum a menção nos estudos sobre a pesca artesanal o relato da diminuição dos estoques pesqueiros (SILVA, 2016) devido à pesca industrial, empreendimentos portuários e capacidade natural dos complexos estuarinos.

Ou seja, nesse caso da implantação do empreendimento da estrada houve a territorialização de outra forma social de uso e apropriação do território, distinta daquela pré-existente, a fim de expandir economicamente um modelo de produção ancorado nas lógicas dominantes do “desenvolvimento” e da colonialidade. Para Svampa (2012) e Zhouri e Laschefski (2017) o avanço acelerado e avassalador dos projetos de “desenvolvimento” econômico dominante, tende a reconfigurar o território em sua totalidade, impondo o consenso das populações e gerando fortes divisões na sociedade.

4.2.2 A agricultura de subsistência versus as grandes propriedades

Adams (2000b) afirma que a agricultura itinerante de subsistência⁴³, herança indígena, também é uma prática tradicional adotada pelas comunidades indígenas, caboclas, camponesas e também pelas comunidades caiçaras do litoral sudeste e sul, que habitam os últimos remanescentes de Mata Atlântica. Para a autora esse sistema envolve, de forma geral, alguns poucos anos de cultivo, alternados com vários anos de pousio e inclui o corte, derrubada e queima da floresta. Ainda a autora explica que a rotação de solos ao invés das culturas impede a propagação de pragas, doenças e plantas invasoras, características de um ambiente sempre úmido em que não há uma estação fria ou seca.

Dumora (2006), ao pesquisar os agricultores familiares de Guaraqueçaba que detinham essa prática tradicional de agricultura itinerante de subsistência

⁴³ Pode receber várias denominações como agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de derrubada e queima (ADAMS, 2000b).

observou a forte relação dessa prática com a satisfação das necessidades alimentares pela autoprodução e que isso lhes constituíam de certo modo uma “vantagem diferencial”. Dumora (2006, p.54) explicita que:

O nível de satisfação das necessidades alimentares pela autoprodução é um elemento determinante do estatuto econômico de uma família: para as famílias que compram na cidade os alimentos que poderiam ser produzidos por elas, as despesas alimentares constituem gastos importantes que consomem uma boa parte da renda deles. As famílias que, ao contrário, vivem essencialmente através do que produzem utilizam o dinheiro disponível para outros fins – sejam eles domésticos ou produtivos (DUMORA, 2006, p. 54).

Zanoni et al (2000), em seus estudos baseados numa abordagem interdisciplinar⁴⁴, revelam que no início do século XX a evolução dos sistemas agrários em Guaraqueçaba se pautava numa agricultura manual, com um sistema de cultivos de queimadas de um período de pousio de longa duração, superior a 15 anos. Os autores afirmam que posteriormente com a aceleração e declínio do cultivo de banana houve uma diminuição da fertilidade do solo e reduziu-se progressivamente o pousio para 6 anos.

Nos dias atuais a agricultura itinerante de subsistência referida por Adams (2000b) ou o sistema de cultivos de queimadas de que falam Zanoni et al (2000) não são mais usualmente utilizados como práticas tradicionais dos agricultores familiares, principalmente devido à territorialização de uma conservação ambiental dominante estabelecida no território que dificultam a existência dessa agricultura, que será tratada e discutida nas sessões adiante. A questão do pousio no contexto brasileiro é uma temática complexa e dotada de disputas assimétricas e relações de poder desiguais envolvendo as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade no predomínio das grandes propriedades e agronegócio.

Os agricultores familiares desta pesquisa descrevem nesse tempo passado essa agricultura itinerante de subsistência, um período de autonomia e maiores liberdades na pequena agricultura, no manuseio e manejo com a terra, nas sociabilidades, nos seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais. Os vínculos dessas situações são refletidas no tempo presente conforme explicitam as passagens:

⁴⁴ Através de um programa de pesquisa já concluído entre 1989-1997 (ZANONI et al 2000).

Antigamente não era terra lavrada⁴⁵, como a gente tem que fazer hoje, porque no morro não pode derrubar né. Então antigamente era assim, por exemplo, eu derrubava aqui, nesta área aqui eu fazia meio alqueire de chão. Então aqui eu fazia meio alqueire para plantar milho, aqui para plantar arroz, aqui para plantar rama⁴⁶. No outro ano eu deixava essa parte aqui e dali dois anos que eu tirava a plantação daqui. Eu deixava essa parte aqui e fazia em outra parte. Era tipo manejo né. Então quando fazia 3 a 4 anos que isso aqui já estava bom de fazer rama, aí eu voltava aqui de novo. **E nunca a terra ficou improdutiva, sempre tava produzindo, porque as árvores cresciam rápido.** Porque aqui no município de Guaraqueçaba, aqui é muito molhado né, chove muito. Então aqui a planta cresce muito, as árvores, então é rápido né. **Então era sob manejo e todo mundo fazia isso e todo mundo tinha, arroz, feijão, tudo, fartura, ninguém comprava nada da cidade, do mercado.** Hoje é diferente, hoje o pessoal depende bastante do mercado né, como Paranaguá, Guaraqueçaba, aqui mesmo em Serra Negra, tem mercado ali, então a gente tem que buscar lá (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

A minha vó nasceu aqui, a minha mãe, meu avô. E a minha vó nasceu e criou-se aqui, ela morreu com 85 anos. Então hoje já faz 30 anos que ela faleceu, veja só, e isso aqui tudo era assim. **Toda vida todo mundo plantava, só que eles não vendiam, plantavam para o próprio sustento né.** Não é igual hoje que vende farinha. Não. Todo mundo plantava para si, na verdade trabalhavam mais ainda que hoje, porque hoje a turma procura mais emprego né. **E veja só a natureza tá aí, ninguém devastou nada.** Então hoje se torna muito difícil assim, porque você vai lá falar pra tirar uma licença, eles enrolam muito, daí passa do tempo de plantar, porque tudo tem um tempo (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Os fragmentos acima também demonstram as relações, materiais e simbólicas, que esses agricultores familiares estabelecem com o território, a natureza e a cultura. A maneira como se plantava antigamente em suas áreas ou em áreas de parentes e vizinhos. O tempo não era só um dado momento, era um tempo de abundâncias e fartura na alimentação para o próprio consumo e para compartilhar com outros agricultores familiares. Esses fragmentos também denotam a complexidade das relações presentes no mundo rural⁴⁷ e as disputas por sentidos, quando citadas nessas narrativas a dependência do consumo de uma alimentação mais industrializada e dos mercados dominantes, a mercantilização das relações, a

⁴⁵ O agricultor familiar refere-se a possuir o título de propriedade privada da terra.

⁴⁶ O agricultor familiar refere-se à rama de mandioca.

⁴⁷ A colonização do mundo rural brasileiro e seus pressupostos usos são historicamente circunscritos pelo predomínio da grande propriedade, o que gerou um modelo socialmente reconhecido e impulsionou estímulos na política agrícola, favorecendo sua modernização e reprodução, enquanto a agricultura familiar ocupou uma posição secundária na sociedade, embora tenha contribuído de maneira significativa na construção do rural, e na contemporaneidade tenha alcançado avanços e reconhecimento como categoria (WANDERLEY, 1996; BRANDENBURG, 2005).

mecanização dos processos na agricultura e a mudança das técnicas⁴⁸. Elementos que têm se intensificado em décadas recentes.

Dumora (2006) coloca que a agricultura itinerante de subsistência era praticada nos morros onde se destinavam as culturas temporárias anuais. Como é o caso da mandioca, cultivo tradicional do Litoral do Paraná:

A maior parte que é de morro, onde nós plantava mandioca antigamente quando nós morava lá, hoje virou tudo mata. Nós não trabalhamos mais no morro e hoje você não pode mais trabalhar lá. Nós trabalhamos só na parte da várzea, porque a gente deixou crescer o mato e hoje não pode derrubar mais. A queimada não pode, é proibida a queimada também e eu mesmo já não gosto de queimada. Então onde eu trabalho é só na parte de várzea mesmo e onde nós já tinha as plantações de sementes e raiz. Hoje a gente planta a mandioca só na várzea, porque hoje tem trator⁴⁹ né. Naquele tempo era tudo na mão e queimada, cavava tudo na mão (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos).

Atualmente, as áreas de plantio dificilmente são nos morros devidos as legislações incidentes que protegem as áreas de preservação permanente em relação ao desmatamento e a supressão da vegetação.

Além disso, é válido ressaltar a contraponto as dinâmicas das grandes propriedades que modificaram ainda mais as relações de poder e as configurações territoriais. A implantação da estrada PR-405 facilitou o acesso dos grandes proprietários à Guaraqueçaba e favoreceu as atividades de bubalinocultura, que iniciaram em meados de 1965 e durante certo tempo mantiveram-se constantes com o seu ápice no ano de 1995 com o número de 6.709 cabeças conforme os dados do IBGE (2016). Paralelamente, a agropecuária de bovinos acompanhou a evolução dos bubalinos e também teve seu ápice no mesmo ano com 2.387 cabeças.

O cenário de predomínio da grande propriedade fez com que os agricultores familiares ocupassem uma posição subjacente na sociedade, todavia esses fatores não são específicos de Guaraqueçaba, ocorreram historicamente no mundo rural brasileiro como um todo e tiveram suas origens nas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

⁴⁸ A lógica da modernização agrícola teve como pressupostos o incentivo a mecanização, a inserção de modernos sistemas agrícolas que utilizavam produtos agroquímicos, o desenvolvimento genético de sementes visando o aumento no rendimento dos cultivos, aliadas a execução de grandes obras de infraestrutura, extrativismo predatório e a concessão de incentivos fiscais prioritários aos latifundiários, especuladores, bancos e empresas privadas (BRANDENBURG, 2010; GERHARDT, MAGALHÃES e ALMEIDA, 2012).

⁴⁹ Não são todos os agricultores familiares desta pesquisa que utilizam o trator (tobata).

Outro fato a explicitar é que a criação de bovinos na esfera brasileira tem demonstrado ser uma estratégia para os grandes proprietários, no intuito de reclamar terras, obter benefícios fiscais e financiamentos (RODRIGUES, 2005). Para os agricultores familiares desta pesquisa a terra não é somente um espaço físico, uma área delimitada, um terreno ou uma planície, ela está além do campo material, carrega consigo toda uma simbologia própria, relações, usos, trocas e práticas. Contudo, as lógicas dominantes ocultam o seu valor simbólico e impõe o seu valor de troca.

4.2.3 Do mutirão ao fandango caiçara

O mutirão e o fandango caiçara são dois elos da vida guaraqueçabana, que estão intimamente ligados às formas coletivas das relações sociais e as formas coletivas da produção e trabalho envoltas ao conviver em união na natureza e no território. Para Diegues (1999) a influência indígena também se manifestou nas formas de organização de trabalho e nas formas de sociabilidades nesse modelo de “cultura rústica”. Portanto, esses dois elos são elementos que possuem linguagens de valoração incomensuráveis (ALIER, 2008) e que estão implícitos nessa cultura dos modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais da identidade dos agricultores familiares. Esta que com reconfigurações e hibridismos presentes também representa a identidade caiçara e de certo modo a imposição da condição da colonialidade.

Alvar e Alvar (1979, p.75) sucintamente definem o fandango como: “baile que coroa uma festa ou trabalho, como ocorre no mutirão”. Este é considerado uma forma de expressão musical-coreográfica-poética e festiva, em novembro de 2012 foi registrado pelo IPHAN como um dos bens imateriais que compõe o Patrimônio Cultural do Brasil⁵⁰, um dos elementos centrais e aglutinadores da identidade caiçara (IPHAN, 2011, 2018). A sua área de ocorrência abrange o litoral sul do Estado de São Paulo e o litoral norte do Estado do Paraná, portanto o fandango caiçara não se refere a toda região habitada pelos caiçaras (IPHAN, 2011).

⁵⁰ Diegues e Coelho (2013) retratam, no entanto, que até chegar à efetivação do registro pelo IPHAN houve um longo trajeto de mobilizações sociais e científicas, de estabelecimento de políticas públicas e de reivindicações.

tomava conta das pessoas e existia uma forte relação de encontrar um velho conhecido que em outrora havia lhes sido tão presente usualmente.

As frustrações dessa prática tradicional não ocorrer mais nas comunidades rurais delimitadas nesta pesquisa também foram expostas e sentidas nas entrevistas e diálogos. Em consonância, Komarcheski (2012, p.128) também relata essa sensação em sua pesquisa de mestrado com os agricultores familiares da região de Guaraqueçaba: “Ao lembrar essas memórias o produtor se encheu de felicidade, mas em seguida mostrou certo aborrecimento por conta da extinção destas atividades e festividades em sua comunidade”.

Muitos agricultores familiares atribuem esse acontecimento à falta de transmissão desse saber tradicional para as gerações mais novas por não haver incentivos de políticas públicas, a não realização com frequência dos mutirões coletivos nas roças devido às proibições estabelecidas pelas legislações ambientais restritivas e a disseminação das igrejas católicas e evangélicas. Abaixo, alguns fragmentos das entrevistas com esses agricultores familiares revelam os fatores colocados acima:

Na minha época tinha fandango, eu dancei fandango também, antes não tinha gaitero, tocador de gaita, inclusive não tinha luz também, não tinha caixa de som que tem hoje em dia, agora naquele tempo era na viola (se referindo a rabeca) e no lampião, os **velhinhos que dançavam fandango hoje tem alguns só né, ali em Serra Negra tem alguns** (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Aqui tinha muito fandango antigamente né, bem antigo isso daí, agora tem lá em Guaraqueçaba (se referindo a sede) acho que tem. Mas aqui não tem mais. Eles faziam um final de semana né, uma festa, **era do tempo dos meus avós ainda**. Eu não cheguei a participar. **Tinha um baile, porque eles faziam um baile de família e faziam mutirão. Antigamente era assim ninguém fazia a roça sozinho sabe? Faziam um mutirão. Aí ia a comunidade toda ajudar e aí faziam um baile pra comemorar. Isso não existe mais aqui.** (Quando eu pergunto o porquê acabou?) Olha as pessoas mais antigas morreram e outros foram embora. E os mais novos não preservaram né (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Quando eu era pia essas coisas existia, daí acabou, existia esses mutirões bastante né, na época, e depois havia o fandango. Depois do final do mutirão eles faziam o baile né, isso acabou mesmo, aqui na região até os mutirões que tinham, nós tínhamos um grupo que trabalhava em mutirão também acabou, foi diminuindo, diminuindo, fiquei só eu no mutirão. Meu pai trabalhava muito com esse tipo de organização assim (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos, grifo da autora).

Deve-se salientar que para os agricultores familiares desta pesquisa, assim como para outros povos e comunidades tradicionais estabelecidos neste território, o lugar do fandango em suas vidas sociais e lúdicas além de estar ligado à organização do trabalho coletivo – o mutirão – relacionava-se também, a todo conjunto de laços de sociabilidade produzidos na região (IPHAN, 2011). Komarcheski (2012, p.127) também menciona essa relação implícita entre o mutirão coletivo e o fandango caiçara:

A cultura do mutirão nas comunidades visitadas vinha acompanhada do “baile de fandango”. Após um dia de trabalho em uma determinada propriedade, geralmente ocorria um tipo de comemoração festiva, onde o proprietário da terra em que era realizado o mutirão servia aos companheiros que haviam trabalhado um jantar acompanhado de bebida (cachaça), música e dança (fandango). Assim que encerravam o trabalho na roça, os participantes do mutirão se dirigiam a suas casas, se banhavam e retornavam à casa do proprietário da terra em que trabalharam nesse dia, levando consigo esposa e filhos. Segundo os relatos, todos eram muito bem servidos de comida e bebida, e depois disso dava-se início ao baile de fandango, onde “violetos” tocavam enquanto os demais dançavam (KOMARCHESKI, 2012, p.127, grifo da autora).

Da mesma forma, essa associação entre o mutirão, o fandango caiçara e também a fartura na alimentação típica caiçara também é expressa fortemente na pesquisa de mestrado autobiográfica do fandangueiro também de Guaraqueçaba Muniz (2017, p.148):

Após os serviços, o dono do mutirão servia uma refeição que em muito não fugia da culinária do dia-a-dia, ou seja, quase sempre acompanhada de peixes ou alguma “caça” (paca, quati, raposa, porco-do-mato, tatu, macuco – nas épocas de março a junho, e, a partir daí a caça está em período de cria) ou animal de criação, como a galinha, também ostra, camarão, sempre acompanhado da farinha e com estes incrementando algumas receitas tradicionais; também de mão-em-mão passava a caneca servindo pinga a quem quisesse (MUNIZ, 2017, p. 148).

O mutirão para os agricultores familiares desta pesquisa era uma forma de compartilhar saberes tradicionais sobre a terra, o plantio, o cultivo e a colheita das roças, uma forma de existir coletivamente enquanto um grupo que se acolhe e ajuda mutuamente, ao passo que também era simplesmente um momento de alegrias e prosas sobre o viver a vida. Diegues (1999) afirma que o mutirão está imerso em relações de ajuda na reciprocidade, que se articulam umas com as outras. O mutirão estava diretamente relacionado com as dinâmicas do território, das territorialidades e das identidades. Além disso, como já mencionado o mutirão e o fandango caiçara

detinham uma interligação muito forte, era como se fosse praticamente uma coexistência.

A regulamentação do Código Florestal Brasileiro, a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/1998, a Lei da Mata Atlântica nº 11.428/2006 somadas às legislações ambientais restritivas incidentes com a criação da APA de Guaraqueçaba em 1985 e todo o mosaico de UCs que abrangem o território, na atualidade contribuíram para ocasionar uma série de alterações significativas nessas práticas tradicionais do mutirão e também do fandango caiçara:

As festas que às vezes fazem é nas igrejas assim isso ainda continua. Ah tinha, mas não é muito do meu tempo, é mais pra trás (se referindo ao fandango). **E hoje não tem mais. Antigamente existia esses mutirões, por exemplo, o pessoal plantava uma roça de arroz principalmente e então o pessoal se reunia lá plantava, roçava, limpava e não cobrava nada. O dono só dava a comida pra eles aí e de noite eles faziam aqueles bailes, aqueles fandangos, aquelas brincadeiras** acredito que acabou por causa dessas leis, que foram indo, foram indo, foram apertando e o pessoal acabou largando (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos, grifo da autora).

E não é como antes que se fazia aquele mutirão. Veio evoluindo acho que muito assim as coisas, acho que muito também foi religião que entrou e aí essas igrejas proibem muito baile e de tomar um copinho de vinho, de tomar uma cataia. E tem religião que não aceita isso e então muitos se afastaram por isso também. E antes se fazia uma roça não tinha aquela proibição de você não fazer aquela derrubada, entendeu? Você fazia aquela derrubada e então era através de mutirão. Vinha aquele povo e fazia ali e fazia aquela roça naquele mesmo dia. Todo mundo fazia aquela roça e já ali fazia festa. (Quando pergunto se envolvia dinheiro) **Não, não pagava não.** E aquilo ali se repetia. Era uma coisa que hoje eu fazia pra você, semana que vem eu fazia pra outro e todo mundo tinha (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

O mutirão acabou sabe por que? Por causa dessa lei que eles puseram aí, a lei do IAP né, ninguém mais pode trabalhar, derrubar, roçar. Então quer dizer acabou o mutirão, porque naquele tempo era feito tudo com mutirão. Tinha por exemplo 10 famílias, daí quando chegava na época de junho e julho começava os mutirão, porque daí no mês de agosto queimava a roça pra plantar. Aí por exemplo se tinha 10 pessoas que ia fazer mutirão, aí fazia 10 sábados, cada sábado era de um. Então acabou o mutirão porque ninguém pode trabalhar mais, derrubar, daí acabou. **Se não fosse essa lei do IAP existia o mutirão ainda, existia porque daí o pessoal ia se reunir, então agora não dá acabou por causa disso daí** (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Os embates muitas vezes invisíveis e silenciosos entre as distintas lógicas que se colocam no modo de territorialização do território e se expressam nesses fragmentos. Esses fragmentos também resumem os principais fatores responsáveis pelo “fim” do mutirão e do fandango nas localidades estudadas, onde as igrejas e as legislações são ancoradas em lógicas operantes da colonialidade.

4.2.4 Do palmito juçara (o ouro branco) à pupunha

O palmito juçara (*Euterpe edulis* Martius) é uma espécie nativa da Mata Atlântica, de ocorrência do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul, na floresta é considerada uma espécie-chave devido seu fruto servir de alimento para diversos animais como tucanos, jacus, jacutingas, sabiás, bem-te-vis e até para mamíferos de pequeno porte. A juçara geralmente floresce a partir do 6º ano de idade e a extração do palmito exige o corte e a derrubada por não rebrotar novamente, estes fatos aliados a sua exploração intensiva colaboraram com o processo de devastação dessa espécie. Em 2008 por meio da Instrução Normativa do MMA nº 6 de 23 de setembro a espécie foi incluída na lista da flora brasileira ameaçada de extinção.

O Brasil é o maior produtor, consumidor e exportador de palmito, neste caso englobando também outras espécies como o açaí (*Euterpe oleracea*), cerca de 99% do palmito comercial é de origem extrativa (MORSBACH et al 1998). Contudo, na região de Guaraqueçaba o palmito juçara não foi apenas um produto comercial dentro de um contexto socioeconômico nacional. Essa planta que também é um alimento que carrega um legado no território, entrelaçado a vínculos com um tempo passado, com as raízes da ancestralidade caiçara, com as paisagens e percepções da Mata Atlântica, com modos e relações de trabalho, e, especialmente, com uma culinária cheia de sabores e gostos da região. Portanto, o palmito juçara é um dos produtos que representa não só a biodiversidade da Mata Atlântica, mas a sociobiodiversidade e todo um conjunto de história, histórias, a História. Não há como escrever sobre Guaraqueçaba e seus agricultores familiares sem incluir o palmito juçara nesse universo de relações e simbolismos.

Durante muitos anos o palmito juçara foi uma das principais fontes de renda para o sustento e manutenção de inúmeras famílias em Guaraqueçaba chegou a contribuir com aproximadamente 80% da renda do município (SPVS, 1992), não

obstante se reconheça que essa atividade produtiva era permeada de disputas assimétricas e relações de poder.

A exploração massiva dessa espécie em Guaraqueçaba iniciou-se nos anos 50 quando houve a instalação da primeira indústria para beneficiamento e envasamento de palmito na região (SPVS, 1992). A questão histórica do palmito juçara se mescla no território com o período de incorporação das políticas públicas de infraestrutura e incentivos fiscais dirigidos pelo o Estado brasileiro em meados da década de 1960 (ZANONI et al 2000), que ampliou a aquisição de terras na região por grandes proprietários principalmente por grilagens, fato que também aparece nos diálogos com os agricultores familiares:

Então vou dizer para você que não é fácil. Nós pagamos um preço tão caro, esse preço que nós não devemos, porque quem destruiu aqui, quem destruiu não, quem veio quase destruir o que nós tinha foi pessoas de fora. Foi os fazendeiros, que abriram grandes áreas e derrubaram em cima de ribeirão, de rio e criaram búfalo e tiraram a parte da maior das madeiras canela preta, peroba, essas outras madeiras de lei, araribá, e vieram e tiravam caminhões, caminhões e caminhões. E hoje nós estamos pagando o preço disso, nós estamos pagando pelos fazendeiros, deixavam essa estrada funda de máquinas e trator e caminhão (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos).

Os agricultores familiares eram uma das pontas vulnerabilizadas dos elos da cadeia de produção do palmito juçara, onde nesse contexto estavam subordinados a atravessadores, aos donos das fábricas e também a concentração fundiária pelos grandes proprietários no território. Em Guaraqueçaba mar e mato, Alvar e Alvar (1979) enunciam em suas etnografias um pouco da trajetória de Arcelino, um local de Santa Catarina que veio a Curitiba, Paranaguá e depois a Guaraqueçaba buscando melhores condições de vida, e assim virou palmiteiro. Os autores afirmam que o Arcelino era uma das pontas vulnerabilizadas nessa cadeia de produção, onde ao cortar um feixe de palmito juçara este caiu em cima da sua perna e a quebrou resultando na perda de 7 centímetros de sua perna. Nos versos de Arcelino transcritos por Alvar e Alvar (1979, p. 40) o palmiteiro afirma: “[...] Essa história do palmito. Que pra muitos eu vou contar. É um serviço perigoso. E nenhuma assistência dá”.

Toda essa dinâmica territorial local estabelecia relação com as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, onde para essas o palmito juçara era objeto de interesse e domínio da natureza. Do mesmo modo que Arcelino

de Alvar e Alvar (1979), a moda de fandango caiçara expressa bem as relações anacrônicas inerentes à exploração de palmito-juçara no território:

Quando eu pego na viola
Eu já sei por quem pergunto
Como fica tão bonito
Dois amigos cantar junto
Essa compra de palmito
Tá pior que cativoiro
Quem tira não ganha nada
Quem compra ganha dinheiro
Essa compra de palmito
Não dá nada pra ninguém
Quem tira não ganha nada
Quem compra dinheiro tem
Essa compra de palmito
É melhor se acabar
Que o povo se desengana
Na lavoura vai cuidar...
Compra de palmito (tradicional)
(MUSEU VIVO DO FANDANGO, CD 1, FAIXA 20)

A passagem “Quem tira não ganha nada. Quem compra dinheiro tem” demonstra a relação de disparidade recorrente, assim como ocorria no contexto global e da América Latina, essas relações de poder também eram deslocadas para as dinâmicas locais. Porto (2012) afirma que as lógicas dominantes de “desenvolvimento” são caracterizadas por concentração de renda, democracia ainda incipiente em face das enormes desigualdades sociais, um mercado informal importante e também periferias inter e intrarregionais e municipais. Aqui se fala de um passado não tão distante que tem seus reflexos no presente de agora.

Os incentivos fiscais foram centrados na instalação de empreendimentos voltados ao extrativismo do palmito juçara e na cultura de bubalinos e bovinos. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) é quem fomentava os incentivos relativos aos empreendimentos florestais através de um programa do governo federal, conforme a lei federal nº 5.106 de 1966 e o decreto federal nº 1.134 de 1970 (BRASIL, 2016).

Entre 1970 a 1977 foram concedidos aproximadamente 266 projetos de empreendimentos florestais nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba e conforme os laudos de vistoria das áreas reflorestadas do IBDF houve um repasse financeiro, cujo valor correspondia à implantação de 728.676.237 árvores de palmito juçara na região (YEE; RALISH, 2007). O palmito também passou a ser regulamentado por uma legislação específica que autorizava a realização do

processamento somente pelas fábricas de conserva e a extração pelos grandes proprietários, o que favoreceu os grandes grupos econômicos e vulnerabilizou os que não se enquadravam nesses critérios (SEDU, 1990, apud MIGUEL; ZANONI, 1998).

O estudo realizado por Rosetti (1988) aponta que na década de 1970 um único parque industrial de conserva de palmito do litoral paranaense detinha aproximadamente 196 unidades produtivas, o que foi reduzido em 1987 a 7 unidades. As dimensões da atividade nesse período eram tão extensas que envolviam um conjunto de procedimentos e hierarquias, como a divisão das matas de extração em zonas onde cada palmitreiro possuía uma área para exploração e os que não se encaixavam nessas regras trabalhavam isolados ou independentes (ALVAR e ALVAR, 1979).

Portanto, verifica-se que anteriormente a essas políticas de incentivos fiscais, a extração de palmito juçara era considerada somente uma prática tradicional entre as comunidades de agricultores familiares principalmente pelo fato de se tratar de um fruto nativo comum na dieta alimentar local. Com as mudanças citadas o fruto passou a ter um notável valor comercial não só na economia local, o que fez com que a atividade de extração se disseminasse juntamente com o aparecimento dos palmiteiros e das grandes propriedades. Para Teixeira (2005) os agricultores familiares e os pescadores artesanais da região foram afetados duplamente, ora pela intensificação da exploração dos recursos naturais e ora pelo processo de expropriação das grandes propriedades, o que acentuou a vulnerabilização desses grupos sociais.

A proibição da extração de palmito juçara ocorreu principalmente com: a regulamentação da Lei da Mata Atlântica nº 11.428/2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica; a inclusão na lista da flora brasileira ameaçada de extinção através da Instrução Normativa do MMA nº 6/2008; e a Resolução da SEMA nº 19/2010 que estabelece normas e procedimentos para a proteção e utilização do palmito no estado do Paraná. Os agricultores familiares sujeitos desta pesquisa em suas narrativas abordam como essa legislação de proibição provocou o deslocamento de outros agricultores familiares para as periferias das cidades:

Vou te falar outra que é a verdade. Muitos de Guaraqueçaba a renda deles era a extração de palmito, esse era um forte aqui de Guaraqueçaba. Aí como veio a lei da proibição de tiragem de palmito, o que aconteceu eles não se adaptaram a outro tipo de serviço e acabaram indo tudo embora para a cidade. Bem pouco que ficou insistindo de trabalhar em outra área. Hoje as cidades estão cheias e muitas famílias estão passando necessidade (Agricultor familiar, 60 anos, grifo da autora).

Como uma alternativa às restrições impostas pela legislação ambiental ocorreu a introdução da palmeira real e da pupunha, espécies exóticas, na região de Guaraqueçaba e também no Litoral do Paraná como um todo, em muitas áreas com o incentivo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR. Entretanto, entre os agricultores familiares das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba a aceitação da pupunha foi maior do que da palmeira real, uma agricultora familiar explica esse processo:

O palmito juçara foi proibido e então tinha que ter uma alternativa, porque até então aqui o palmito era a cultura do povo. Então fazia uma rocinha, o meu pai mesmo fazia isso sabe, eu tinha quatro irmãos e o meu pai. **Então eles faziam uma roça, porque naquela época não tinha roçadeira e aí eu e minha mãe ficávamos plantando e eles iam colher o palmito, cortar o palmito e vendia para fazer o dinheiro. Então com a proibição do palmito juçara a alternativa foi a pupunha. Hoje a pupunha já tá prevalecendo.** A palmeira real muitos optaram por não plantar, porque ele planta um pé, corta e acaba. Então muitos não querem por causa disso. Agora a pupunha já é igual banana, ela dá filho e isso aí vai bastante tempo. Dizem aí, os que tem experiência, que vai vir 20 anos dando pupunha. Então você planta e tem que replantar a palmeira real. A palmeira real a gente vende junto com a pupunha. Ultimamente eles estão pedindo de novo palmeira real. Primeiro foi à palmeira, aí a palmeira deu uma caída e veio à pupunha. Agora eles tão comprando a palmeira de volta. Só que até formar a pupunha, ela é bem mais sensível que a palmeira, ela morre muito sabe e aí tem que ter muito cuidado. **A gente usa só adubo orgânico.** A gente não usa o químico. (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Através dessa narrativa e das observações realizadas é possível notar que a efetivação da transição agroecológica seria um passo importante no território para assegurar a autonomia e manutenção dos agricultores familiares estudados. Ela poderia trazer mais subsídios aos agricultores familiares de enfrentamento dos conflitos socioambientais recorrentes na região. Além de fortalecer práticas ancestrais e coletivas, a melhora da qualidade de vida e a resiliência do meio. Contudo, apesar da maioria dos agricultores familiares entrevistados possuírem grande potencial para a transição agroecológica em suas propriedades, pelo fato de

não utilizarem agrotóxicos, percebe-se que muitos não realizam essa transição devido à falta de políticas públicas de incentivo e das péssimas condições da estrada PR-405. A estrada, muitas vezes, inviabiliza o escoamento da produção e o estabelecimento de canais de comercialização. Além disso, nota-se que a atuação da EMATER na região não é voltada para a Agroecologia, ao revés tem incentivado o uso de agrotóxicos e grandes monocultivos – ainda que de pupunha e palmeira real como alternativas ao palmito juçara.

No que tange a questão da pupunha o gerente responsável pela área de Guaraqueçaba na EMATER explanou como foi o processo na região em relação à pupunha e que na visão da instituição não existem grandes problemáticas com a introdução da pupunha:

Na realidade a questão não é uma política pública, veio acontecendo aos poucos com as indústrias na tentativa de achar uma solução para não fechar, porque a legislação do fim dos anos 1980 pra cá começou a ser mais restritiva, começou-se a fiscalizar mais e a ter incrementos nessa legislação e houve a necessidade de ter uma alternativa para a produção de palmito de forma sustentável, legal. E aí o que aconteceu, começou na realidade, **o grande começo foi com a palmeira real**. E aí a palmeira real ela tem algumas dificuldades que você cortou a área você tem que replantar, o ciclo um pouco mais comprido.

E aí nos anos 1980 começou uma área aqui, outra área ali de pupunha atingindo e buscando a experiência que se tinha no norte, principalmente no norte, com a CEPLAC e os projetos que tinha ali em Rondônia e na divisa com o Acre, enfim vamos falar assim no bioma Amazônia se buscou aquela experiência e se começou algumas áreas, inclusive por iniciativa privada.

E aí que começou com áreas pequenas, planta uma área aqui, planta outra área ali, e se verificou que era um projeto bom. Concomitante com o que aconteceu em Guaraqueçaba e no Litoral do Paraná, isso aconteceu também no litoral de São Paulo, no litoral do Rio, do Espírito Santo, na Bahia não só no litoral como um todo. No caso de São Paulo ele saiu da planície litorânea e subiu a serra, hoje tem pupunha, por exemplo, na região de Jales sendo produzida com irrigação, na Bahia subiu a serra também, já tá trabalhando em regiões de altitude onde está sendo irrigado e produzido.

E aí o que aconteceu nós não inventamos a roda com a pupunha e aí a EMATER o que ela tá fazendo, ela orientou, vem orientando e agora nós estamos tentando não só orientar, mas qualificar o produtor, o pequeno produtor, porque o grande produtor já tá aí, já tá qualificado. Mas orientar o pequeno produtor na qualificação pra transformar ele num agricultor profissional, sem exageros, com as adubações de forma correta pra não prejudicar nem a pupunha, nem o meio ambiente, pra não ter problema com excesso de fósforo e consequentemente eutrofização de águas. E aí o que aconteceu com a pupunha, a pupunha ela tá aí, **ao contrário do que muita gente acha ela é uma cultura sustentável, inclusive para o palmito juçara, porque diminui a pressão no palmito.** Tem gente que fala assim “mas a pupunha não alimenta bicho nenhum, mas dá condição da juçara cachear e dá frutos para as aves aí, para toda fauna de aves estar comendo e alguns outros animais também. Ela não oferece risco nenhum ao meio ambiente, porque não é uma cultura que frutifica. Não é uma cultura fácil de germinar semente. Ela não é uma cultura que vai tá jogando muda pra cá e pra lá e

correr risco de dentro de 15, 20, 30 anos tá invadindo outras áreas, muito pelo contrário, quando para-se de dar os cuidados e o cultivo nessas áreas a tendência dela é regredir até morrer. Então é uma cultura que não inspira riscos para o meio ambiente (Gerente da EMATER responsável por Guaraqueçaba).

A passagem da narrativa do gerente da EMATER demonstra a visão do profissional em relação ao agricultor familiar e à agricultura familiar, como se esses não fossem profissionais por não utilizarem técnicas da agricultura dominante e do agronegócio, isso fica muito explícito nas frases: “[...] nós estamos tentando não só orientar, mas qualificar o produtor, o pequeno produtor, porque o grande produtor já tá aí, já tá qualificado”; “Mas orientar o pequeno produtor na qualificação pra transformar ele num agricultor profissional”. Infelizmente mesmo apesar do quadro de funcionários da EMATER contar com profissionais de referência na Agroecologia no Paraná, a atuação sob esse viés ainda não é uma realidade abrangente internamente na instituição.

No caso da sede da EMATER nesta região a desvalorização dos saberes tradicionais desses agricultores inertes em suas práticas cotidianas é recorrente, onde a extensão rural convencional é a detentora do conhecimento “legítimo” e tenta impor aos agricultores a perpetuação das lógicas da colonialidade. No Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil realizado pela FIOCRUZ 65,66% dos principais impactos e danos ambientais são na alteração do regime tradicional de uso e ocupação do território (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

Na entrevista com a gestora da APA de Guaraqueçaba do ICMBIO ela também explanou uma preocupação com a situação da disseminação da pupunha e suas implicações na visão da instituição:

Então só uma preocupação assim, por exemplo, quando a gente vê que vai estar todo mundo substituindo suas roças por pupunha. Aí você imaginar que puxa daqui a pouco vai seguir aquele mesmo ciclo de pupunha, vai cair o preço e as pessoas não vão dar conta de pagar, e a pupunha eventualmente é um impacto maior do que você ter uma atividade orgânica, que seria o ideal. Então a ideia é só trabalhar assim alternativas que sejam melhores para o meio ambiente e melhores para os produtores. Essa é a nossa preocupação e o nosso foco com o pequeno agricultor, mas também quase que se aplica aos grandes (Gestora da APA de Guaraqueçaba, ICMBIO).

Ao referir-se ao “dar conta de pagar” a gestora da APA de Guaraqueçaba está abordando a questão do financiamento das mudas de pupunha, que ocorre com grande parte dos agricultores familiares da região, para poder cultivar essas espécies exóticas indicadas para o cultivo comercial em grande escala muitos não tem condições de comprar as sementes. Neste sentido, ocorre um endividamento e uma dependência cada vez maior de meios externos para a produção. Realmente a disseminação da pupunha na região tem sido expressiva, tanto entre as pequenas propriedades quanto as grandes propriedades. Quando se percorre a PR-405 logo é possível avistar imensidões de monocultivos de pupunha na paisagem entre os morros e montanhas da Mata Atlântica. Assim, além de não existir muitos incentivos na transição agroecológica também não se tem conhecimento do fomento aos frutos do palmito juçara para o aproveitamento de sua polpa na região de Guaraqueçaba.

4.2.5 Do plantio da mandioca a arte de fazer farinha de mandioca

O cultivo da mandioca é um importante representante da cultura de Guaraqueçaba e do Litoral do Paraná, com fortes influências da cultura indígena como denotam Staden (1995) e Mussolini (1980), contribui para a soberania alimentar, a manutenção no mundo rural e também se apresenta como uma atividade estratégica nos modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos agricultores familiares. A transformação da mandioca em farinha é uma arte que envolve todo um saber tradicional de complexidade e singularidade, a mandioca assim como o palmito juçara, não é só um produto de relevância no contexto socioeconômico da região. Plantar, cultivar, cuidar e colher a mandioca, comer e fazer receitas de sabores singulares com a raiz, e todo o processo da arte de fazer farinha de mandioca são expressões da ancestralidade das inúmeras gerações que perpassaram e (re)existiram no território.

Nas prosas de entrevista com um dos agricultores familiares da pesquisa, ele esboça em sua oralidade a nostalgia e a ancestralidade de um tempo passado onde a farinha da mandioca já era presente no cotidiano de sua família:

Esse eu não conheci (se referindo ao bisavô). Eles vieram da Itália. O meu vô veio da Itália para Santa Catarina e aí meu pai veio pra cá, sou descendentes de italianos e um pouquinho de alemão, minha vó era alemã. Eles tinham alambique de cachaça em Santa Catarina, **tinham fábrica de farinha**, tinham tudo. Faziam açúcar, faziam pinga, faziam farinha. Aí saiu

um jornal que aqui em Guaraqueçaba tinham terras devolutas, terra boa, que a pessoa vinha podia entrar e plantar em qualquer lugar, aí depois adquiria a área e documentava. Aí venderam tudo na louca assim, venderam tudo e se mandaram de barco pra cá, e se enfiaram nesse matão aí, trouxeram até gado de barco, **trouxeram farinha feita**, pra se colocar e começar a vida, **E o meu pai tinha 10 anos e ele faleceu com 74 anos, e faz 29 anos que ele é falecido. Então faça a conta, faz uns 100 anos mais ou menos que eles vieram para cá** (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos, grifo da autora).

O trecho do texto acima elucida a ancestralidade envolvida no território desses agricultores familiares e ao mesmo tempo também demonstra a dinâmica de ocupação do território num dado período, a complexidade fundiária da região e resquícios de um ocupar advindo da colonização. O território dos agricultores familiares é um território que une identidade, cultura e natureza. É um território de pertencimentos e simbolismos com raízes na família, num cuidar e conceber na coletividade, num se envolver e coevoluir com a natureza. Outro agricultor familiar sujeito desta pesquisa por variados momentos também contou sobre a farinha de mandioca presente na dieta alimentar desde os primórdios quando sua mãe lhe dava esse alimento ainda pequenino como papinha.

A farinha de mandioca da região é popularmente conhecida como “farinha da boa” ou “farinha da terra”, a sua produção é artesanal e cada família tem um modo processamento peculiar e inerente aos seus saberes tradicionais. Denardin e Sulzbach (2008) afirmam que num levantamento realizado em 2008 foram identificadas no Litoral Norte do Paraná sessenta e três (63) farinheiras dessas 30 encontravam-se no município de Guaraqueçaba. Cabe salientar, que esse levantamento foi feito na região continental, não considerando, portanto, as farinheiras estimadas ainda presentes na região das ilhas.

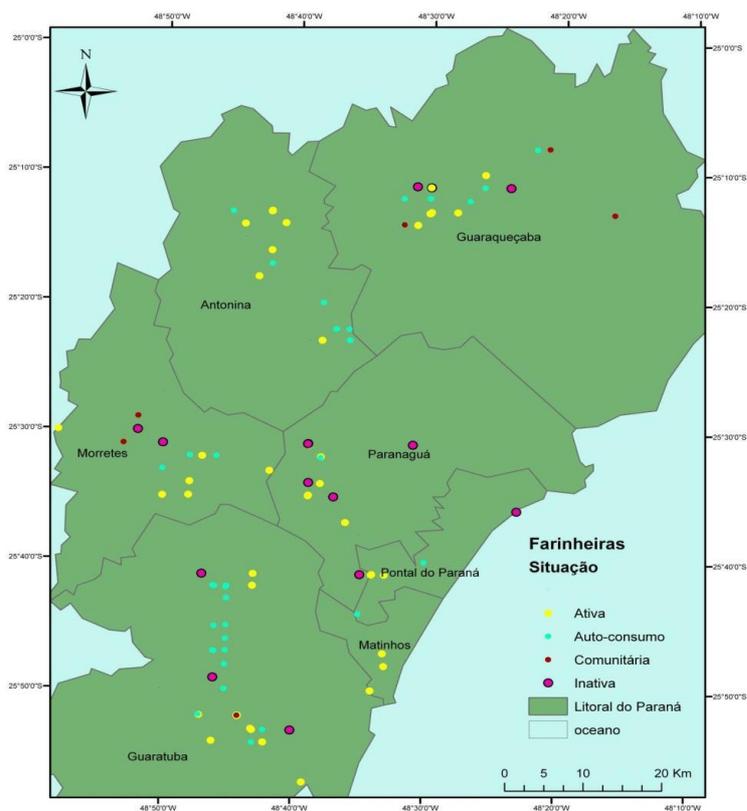


FIGURA 13 – MAPA DAS FARINHEIRAS NO LITORAL DO PARANÁ DESTAQUE PARA GUARAQUEÇABA
 FONTE: DENARDIN et al 2009.

No Programa Paraná Doze Meses, no ano de 2003, através da EMATER as comunidades de Açungui e de Potinga foram contempladas com uma farinha comunitária em cada comunidade. Entretanto, as unidades produtivas não se encontravam ativas no momento da realização do levantamento citado devido à falta de políticas públicas para a manutenção e continuidade das ações de fortalecimento das organizações sociais e da própria agricultura familiar na região.

No ano de 2007, a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral começou a atuar na localidade com o projeto de pesquisa: “Estudo da cadeia produtiva da mandioca como estratégia do desenvolvimento da agroindústria familiar no litoral paranaense”, que mais tarde se transformou no projeto de extensão “Reestruturação produtiva de farinheiras comunitárias no litoral paranaense”, e no ano de 2009 se tornou o programa de extensão “Farinheiras no Litoral do Paraná” e conquistou o Prêmio Universidade Solidária do Banco Santander. Como já relatado no prólogo

desta dissertação eu atuei como estagiária principalmente neste último, o programa de extensão, que atuava principalmente com as comunidades de Açungui e Potinga.

O papel desses projetos de extensão universitária no território foi de extrema importância para fortalecer as associações comunitárias, a autogestão das unidades produtivas e favorecer o (re)existir com força e o sentir do coração desses agricultores familiares. Além disso, embora o projeto não se intitulasse sob o viés da Ecologia Política e da Ecologia Política Latino-Americana, bem como dos Movimentos por Justiça Ambiental e de um Ecologismo Popular, ele claramente se enquadrava nesse contexto de campo de ação política. É válido ressaltar que ao longo desses projetos muitos estudantes e professores realizaram trabalhos e projetos de pesquisa transversais com a temática e dentro da própria universidade Guaraqueçaba passou a coexistir com mais pulsar e vida. Os agricultores familiares envolvidos nesses projetos por vezes frequentavam o espaço da universidade, eram eles os professores da sabedoria tradicional implícitas em seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais aludindo que o conhecimento científico tem muito a aprender com esta linguagem de valoração incomensurável.

As ações de pesquisa-ação e pesquisa participante desses projetos resultaram na reestruturação das duas unidades produtivas comunitárias, onde foram beneficiadas diretamente aproximadamente 45 famílias da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Açungui e da Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Potinga e Rio do Cedro. As duas farinheiras comunitárias conquistaram o alvará de funcionamento da prefeitura e a licença da vigilância sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a produção de farinha de mandioca. Além disso, foi realizado um trabalho coletivo e de diálogo de saberes entre professores, estudantes e os agricultores familiares na construção e elaboração dos rótulos da farinha de mandioca com identidade cultural e territorial. Os rótulos buscaram transmitir através da arte gráfica um pouco das histórias das duas comunidades. No caso da comunidade de Tagaçaba não existe uma farinheira comunitária implantada através desse programa, mas existem farinheiras individuais nas propriedades dos agricultores familiares e a produção de mandioca também é expressiva.

Contudo, existiam e existem vários limitantes no cultivo da mandioca e na produção de farinha de mandioca artesanal nos territórios provocados por uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade da região de

Guaraqueçaba, bem como do Litoral do Paraná. Uma das principais problemáticas são as restrições e sobreposições incidentes pelas legislações ambientais devido às criações das UCs, a inserção no bioma Mata Atlântica e áreas bem conservadas de topos de morro e preservação permanente. Essas proibições geradas pelas legislações restringem o tamanho das propriedades e consecutivamente o tamanho das áreas de plantio, especialmente da mandioca. A mandioca, como também já relatado é uma variedade que se adapta melhor nos morros do que nas várzeas, a derrubada da vegetação de morros é proibida pelas normatizações do Código Florestal Brasileiro, da Lei da Mata Atlântica e da Lei de Crimes Ambientais.

A falta de áreas para plantio é um fator que tem dificultado o cultivo da mandioca, a produção da farinha de mandioca artesanal e causado desânimo entre os agricultores familiares. Estes expressam frequentemente em suas narrativas que não conseguem mais trabalhar na agricultura familiar. Com as restrições e legislações ambientais muitos agricultores familiares também têm se deslocado para as cidades buscando melhores condições de trabalho e de vida que passam a não encontrar mais nas comunidades em que moram. Komarcheski e Denardin (2015) também pontuam essa situação de migração massiva aos centros urbanos. Um dos agricultores familiares aborda essa questão em sua narrativa:

Tinha muita gente que trabalhava aqui na agricultura, que se sabe que **Potinga o forte da agricultura é a mandioca** e hoje segundo lugar tá sendo a pupunha. Mas o forte mesmo é a mandioca. **Então por exemplo era pra ter mais produtor hoje, só que por questão dessas leis aí o pessoal vão saindo né** (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos, grifo da autora).

Além de inviabilizar as condições materiais de existência desses sujeitos as restrições e sobreposições das legislações ambientais vigentes aliadas a uma fiscalização ambiental desintegrada e sem planejamento adequado também afetam as condições de existência simbólica. Todas as relações em torno da prática do cultivo da mandioca e do fazer a farinha de mandioca são de certo modo silenciadas por uma territorialização de uma natureza colonizada e pelos conflitos socioambientais ocasionados pelas legislações ambientais.

O gerente responsável pela EMATER em Guaraqueçaba em entrevista comentou sua perspectiva sobre a questão da farinha de mandioca na região:

Mandioca é uma cultura que tá entrando em decréscimo. Por que tá entrando em decréscimo? Porque 100% da mandioca daqui é mandioca para farinha e consumo humano das famílias e aí a legislação sanitária vem apertando o cerco com relação às farinhas. Então a família que tem que adequar que a legislação sanitária embarga a farinha e tem que fazer a adequação, eles geralmente param de produzir farinha ou produzem só para o consumo e diminuem a produção. Como é uma cultura que também exige muito mão de obra pra tá capinando, ela precisa de um cuidado maior do que a banana na questão de plantas daninhas quanto à pupunha. **A tendência da mandioca é chegar em 70 a 80 hectares, hoje tem mais ou menos 280 hectares de mandioca, mas a tendência é isso aí cair bastante e ficar poucas farinhas regularizadas sob o aspecto sanitário** (Gerente da EMATER responsável por Guaraqueçaba).

Embora tenha conhecimento da problemática do cultivo de mandioca e da produção de farinha de mandioca na região, essa instituição não desenvolve nenhuma ação direcionada voltada ao fortalecimento dessa atividade que também é uma prática tradicional e sociocultural no território. Entre as prioridades da instituição estão a pupunha e a suposta qualificação do agricultor familiar. A adequação às normas da vigilância sanitária também é realmente uma realidade na região, mas não é o principal limitante, visto que mesmo os agricultores familiares que possuem a licença da vigilância sanitária têm dificuldades no cultivo da mandioca e na produção da farinha.

Nas entrevistas com os agricultores familiares desta pesquisa quando indagados sobre as dificuldades com a questão da assistência técnica, 82% dos entrevistados afirmaram ter um nível alto de falta de assistência técnica e 18% um nível baixo de falta de assistência técnica. Esses 18% correspondem a somente agricultores familiares da comunidade de Tagaçaba, supostamente esses dados podem refletir a proximidade com a sede da EMATER em Tagaçaba e também o fato desses agricultores familiares de Tagaçaba serem os mais tecnicados desta pesquisa e não necessariamente possuírem um grande potencial de produção orgânica em suas propriedades.

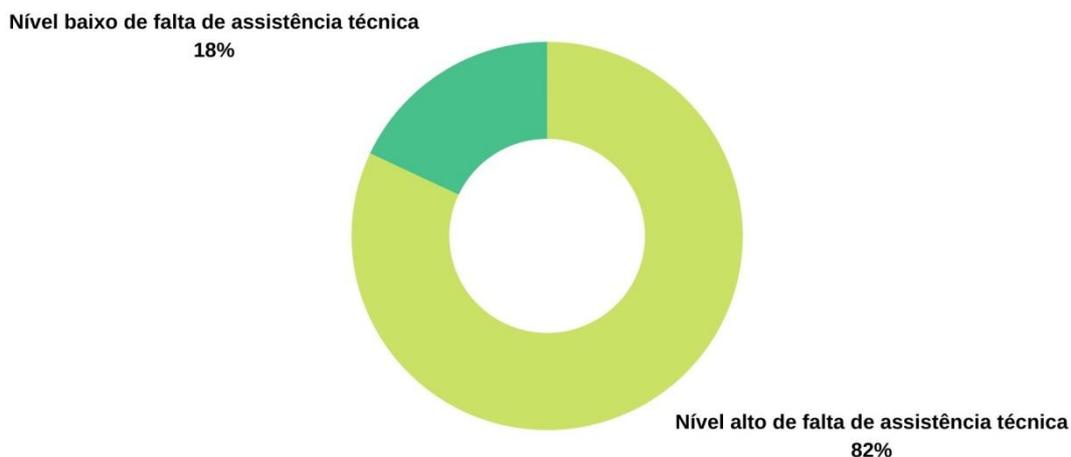


FIGURA 14 – GRÁFICO NÍVEL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GUARAQUEÇABA
 FONTE: AUTORA, 2018.

Esse contexto de dificuldades apresentado é sentido pelos agricultores familiares desta pesquisa, uma das agricultoras entrevistadas explica que com o surgimento dessas problemáticas o preço da farinha mandioca aumentou devido à escassez do produto: “Farinha tá muito caro. Aqui está custando R\$7,00/kg, justamente porque não tem quase. É poucos os que têm farinha”. Atualmente no território são poucos os que conseguem manter a produção de farinha de mandioca e principalmente para a comercialização, e os que mantêm já vislumbram o possível desaparecimento do produto:

Eu esses dias tava comentando com um cliente meu lá em Paranaguá, **eu falei pra ele que daqui uns 10, 20 anos não sei se vai ter mais essa farinha aqui, porque aquelas pessoas que tão na lida tão ainda, mas não tem ninguém vindo sabe, novo assim, por causa dessa dificuldade.** Mas não é porque às vezes não quer trabalhar, é porque não tem uma oportunidade. Por exemplo, se o Meio Ambiente (referindo-se aos órgãos ambientais) chegasse e dissesse: “Nós vamos incentivar você, tem sua área ali, você preserva aquele pedaço lá, esse aqui.” Pô o pessoal ficava mais animado. Mas, pelo contrário não tem ninguém pra anima. É só pra desanimar mesmo (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos, grifo da autora).

Um dos elementos desse possível desaparecimento do produto está relacionado com os jovens que estão deixando as comunidades rurais em busca de trabalho e renda nos centros mais urbanizados da região. Outro elemento é a

questão dos órgãos ambientais, que na passagem acima o agricultor refere-se como “Meio Ambiente”, nitidamente expressa o controle sob o território e as expressões das lógicas dominantes da colonialidade.

5 A TERRITORIALIZAÇÃO DA NATUREZA COLONIZADA: A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NO TERRITÓRIO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A criação de áreas protegidas em grande parte do mundo é o principal⁵¹ mecanismo utilizado na conservação da natureza, atualmente 15,4% da superfície terrestre e 3,4% dos oceanos do planeta são protegidos, algumas dessas áreas foram criadas ainda no século XIX com o intuito de preservar paisagens para as gerações futuras (BENSUSAN, 2014; IUCN, 2014).

Apesar da existência de outros espaços protegidos antes do século XIX, o marco histórico da criação do primeiro parque nacional do mundo ocorre em 1872 com o Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos, de concepção e propósito eminentemente preservacionista pautado na separação da sociedade e natureza (DIEGUES, 2001; SCHWARTZMAN; SIBUYA, 2013; BENSUSAN, 2014). Portanto, neste momento se inaugurava uma premissa de que era fundamental preservar espaços naturais da força motriz de destruição do próprio ser humano.

O acontecimento também era na realidade a materialização da territorialização de uma natureza colonizada (ALIMONDA, 2011) pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. Essas lógicas dominantes ao longo da humanidade provocam uma separação da sociedade e natureza, além de carregar consigo uma perversidade produtora e intensificadora dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos na sociedade.

O Atlas da Justiça Ambiental⁵² (FIGURA 15) demonstra a ocorrência desse contexto no mundo, com 2961 casos de conflitos socioambientais globais reportados na plataforma, onde desses infelizmente o Brasil ocupa um *ranking* de destaque em 2º lugar com 142 casos (EJOLT, 2018). Os outros países da América Latina também figuram em colocações significativas, como é o caso da Colômbia em 3º lugar com 129 casos (EJOLT, 2018). A plataforma em formato de *websig* colaborativo foi lançada em 2014, através da iniciativa da *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade (EJOLT)*, que é coordenada pelo pesquisador da Ecologia

⁵¹ Não é a única forma de manutenção da natureza e da vida, mas a institucionalizada.

⁵² Maiores informações sobre a plataforma virtual e interativa Atlas de Justiça Ambiental consultar o site: <http://ejatlas.org/>

Política *Joan Martínez Alier* juntamente com os movimentos sociais e entidades da justiça ambiental.

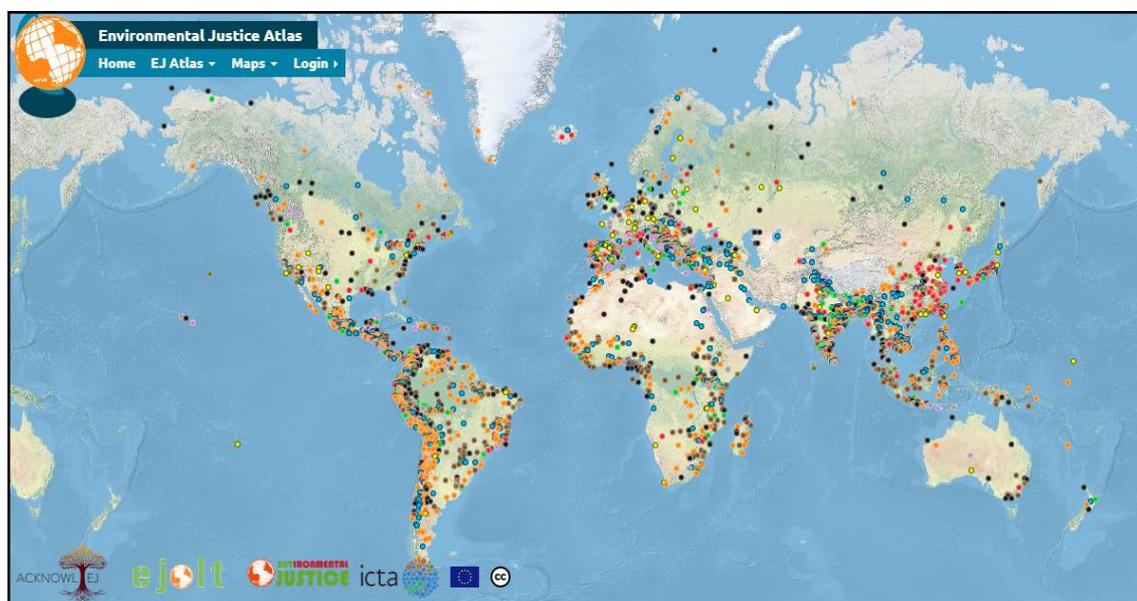


FIGURA 15 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GLOBAIS
FONTE: ATLAS DA JUSTIÇA AMBIENTAL. EJOLT, 2018

Além dos dados elencados acima, a Organização Não Governamental (ONG) *Global Witness* publicou um estudo nomeado “Território Perigoso”, que indicou o ano de 2015 como o pior da história referente a assassinatos, ameaças e criminalização de defensores da terra e do meio ambiente. A América Latina foi o continente com maior número de ocorrências (GLOBAL WITNESS, 2016).

Os fenômenos fundantes dessas lógicas são a modernidade e a colonialidade através da imposição histórica de uma classificação étnica e racial (QUIJANO, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2002, 2006); a ideia de progresso, crescimento ilimitado e “desenvolvimentismo” (ESTEVA, 2000; ESCOBAR, 2007; GUDYNAS, 2011); o comércio desigual, injusto e insustentável entre os países do globo (PORTO; ALIER, 2007; ALIER, 2008; PORTO, 2011); e o estabelecimento de um projeto civilizatório único e universal (LANDER, 2000; LEFF, 2014), onde a natureza pode ser incessantemente explorada e colonizada (GUDYNAS, 2004; ALIMONDA, 2011, PORTO-GONÇALVES, 2012b).

A natureza ao longo do atravessar da história foi uma ferramenta econômica de domínio e poder para a sociedade ocidental, as elites e classes dominantes. A natureza que fazia possíveis os fenômenos acima elencados e invocava as riquezas em cada um dos países, os espaços vazios a ocupar e o “bem-estar” da população

nos termos do liberalismo. Para isso desenhavam-se distintas formas de incrementar a exploração, a extração mineral, descobrir o petróleo, acentuar e ampliar a agropecuária e promover o desenvolvimento industrial (GUDYNAS, 2004). Ademais, o domínio do conhecimento científico e da razão nos processos rompeu com a visão organicista da natureza e condicionou uma nova forma de conceber as relações entre a sociedade e a natureza, onde o homem deveria controlar e manipular a natureza vista como inesgotável (GUDYNAS, 2004; SATRÚSTEGUI, 2009).

Para Alimonda (2011), considerado um dos mentores da Ecologia Política Latino-Americana, ao longo de cinco séculos no DNA da América Latina ecossistemas inteiros e territórios foram arrasados pela implantação de monocultivos de exportação advindos dessas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. O autor afirma que a fauna, a flora e os humanos foram vítimas de invasões biológicas de competidores europeus ou enfermidades. E hoje esses ecossistemas e territórios são palcos da mineração a céu aberto, dos monocultivos de soja e agrocombustíveis com insumos químicos que arrasam ambientes inteiros – inclusive os humanos –, dos grandes projetos hidroelétricos e das vias de comunicação na Amazônia, como novos ciclos exportadores.

No contexto do Brasil, Urban (1998) relata claramente que no período da colonização as fases dos ciclos econômicos, repetidos ao longo da costa, avançaram para o interior do país e reduziram a grande floresta às pequenas manchas remanescentes. A autora afirma que a floresta e a fauna brasileira eram fontes inesgotáveis de produtos para o mercado europeu, como a exportação das penas das aves, das peles de onças, jaguatiricas, antas, porcos-do-mato, lontras, tamanduás e veados, e das mais diversas madeiras tropicais. Ainda para a autora, essas explorações incessantes deixaram marcas profundas nas florestas e facilitaram ainda mais a devastação e degradação das áreas naturais.

Ainda para Quijano (2000) e Alimonda (2011) a colonialidade não se encerra no que a historiografia dos nossos países latino-americanos denomina de período colonial/da colonização. Os contextos globais, regionais e locais, bem como o território, as territorialidades e as identidades estão envoltos nesse padrão de poder mundial estabelecido com a conquista da América Latina.

O avanço acelerado e avassalador dos projetos de “desenvolvimento” dominante tende a reconfigurar o território em sua totalidade, impondo o consenso, gerando fortes divisões na sociedade, e uma série de criminalizações e repressões

das (re)existências. Uma verdadeira violência material, subjetiva e simbólica, que dificulta a organização social, e vai em direção à violação dos direitos humanos e revela o caráter arbitrário dos sentidos dominantes que são conferidos ao território (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2017; SVAMPA, 2012).

As criações das áreas protegidas não escapam desse universo de disputas assimétricas e relações de poder incessantes. Elas expressam a territorialização dessa natureza colonizada e deixam evidentes as incertezas, limitações e percalços desse modelo de conservação da natureza dominante.



FIGURA 16 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GLOBAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS E PARQUES NACIONAIS FONTE: ATLAS DA JUSTIÇA AMBIENTAL. EJOLT, 2018.

No Atlas de Justiça Ambiental da EJOLT a categoria de conflitos socioambientais globais relacionados às áreas protegidas e parques nacionais apresenta cerca de 200 casos reportados (FIGURA 16) (EJOLT, 2018). A América Latina foi um dos primeiros continentes a importar esse modelo estrangeiro de parque nacional sem população humana residente em seus limites: em 1894 o México criou sua primeira área protegida; em 1903 a Argentina; 1926 o Chile; e em 1937 o Brasil criou o Parque Nacional de Itatiaia, apesar da primeira proposta de criação acontecer em 1876 com André Rebouças (BENSUSAN, 2014).

Para Urban (1998) o Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de criação de parques se analisa toda exploração que sofreu durante o período da colonização. A autora afirma que em comparação

com a história da colonização do território – que coincide com a devastação do patrimônio natural – a história da conservação da natureza no Brasil representa uma pequena referência. Entretanto, a importação desse modelo dominante de conservação ambiental oriundo das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade trouxe inerentes problemáticas, conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos.

Medeiros (2006) afirma que a criação de áreas protegidas pode ser considerada uma importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Ainda para o autor esse controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Para Diegues (2001), a criação dessas Unidades de Conservação da Natureza (UCs)⁵³ é vista pelos povos e comunidades como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, a perda do espaço coletivo, o território, no qual se realizam seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais distintos do urbano-industrial, marca a mudança de seu vínculo com a natureza. Assim, como bem coloca Arruda (1999) esse modelo supõe uma separação conflitante entre sociedade e natureza e que os povos e comunidades são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio da natureza e seus recursos naturais.

A primeira Unidade de Conservação da Natureza (UC) do estado do Paraná foi o Parque Nacional (PARNA) do Iguaçu criado em 1939 e considerado a segunda UC do Brasil. Em outubro de 2013 o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) lançou um relatório com subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁵⁴ sobre as

⁵³ No Brasil é mais usual o termo de Unidade de Conservação (UC) da Natureza, o SNUC define a UC como: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

⁵⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada somente em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, através da Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Em 16 de maio de 2012, a Comissão foi instalada com o objetivo de investigar e esclarecer as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988 (CNV, 2018).

“Violações dos direitos humanos e territoriais dos guaranis no Oeste do Paraná (1946-1988)” envolvendo também a criação do PARNA Iguazu (CTI, 2013).

O relatório do CTI (2013) aponta que a criação do PARNA Iguazu ocasionou grandes mudanças fundiárias na estrutura fundiária do oeste do Paraná e teve consequências extremamente negativas para os guaranis. O Decreto do PARNA Iguazu Lei nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939 estabelecia a retirada de toda presença humana de uma área com extensão de 185.262 hectares (BRASIL, 1939). Esse fato como demonstra o relatório do CTI (2013) ocorreu oficialmente a partir de 1967, já durante na Ditadura Militar (1964-1988), quando se iniciou o processo de levantamento de desapropriação dos colonos que viviam ali. E no que se refere aos guaranis esse processo aconteceu já nos anos 40, quando os indígenas foram violentamente expulsos da área que constituiria posteriormente o PARNA Iguazu (CTI, 2013; ALCÂNTARA et al, 2019).

Descrições e relatos como essa acima são comuns no contexto da América Latina e do Brasil, bem como, respectivamente no contexto do estado do Paraná e da área de estudo desta presente pesquisa. As UCs tornaram-se impopulares tanto junto aos povos e comunidades tradicionais que residem no seu interior ou entorno, quanto junto aos governantes e outros tomadores de decisões com poder sobre a ocupação do território, percebidas apenas como “entraves” as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade (BENSUSAN, 2014).

É necessário reconhecer as controvérsias, as disputas assimétricas e as relações de poder presentes nesta territorialização da natureza colonizada e nesse modelo importado de conservação da natureza. Embora, como alerta Acseirad (2019) atualmente tenha se instaurado um processo de “desambientalização” do Estado brasileiro, ou seja, a convergência, dentro do governo, entre um antiambientalismo liberal e um antiambientalismo autoritário em que as UCs têm sido ameaçadas constantemente.

No Litoral do Paraná as primeiras áreas protegidas foram estabelecidas na década de 1980, após o tombamento da orla de Matinhos, da Ilha do Mel e a criação da Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) do litoral. A criação das primeiras UCs no município de Guaraqueçaba também ocorreu na década de 1980 e seguia esse panorama que despontava em diversos âmbitos e esferas administrativas. A Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba foi criada em 1982, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e a Área de Relevante Interesse

Ecológico (ARIE) das Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho em 1985 e o Parque Nacional (PARNA) do Superagui em 1989.

No ano de 1986 também intercorreu o Tombamento da Serra do Mar por meio do Decreto nº 6754, abrangendo parte significativa da APA de Guaraqueçaba. E cinco anos depois a região da Serra do Mar é declarada como Reserva da Biosfera pela UNESCO, por se alegar que essa região possuía ecossistemas característicos da Mata Atlântica em equilíbrio com a população local e a natureza.

O estado do Paraná, através do Decreto Estadual nº 4.262, foi o primeiro no Brasil a instituir a categoria de manejo de UC denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) no ano de 1994. A competência do devido registro e cadastramento dessas RPPNs são do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de gestão do governo do estado do Paraná. Em 1994 foi criada a RPPN Salto Morato da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. A seleção da área dessa RPPN foi resultado dos estudos realizados em parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e a *The Nature Conservancy (TNC)* para a identificação, caracterização e seleção de áreas potenciais para a conservação na região de Guaraqueçaba.

Em 1997, a ampliação do PARNA de Superagui conforme a Lei nº 9.513 de 20 de novembro de 1997, incorporou em sua área a ARIE das Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho e excluiu da APA de Guaraqueçaba as ilhas de Superagui e Peças, além do perímetro urbano do município de Guaraqueçaba (BRASIL, 1997). A SPVS tem suas RPPNs federais e estaduais criadas a partir de 1999. A Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus foi criada em 2012.

QUADRO 5 – RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	DECRETOS	ÓRGÃO GESTOR
Estação Ecológica de Guaraqueçaba (proteção integral)	Dec. Federal 87.222 de 31/05/1982	ICMBIO
APA Federal de Guaraqueçaba (uso sustentável)	Dec. Federal 90.883 de 31/01/1985 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997	ICMBIO
Parque Nacional de Superagui (proteção integral)	Dec. Federal 97.688 de 25/04/1989 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997	ICMBIO
Reserva Biológica Bom Jesus	Dec. Federal S/N de 05/06/2012	ICMBIO

(proteção integral)		
RPPN Reserva Natural Salto Morato	Portaria IBAMA 132 de 07/12/1994	FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
RPPN Reserva Ecológica de Sebuí	Portaria IBAMA 297 de 24/11/1999	GAIA
RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui (Atualizada na SPVS com o nome de Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa)	Portaria IAP 157 de 30/08/2007	SPVS
RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui I	Portaria IAP 160 de 13/09/2007	SPVS
RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II	Portaria IAP 59 de 05/04/2011	SPVS

FONTE: ICMBIO, 2015; IAP, 2016.

O cenário dessas primeiras UCs foi influenciado, além das questões já colocadas anteriormente neste capítulo, por alguns alinhamentos que favoreceram a conjuntura:

- (I) As políticas públicas ambientais brasileiras voltadas à conservação da natureza foram influenciadas pelo debate e convívio com instituições internacionais (URBAN, 1998) que ocorriam em diferentes instâncias e processos, destacam-se as conferências internacionais, relatórios e informes científicos realizadas pela ONU e a UICN.
- (II) A estruturação dos órgãos e instituições ambientais da administração pública brasileira e o surgimento de legislações mais amplas de proteção ambiental, que ocorreram principalmente a partir de 1930. Algumas dessas legislações: o Código das Águas (Decreto nº 24643/1934); o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/1934); a Lei de Proteção aos Animais (Decreto nº 24645/1934 e Lei 5197/1967); o Código Florestal (Decreto 23793/1934 e Lei nº 4.771/1965); Lei de Proteção à Fauna (nº5197/1967), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981); Lei de Criação Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e de Estações Ecológicas (ESECs) (Lei 6.902/1981); Lei de Criação das Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) (Decreto 89.336/1984) (BRASIL, 1934, 1965, 1967, 1981, 1984).

- (III) Existia um panorama na conservação da natureza brasileira de altos índices de criação de novas UCs, além disso, nesse período também houve o início da discussão em torno do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- (IV) Os processos de uso e ocupação do solo baseado nos ciclos econômicos somados às lógicas dominantes de “desenvolvimento” e colonialidade moldaram as unidades de paisagem e refletiram na degradação de parte dos ecossistemas do estado do Paraná, bem como, do município de Guaraqueçaba. Assim, visualizou-se a necessidade de resguardar esses ambientes em razão da circunstância em que se encontrava o bioma Mata Atlântica no estado do Paraná e no restante do país – dizimado pela expansão agrícola, extrativismo e a pecuária.

Nota-se principalmente em todos os itens elencados acima, em menor ou maior grau, uma relação com o que coloca a Ecologia Política e a Ecologia Política Latino-Americana, quanto ao vínculo com as lógicas dominantes globais. Porto e Milanez (2009) e Porto (2011) afirmam que o padrão histórico das desigualdades sociais e discriminação étnica gerador de conflitos socioambientais na América Latina tem forte relação com os processos de “desenvolvimento” conectados ao seu papel de exportador de *commodities* rurais e metálicas. Ainda para Porto e Milanez (2009, p. 1986):

Por detrás da produção de commodities, encontram-se fluxos de energia, materiais e distribuição de riquezas decorrentes de um modelo de produção e consumo insustentável e injusto. O comércio internacional de commodities produz um “metabolismo social” que intensifica as desigualdades sociais e a degradação ambiental, pois se baseia em preços de mercadorias que não incorporam as degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações, tampouco os impactos à saúde gerados pelas fases mais agressivas da cadeia produtiva. Quando um país rico importa matérias-primas baratas no mercado de commodities, também está importando somente os benefícios do uso de vários recursos naturais, como a água, o solo e a biodiversidade de outras regiões em territórios afastados, que arcam com a degradação ambiental e social provocada pela expansão desses investimentos produtivos nos países exportadores (PORTO; MILANEZ, 2009).

Porto (2012) afirma que as dinâmicas globais geram pressões que desembocam em níveis locais. Portanto, as lógicas dominantes de

“desenvolvimento” e da colonialidade favoreceram a formação de centros e periferias mundiais, que refletiram nas dinâmicas incidentes na América Latina, no Brasil, no Paraná, no Litoral do Paraná, até chegar a Guaraqueçaba e seus povos e comunidades tradicionais. Essas dinâmicas incidentes são permeadas por relações assimétricas de poder moldando e reconfigurando o território, as territorialidades e as identidades. As imagens abaixo retiradas (FIGURA 17 e 18) do artigo de Gubert Filho (2010) demonstram o quadro acelerado de devastação da Mata Atlântica ocorrido no estado do Paraná entre 1890 a 1980.



FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO PARANÁ EM 1890
ÁREA FLORESTAL DE 83,41%
FONTE: GUBERT FILHO, 2010.

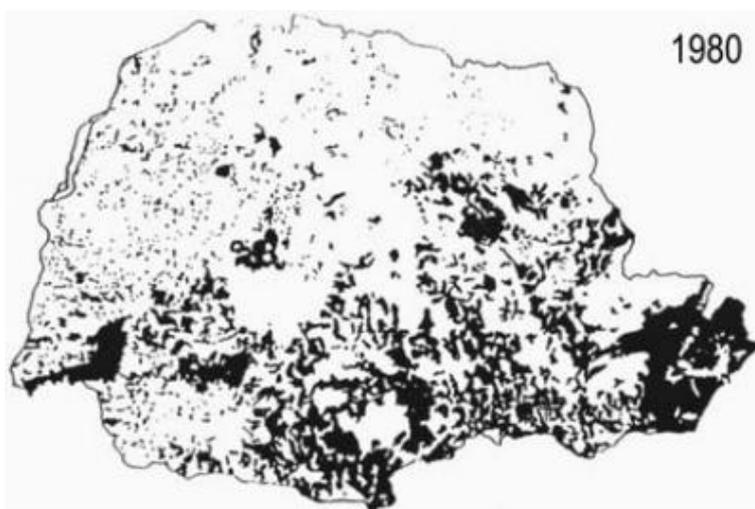


FIGURA 18 – DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO PARANÁ EM 1980
ÁREA FLORESTAL DE 64,12%
FONTE: GUBERT FILHO, 2010.

Entretanto, também demonstram a adoção de uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade do Litoral do Paraná: uma impotência estratégica. Onde as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade avançaram para o interior do estado do Paraná com os ciclos econômicos e principalmente com a expansão agrícola em face da modernização ecológica. Para Leroy (2011) a análise dos inúmeros casos de injustiça ambiental existentes no país nos convida a não olhar a questão ambiental desconectada da sociedade e do mercado. Neste sentido, é possível pensar esse contexto também com o viés das injustiças ambientais, em que, como afirma Porto (2012) as sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais e do desenvolvimento as populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, as populações vulnerabilizadas.

O Litoral do Paraná, deste modo, seria uma dita “zona de sacrifício” (ACSELRAD, 2004; LEROY, 2011), uma das áreas do estado do Paraná mais desfavorecidas pelo suposto “desenvolvimento” propiciado pelas lógicas dominantes. No entanto, cabe a ressalva que mesmo o Litoral do Paraná também tem suas “zonas de sacrifício”. O Plano para o Desenvolvimento Sustentável no Litoral do Paraná (PDS), um dos últimos diagnósticos feitos sobre a região, aponta que um dos maiores potenciais de Guaraqueçaba é também uma fragilidade: os recursos naturais (PDS, 2019).

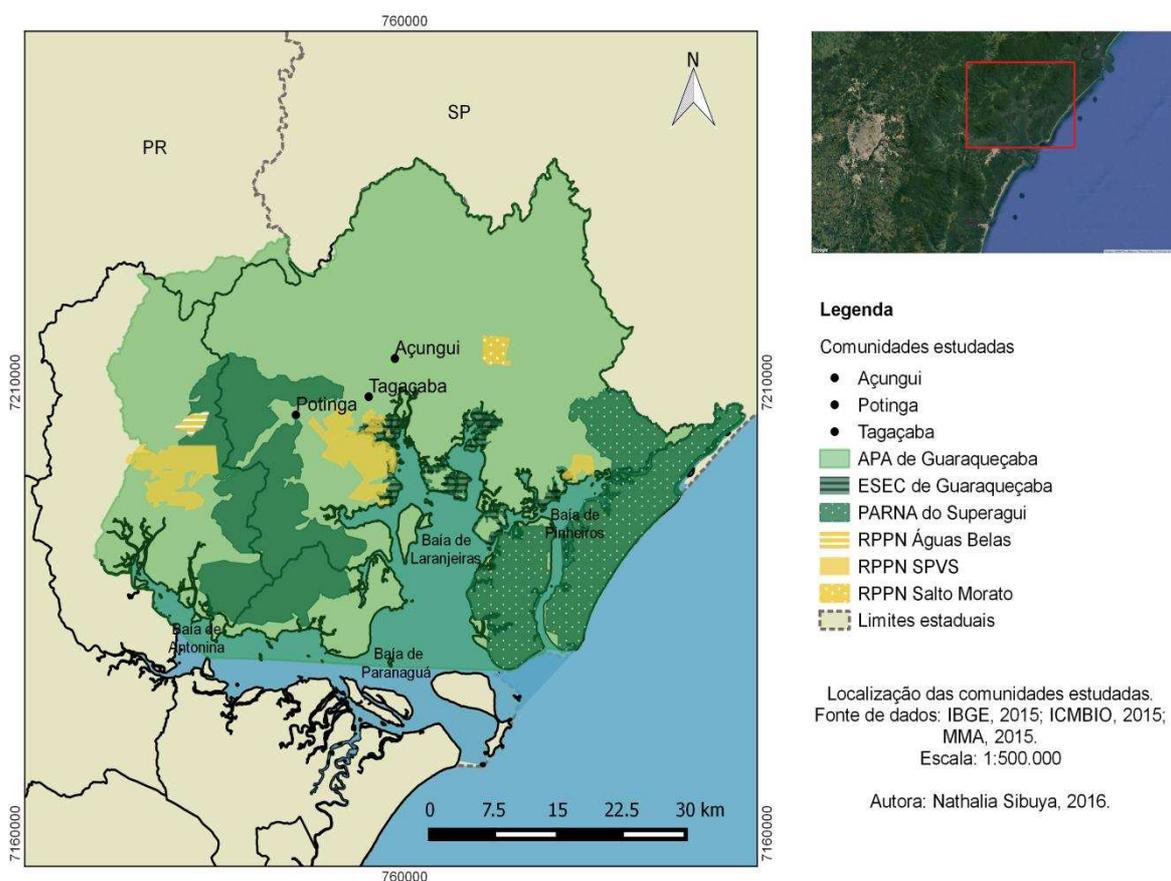


FIGURA 19 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GUARAQUEÇABA
 FONTE: IBGE, 2015; ICMBIO, 2015; MMA, 2015. ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2016.

A territorialização de uma natureza colonizada, de uma ideia de natureza como fonte inesgotável de recursos naturais e mercadorias das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade perpassaram fortemente os ciclos econômicos daquela época.

A normatização do SNUC ampliou formalmente a participação social nos processos decisórios, especialmente por meio dos planos de manejo e os conselhos gestores. Todavia, no campo prático, a normativa não teve aplicação plena no contexto do litoral paranaense, em razão da precariedade na gestão e manejo dessas UCs, uma vez que, a maioria não tem funcionários e verbas suficientes, conselho gestor atuando de modo ativo e participativo, e plano de manejo finalizado.

As UCs, devido a sua gestão cheia de contradições, acabam que são percebidas como entraves ao modelo dominante de “desenvolvimento”. No caso da APA de Guaraqueçaba (FIGURA 19) tem se a impressão de que é um entrave permanecer vivendo e subsistindo no local.

As comunidades estudadas têm uma relação com o território, que se expressa muito além da materialidade, é dotada de subjetividades circunscritas em seus modos de vida e cosmovisões de mundo, presentes em ações e relações que expressam aspectos que não tem valor de troca, são incomensuráveis, como a reciprocidade e solidariedade por meio de um mutirão na roça, no ato coletivo de se fazer a tradicional farinha de mandioca artesanal, ou a realização de festas e místicas.

5.2 “TÃO CARO TÁ SAINDO PARA NÓS, QUEM NASCEU, QUEM VIVE AQUI NESSE LITORAL”

A APA de Guaraqueçaba teve sua criação normatizada pelo Decreto Federal nº 90.883/1985, a sua categoria de proteção e uso é definida como Uso Sustentável (US) cuja função é compatibilizar a conservação da natureza com a sustentabilidade de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Conforme o SNUC explicita:

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Na época da criação da APA de Guaraqueçaba o SNUC ainda não existia na legislação ambiental brasileira, portanto, a categoria de manejo APA⁵⁵ era normatizada pela Lei nº 6.902/1981. Esta lei foi o primeiro instrumento jurídico brasileiro a explicitar, de fato, a definição da categoria de APA no caput do Art. 8º:

O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais (BRASIL, 1981).

Paulo Nogueira-Neto foi um dos principais idealizadores dessa lei e da categoria mencionada, ele ocupou o cargo de primeiro coordenador da Secretaria

⁵⁵ Assim como a categoria ESEC.

Especial de Meio Ambiente (SEMA)⁵⁶ vinculada ao Ministério de Interior. Em uma das suas entrevistas publicadas Nogueira-Neto (2007, p.19-20) explicita como foram escolhidas as áreas transformadas em UCs e cita também a categoria APA:

Bem, vou escandalizar vocês dizendo que uma dessas áreas eu escolhi lendo jornal. **Todos pensam que são necessários estudos muito profundos para isso, e eu, professor de ecologia, não posso negar que deve ser assim, mas nem sempre é o que acontece.** Um dia, abri o Estadão e li: “O governo federal vai entregar ao governo do Piauí as terras que foram confiscadas dos jesuítas no tempo do Marquês de Pombal”. No dia seguinte eu estava lá, pedindo ao governador do Piauí uma parte daquelas terras. Ele havia ganhado aquilo de presente, estava sem saber muito o que fazer com elas, e nos deu 130 mil hectares, quase a área do Pontal do Paranapanema. Hoje ali é a estação ecológica Urussuí. Mas não é que eu não tivesse nenhuma informação prévia sobre o lugar; sabíamos que era uma área de transição entre o cerrado e a caatinga, o que por si só a tornava ecologicamente, interessante [...] **Às vezes aproveitávamos estudos locais, principalmente feitos por universidades, ou às vezes um vôo de teco-teco feito por um garimpeiro na Amazônia podia ajudar na escolha.** Outro exemplo é o de uma bacia hidrográfica inteira existente numa região que o Paulo Vanzolini conhecia e que achava importante preservar. **Os projetos de novos tipos de unidade de conservação foram implementados através de leis. De Portugal eu trouxe a ideia do que na Europa é chamado de parque natural; existem alguns muito bons perto de Lisboa. Também criamos aqui as apas, as áreas de proteção ambiental, que hoje somam mais de 6 milhões de hectares municipais, estaduais e federais.** Havia um certo ciúme do lado do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) do Ministério da Agricultura, que cuidava dos parques nacionais. Para evitar conflitos, eu fazia uma coisa que pode parecer o fim da picada. Dizia para o meu pessoal: Nunca usem a palavra floresta, tentem substituí-la por outros termos, porque dessa eles se consideram os donos. Até fui chamado no Congresso para explicar essa história, mas a coisa acabou passando (NOGUEIRA-NETO, 2007, p. 19-20, grifo da autora).

Naquele contexto essa categoria de manejo representava “avanços” nas políticas públicas de conservação da natureza ao permitir populações residindo em seu interior. Entretanto, a entrevista acima e a Lei nº 6.902/1981 denotam um período onde não havia a necessidade de estudos técnicos prévios e consulta pública da população para a criação das áreas protegidas. Neste sentido, é evidente o passivo histórico incomensurável introduzido na sociedade, bem como na vida dos agricultores familiares também por essa causalidade. Ainda, é possível observar que mesmo com a “permissão” para que a população pudesse morar em tais áreas, na figura do Estado brasileiro a participação da mesma não era interessante em nenhuma etapa do processo.

⁵⁶ A SEMA foi criada em 1973 vinculada ao Ministério do Interior e sua principal finalidade era a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais.

Arantes (2016), ao comentar o processo de criação em 1982 da ESEC de Guaraqueçaba, parte do mosaico de UCs do município, afirma que o motivo de proteção da área foi baseado somente em suas características ecológicas. Ainda segundo a autora, o gestor da ESEC de Guaraqueçaba lhe afirmou que naquele período o pensamento era voltado a salvar o que existia de flora e fauna, mas sem uma preocupação voltada a entender cada local a fundo.

O caput do Art 1º do Decreto Federal nº 90.883/1985 da APA de Guaraqueçaba salienta os seus objetivos de criação da UC e faz uma referência as comunidades caiçaras:

Fica declarada Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Guaraqueçaba, localizada nos Municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, no Estado do Paraná, com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região (BRASIL, 1985).

Contudo, apesar do decreto fazer uma clara referência assegurando a proteção das comunidades caiçaras integradas ao ecossistema regional, em grande parte dos casos a proteção a essas comunidades não foi efetivada, ao revés. No caso da APA de Guaraqueçaba é possível constatar que, de fato, em nenhum momento da criação desta UC houve uma preocupação por parte do Estado brasileiro e seus agentes em tornar esse processo participativo e sem violações de direitos fundamentais. Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares essa condição estava expressa em suas narrativas:

A primeira placa que eu vi na beira da estrada, “Área de Proteção”, eu fiquei assim olhando, será que é só essa área aqui? Porque era um terreno ali. E no fim depois a gente foi sabendo que era Guaraqueçaba inteira. Colocaram bem de frente ao cemitério, naquele morrinho ali, tinha a placa “Área de Proteção Ambiental”. Ninguém sabia o que era essa proteção ambiental e foi direto assim. Depois mudava de governo, um dizia que vai ficar melhor, que ficava melhor nada, cada vez apurava mais, apertava mais os problemas (Agricultor familiar entrevistado, 60 anos, grifo da autora).

[...] a partir do momento que é feito e criado uma APA e as legislação da APA vem em cima sem você ter o conhecimento, ela vai causar impacto. **Eu acho que uma das coisas que foi feito errado com a criação da APA foi não ter consultado o povo.** Eu morava aqui nós não fomos consultado. Nós não sabíamos. **Na verdade nem tinha noção do que era a APA**

direito, como funcionava a APA, e como eu outros não sabiam também. Então eu acho que a população inteira não sabia (Agricultor familiar entrevistado, 60 anos, grifo da autora).

As passagens demonstram a profunda falta de informação, orientação e descaso aos agricultores familiares desta pesquisa na época de criação dessa UC. No entanto, elas também representam os sentimentos e sensações da maioria dos povos e comunidades tradicionais do município de Guaraqueçaba, afetados pela política de conservação.

Os agricultores familiares e os demais povos e comunidades tradicionais são os moradores ancestrais desse território tradicional chamado Guaraqueçaba, a APA de Guaraqueçaba e as outras UCs chegam depois nesse território. Os seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais expressam suas gerações como uma árvore com as raízes fincadas firmes na terra que ali se nutrem. Portanto, mais uma vez a frase “Nasci no matão aqui” de um dos agricultores familiares desta pesquisa é muito simbólica. Não é uma simples frase solta e aleatória jogada num diálogo. É toda uma ancestralidade implícita em suas ações que se reflete na sua oralidade.

O agricultor familiar que pronunciou essa frase estava com os olhos marejados e cheios de lembranças, ele ecoava que havia nascido no território há tempos e visto detalhes que eu como “pesquisadora” jamais poderia ver e alcançar naquele instante. Neste sentido, também é válido ressaltar que 73% dos agricultores familiares desta pesquisa são nascidos em Guaraqueçaba e grande parte nas mesmas comunidades em que moram atualmente. Assim, o sentido de pertencimento ao território é muito forte para esses agricultores familiares, é algo inerente à sua identidade de agricultor familiar. Alterar e interferir significativamente no território são provocar reconfigurações e violações profundas, materiais e simbólicas.

A criação da APA de Guaraqueçaba é um acontecimento extremamente marcante para esses agricultores familiares. Eles podem não saber o ano correto em que aconteceu sua criação, nos dias atuais não entender efetivamente o que é essa tal de APA e o que é ou não permitido fazer, ou ainda não saber distinguir quais são os órgãos gestores e as legislações ambientais vigentes atuantes no território. Entretanto, todos os agricultores familiares recordam o exato momento onde se deram conta nesse universo que suas vidas seriam alteradas e modificadas para sempre. É um marco que explana a existência de conflitos socioambientais,

invisibilidades e silenciamentos históricos, esses que continuam a se reproduzir nos dias atuais. Essa relação entre um acontecimento no passado que transpassa as temporalidades e continua no presente com suas reconfigurações, materiais e simbólicas, é muito constante nesta pesquisa.

O caso da APA de Guaraqueçaba não é um caso isolado e soma-se a tantas outras UCs e legislações ambientais restritivas incidentes no território, e de certa forma também se relaciona com contextos mais amplos. Alguns agricultores familiares fazem em suas narrativas referência ao Tombamento da Serra do Mar em 1986 como um fato que se acrescentou ao processo vertical de implantação da APA de Guaraqueçaba e de reconfiguração territorial, e ainda contribuiu para as criminalizações aos seus modos de ser, fazer, e (re)existir ancestrais no território:

Acho que há uns quinze a vinte anos atrás começou cada vez mais apertar né, depois que foi tombada a área da APA e a Serra do Mar. E outra que assim no mundo inteiro, mais de agora de um tempo para cá, então foi apertando mais o cerco. E eu penso comigo que é o povo que paga isso. Muitos que deviam de pagar estão lá muito bem, belos e formosos, e nós que não temos nada com o peixe minha filha estamos pagando esse pato, que tão caro tá saindo para nós – quem nasceu, quem vive aqui nesse litoral, nessas partes aqui (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

Começou a dificultar as coisas depois que essa Lei do Tombamento veio aqui para Guaraqueçaba, porque antes aqui era livre. O pessoal trabalhava livre, sem medo nenhum e plantava onde queria e onde achava melhor, onde produzia melhor. Aí veio essa lei, acho que essa lei veio no ano de 80, daí já começou a dificultar. E não era tanto ainda, mas depois veio vindo mais coisas e proibições, aí ficou difícil (Agricultor familiar entrevistado, 60 anos, grifo da autora).

Behr (1997) afirma que a experiência do processo de Tombamento da Serra do Mar foi exitosa por conseguir envolver diversas instâncias da administração pública, em vez de direcionar a responsabilidade numa só secretaria, mas a contraponto em nenhum momento esse autor se refere à participação e o envolvimento da população nessa experiência.

Nas narrativas dos agricultores familiares também é possível notar menções da relação da conservação da natureza e toda essa imposição das legislações ambientais como uma resposta à devastação, degradação e exploração dos ecossistemas num contexto global e regional. Estes aparecem e corroboram na compreensão dos povos e comunidades tradicionais de Guaraqueçaba como uma “zona de sacrifício” e injustiças ambientais da conservação da natureza, onde existe

a territorialização de uma natureza colonizada. E simultaneamente a produção e intensificação de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território. Além disso, no contexto local de Guaraqueçaba essas dinâmicas também se reproduzem e existem disputas assimétricas e relações de poder desiguais:

Eu acho que isso aí, nós estamos sendo vítimas, **estamos pagando por aqueles que devastaram que não aqui**, é assim que eu vejo. **Então aqui como tem muita mata né, então nós estamos pagando por outros que cometeram algum erro, nós acabamos pagando** (Agricultora entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Então hoje você que mora aqui toda vida e vai tirar madeirinha para uma casa é uma burocracia terrível para você fazer isso. E sendo que quantas madeiras tiraram daqui, levaram embora e não teve punição para essas pessoas. Talvez não tinha lei naquela época, a lei era liberada, porque naquela vez era o ITC (se refere ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná atual ITCG) que liberava. Então levaram, levaram as madeiras, de perto levaram tudo só tem aquelas longe lá nas serras. **Nós pagamos um preço tão caro por isso. Então às vezes revolta muito o morador aqui. Revolta. Mas nós não podemos trabalhar agora. Outros vieram aqui, foram e levaram o que tinha daqui. As grandes empresas jogam gás no ar, você viu aquilo lá que aconteceu** (se referindo à barragem de rejeitos que rompeu em Mariana em Minas Gerais) (Agricultor entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

A percepção da existência dessa relação entre os contextos globais, regionais e locais traz consigo uma sensação de revolta, indignação e impotência aos agricultores familiares entrevistados. É uma verdadeira violência material, subjetiva e simbólica ocasionada pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, porque o que estão sendo afetados são seus modos essenciais de existência e de reprodução de suas culturas materiais e simbólicas.

Outra questão levantada por um dos agricultores familiares entrevistados é sobre a implantação da APA de Guaraqueçaba e sua associação com a Lei do ICMS Ecológico (ICMS-E):

Então ao primeiro momento, na primeira visão, a visão política, a APA era interessante porque ia trazer grana pro município. Só que esse dinheiro veio pro município e não foi distribuído pro povo e veio pro município. E na época era só Guaraqueçaba que detinha todo royalties, daí veio o Parque lá, Parque lá e foi dividindo essa grana. **No final essa grana ficou pequena.** E na época da grana alta nós não aproveitamos não sobrou pra nós. **Tudo sem consulta. Quando soubemos já tava instalada a APA, tinha decretado e tudo mais. Nós só ficamos assistindo** (Agricultor, 60 anos, grifo da autora).

O ICMS-E foi aprovado de forma pioneira no estado do Paraná através da Lei Complementar Estadual n.º 59 em 1991 e serviu de exemplo posteriormente para outros estados do Brasil. Esse instrumento de compensação e valoração ambiental é uma política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que possuem em suas áreas UCs, terras indígenas ou mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. Loureiro (2002) afirma que essa política pública originou-se por meio das reivindicações das prefeituras municipais que tinham significativas restrições no uso do solo de parte dos seus territórios. No entanto, apesar desse benefício financeiro aos municípios e de ser uma forma de incentivo a conservação da natureza, ainda não existe um direcionamento normativo específico quanto à destinação desse repasse financeiro.

Essa fala do agricultor familiar acima deixa transparecer a falta de informação adequada por parte da gestão do município de Guaraqueçaba sobre a destinação específica desses recursos financeiros recebidos do ICMS-E. É evidente também que não houve um retorno efetivo aos agricultores familiares na aplicação desses recursos financeiros. Ou seja, apesar dos modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais desses agricultores familiares serem atingidos diretamente pelas restrições das UCs e legislações ambientais, não houve uma política de governança do município de Guaraqueçaba que se atentasse de fato a isso no território.

Quanto à afirmação do agricultor familiar de que os recursos financeiros diminuiriam com a criação de mais UCs, de fato na época da criação da APA de Guaraqueçaba existiam menos UCs no território, porém, mesmo com a criação de mais áreas protegidas os valores dos recursos financeiros ainda são altos. Denardin, Loureiro e Sulzbach (2008) ao analisar os sete municípios do Litoral do Paraná nessa temática do ICMS-E constataram que esses receberam no período 1994-2006 o montante de R\$ 82.420.174,76. Os autores ainda destacam o município de Guaraqueçaba como o caso mais emblemático entre os municípios do Litoral do Paraná, esse município foi o que mais recebeu recursos financeiros um total de R\$ 29.046.013,23 (35,24%) ultrapassando os repasses do governo estadual do Paraná e aproximando-se dos repasses do governo federal.

A temática do ICMS-E não é o foco central deste trabalho de pesquisa, contudo é importante citar que apesar dos recursos financeiros terem trazido uma receita ao município de Guaraqueçaba, a gestão desses recursos não é efetiva e transparente no território e estimulou a criação de novas UCs conforme explicitam

Denardin, Loureiro e Sulzbach (2008), estas ainda baseadas na territorialização da natureza colonizada. Além disso, ao transpor esse contexto com as reflexões de Alier (2008) conclui-se que existem valores a esses agricultores familiares que são incomensuráveis e estão expressos em sua cultura e modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais. Para o autor a Economia Ecológica e a Ecologia Política trazem essa percepção de como o reducionismo econômico é meramente um exercício de poder. Ainda que esses agricultores entendam a linguagem econômica de valoração e talvez possam aludir que é melhor receber alguma compensação do que nenhuma, toda restrição ocasionada pela criação da APA de Guaraqueçaba é complexa de ser traduzida numa linguagem de valoração econômica. É um forte consenso entre esses agricultores familiares e grande parte dos povos e comunidades tradicionais de Guaraqueçaba o quanto esses “anos verdes” como nomeia Behr (1997) alteraram e interferiram significativamente em seus cotidianos. E nos dias atuais permanecem “apertando” e “cercando” suas territorialidades, identidades e territórios.

Quando perguntado aos agricultores familiares nos diálogos de entrevistas sobre a interferência da APA de Guaraqueçaba no cotidiano do agricultor familiar a resposta era rápida e sem dúvidas pela afirmativa da interferência. Dos 11 agricultores familiares 100% responderam que APA de Guaraqueçaba interferia no seu cotidiano (FIGURA 20), principalmente nas áreas para o plantio das roças, nos seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais, e ainda muitos afirmavam que não podiam mais trabalhar como antigamente, antes da existência das legislações ambientais restritivas.



Interferência da APA de Guaraqueçaba no cotidiano do agricultor familiar
100%

FIGURA 20 – GRÁFICO DA INTERFERÊNCIA DA APA DE GUARAQUEÇABA NO COTIDIANO DO AGRICULTOR FAMILIAR
FONTE: ENTREVISTAS AUTORA, 2015.

Outro dado interessante é referente às principais dificuldades encontradas como agricultor familiar no território. Dos agricultores familiares entrevistados todos atribuem como uma dificuldade principal à restrição das legislações ambientais no território, desses 91% atribuem como alta restrição e 9% atribuem como média restrição (FIGURA 21).

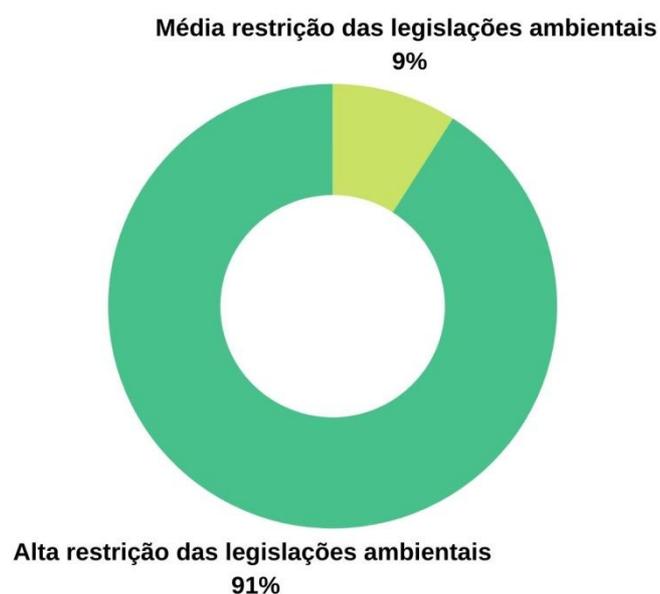


FIGURA 21 – GRÁFICO DA RESTRIÇÃO DAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS EM GUARAQUEÇABA
FONTE: ENTREVISTAS AUTORA, 2015.

É possível perceber que em grande parte das narrativas dos agricultores familiares entrevistados ao referir-se sobre a criação da APA e o contexto conflituoso com os órgãos ambientais na figura do ICMBIO, do IAP, da Polícia Ambiental e também das ONGs utilizam muitas vezes a palavra “apertava”. Tal palavra faz uma referência explícita ao forte contexto de pressão territorial e do avanço da criminalização sob suas territorialidades, suas identidades, seu território, enfim suas vidas.

5.3 “E NO SPVS SE ENTRAR LÁ VAI PRESO, É ASSIM QUE FUNCIONA”

A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), uma das Organizações Não Governamentais (ONGs) com um forte histórico de atuação na região de Guaraqueçaba, também contribuiu neste cenário de estabelecimento de novas RPPNs. Não é incomum e nem um elemento novo, no contexto das relações da área de estudo delimitada nesta pesquisa, a figura da SPVS aparecer numa posição dominante, tanto nos espaços formais de processos decisórios, quanto nas narrativas das instituições e dos agricultores familiares. Deste modo, a escolha pela entrevista com os responsáveis técnicos da SPVS se fez essencial para compreender esse universo de disputas assimétricas e relações de poder estabelecidas. Além disso, as evidências científicas e experiências anteriores evidenciam a SPVS como uma das facetas que corrobora com a territorialização da natureza colonizada promovida pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

A idealização da SPVS tem início em 1980, porém sua fundação acontece somente em 1984 na cidade de Curitiba. Dois anos depois amplia suas atividades desenvolvendo ações em parceria com o IBAMA, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF)⁵⁷, dentre outras instituições. Em 1991 auxiliou na criação do Plano Integrado de Conservação para a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (SPVS, 2017).

⁵⁷ Atualmente é denominado Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG).

A responsável técnica da SPVS explana sobre a origem e a missão da organização:

A missão da SPVS é trabalhar com a conservação, através da proteção de áreas naturais, projetos de educação ambiental, projetos de desenvolvimento territorial, desenvolvimento local. Mas a grande missão dela é trabalhar com conservação porque foi a origem dela, ela sentia essa necessidade ao longo desses anos e foram desenvolvidos muitos projetos (Entrevista com a responsável técnica da SPVS).

A primeira área natural da SPVS é adquirida em 1994, a RPPN Morro da Mina⁵⁸ localizada em Antonina com cerca de 2.300 ha, a organização alega que a área foi oriunda de doações. Outras áreas também foram adquiridas principalmente após os anos 2000, a organização possui aproximadamente 19 mil hectares de reservas naturais, cuja maior parte é composta por RPPNs e estão localizadas em Antonina e Guaraqueçaba. No atual site da organização é citada a parceria com a ONG estadunidense *The Nature Conservancy (TNC)*, que é iniciada a partir de 1999, para a constituição de reservas naturais privadas no Litoral do Paraná como parte de projetos de combate ao aquecimento global e de conservação da biodiversidade.

Esses projetos são denominados pela Economia Verde ou a Economia Ambiental como REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Alier (2008) afirma que a Economia Ambiental explica as externalidades (efeitos negativos ou às vezes positivos não corrigidos nos preços do mercado) como falhas de mercado. O REDD tem sua disseminação principalmente após a assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997. Este estabeleceu uma suposta mediação entre “desenvolvimento” e gases do efeito estufa, onde os países ditos “desenvolvidos” teriam que reduzir a emissão desses gases e caso não atingissem as metas de redução poderiam comprar a “diminuição das emissões” fora de suas localidades, assim conformou-se o mercado de carbono⁵⁹.

Em “O lado B da Economia Verde”, Glass (2012) explica que o REDD é um mecanismo complexo, que na maioria dos casos é usado como uma ferramenta de “limpeza da imagem” pelo marketing empresarial, ou seja, como compensação voluntária das emissões inerentes às atividades econômicas da empresa. Ainda no

⁵⁸ No entanto, a Portaria N° 046 do IAP que a reconhece como RPPN Estadual é de 07 de abril de 2003. Maiores informações:

http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=670

⁵⁹ Mercado de carbono é um termo genérico utilizado para denominar os sistemas de negociação de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) (GLASS, 2012).

site⁶⁰ da SPVS é possível constatar esses elementos acima colocados numa aba cujo título é “A conservação da biodiversidade como parte dos negócios”. Outro fator a destacar no caso das aquisições das últimas reservas naturais da SPVS é a sua relação através da TNC com empresas consideradas poluidoras como a *American Electric Power*, *General Motors – GM* e *Chevron Texaco*.

Existem muitos estudos, pesquisas e produções audiovisuais em tons denunciativos, que citam a trajetória dessa organização como conflituosa e dotada de controvérsias no território. Grande parte dessas áreas adquiridas pela SPVS eram antigamente territórios tradicionais dos povos e comunidades tradicionais da região. Cornetta (2005) em seu artigo denomina esse processo de “privatização da Mata Atlântica” e ressalta que esse contexto é histórico, onde antigamente quem se prestava a esse papel de expulsar os povos e comunidades tradicionais sem o título da propriedade privada eram os grileiros e a bubalinocultura.

O Pré-Assentamento do MST José Lutzenberger no Rio Pequeno em Antonina, ganhador do Prêmio Juliana Santilli na categoria ampliação e preservação da agrobiodiversidade em 2017, também explicita esse contexto de violação de direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais no território pela SPVS e auxiliou na produção de um documentário denunciativo sobre o assunto. Intitulado “A economia verde vs. a economia das comunidades: uma história dos povos da mata atlântica no Sul do Brasil”, esse longa-metragem foi realizado em parceria com uma organização da América Latina, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, e retratou os conflitos enfrentados no território em relação às distintas formas de uso e ocupação.

Para Duarte (2018) quando as ONGs começaram a atuar na região de Guaraqueçaba fortaleceram o discurso de que as comunidades desempenhavam um papel de degradação da natureza e passaram a afetar de maneira mais incisiva na vida local. Em 2013, durante as incursões em Guaraqueçaba para a realização do meu projeto de aprendizagem da Gestão Ambiental e também nas saídas de campo promovidas pelo projeto de extensão universitária “Farinhas no Litoral do Paraná”, pude registrar através da fotografia alternadas vezes os protestos contra a SPVS em forma de faixas na PR-405. Entretanto, neste período não tive

⁶⁰ <http://www.spvs.org.br/negocios-e-biodiversidade/>

oportunidade de dialogar ou entrevistar a SPVS, somente observei a organização em eventos e reuniões do conselho gestor da APA de Guaraqueçaba: o CONAPA.



FIGURA 22 – FAIXA DE PROTESTO NA PR-405
FONTE: AUTORA, 2013



FIGURA 23 – FAIXA DE PROTESTO NA PR-405
FONTE: AUTORA, 2013.

Na entrevista com a analista técnica da SPVS houve a oportunidade de escutar o viés da instituição em relação à atuação no território de Guaraqueçaba e também visualizar como se dá a postura de diálogo com os povos e comunidades tradicionais da região, especialmente os agricultores familiares desta pesquisa. A analista técnica explanou o lado da SPVS sobre a aquisição das suas áreas privadas para a constituição das RPPNs:

Essa questão da gente ter comprado as áreas, na verdade não foi a gente que comprou, a gente administra as áreas. Então o que acontece é que foi criada muita história em cima disso. No Litoral acontece muito isso, as pessoas criam histórias e as histórias vão passando de um para o outro, de geração para geração, é comum isso nas comunidades. Então foi criada muita história em cima dessas áreas e o fato da gente estar trabalhando lá muito tempo no litoral. Estão sempre criando coisas, porque a gente está buscando a conservação, e às vezes a gente vai um pouco contra os interesses de algumas pessoas. E essas pessoas acabam levando coisas para as comunidades também. Então existem algumas situações assim que acaba criando uma lenda assim em cima da SPVS com algumas relações (Analista técnica da SPVS).

Contudo, apesar dessa colocação expondo uma possível confusão em torno da questão e uma falha institucional no diálogo com os povos e comunidades tradicionais se torna perceptível o passivo histórico da instituição no âmbito socioambiental. A própria instituição admite através de sua analista técnica que o foco central da ONG não é a relação com esses povos e comunidades: “O nosso foco é conservação mesmo, a gente não vai fazer um super trabalho social, apesar de que existem projetos aqui na SPVS de desenvolvimento regional”. Este fragmento demonstra claramente uma visão ainda muito intrínseca de separação entre sociedade e natureza presente na instituição, onde a conservação da natureza é tratada como se não tivesse relação direta com o social e respectivamente com a permanência dos povos e comunidades tradicionais no território coevoluindo com a natureza.

É uma versão restrita de olhar o território, o mundo e a própria vida que difere da visão e os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos agricultores familiares sujeitos desta pesquisa, e revela que a territorialização da natureza colonizada ainda precisa ser superada. Além disso, também demonstra a ameaça latente desse modo de conservação da natureza sob as práticas tradicionais desses

agricultores familiares e a influência direta na produção e intensificação dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos.

Outro fator a destacar é que em nenhum momento da entrevista escutei a menção a palavra socioambiental, o que foi muito simbólico. Entretanto, durante toda entrevista foi perceptível que a ONG passava por uma tentativa de reestruturação em seu perfil e posicionamento de imagem tentando transparecer uma postura mais aberta ao diálogo com os povos e comunidades tradicionais do território. No entanto, a histórica falha institucional da SPVS no diálogo com esses povos e comunidades tem fortes influências no contexto atual e são impeditivos para estreitar laços, conforme coloca a própria analista técnica da SPVS: “A gente carrega uma coisa que foi inventada lá no passado e que vem vindo até hoje”.

Neste sentido, a SPVS também reconhece a existência dos conflitos socioambientais e a dificuldade da integração entre as instituições e os diversos sujeitos no território:

No nosso entendimento assim hoje a maioria das comunidades tradicionais estão onde houve uma intervenção do Estado e ele decretou área protegida lá. Talvez de algumas maneiras de uma forma equivocada, de cima para baixo, mas isso ajuda, ajuda a segurar a especulação imobiliária, mas também ajuda a preservar uma cultura. Então essas questões tinham que ser como é que a gente desenvolve, como a gente lida com a questão do extrativismo considerando a necessidade de conservar Guaraqueçaba. Então se deixa de ser Parque, deixa de ser APA, bem pouco provável que tenha alguma chance aquela região. Então pra mim falta integração institucional, falta diálogo, falta um olhar com responsabilidade para aquela região, sem ideologismo, com responsabilidade mesmo, sob o ambiente, a riqueza natural e a riqueza cultural. Porque a gente vê muitas vezes uma forma ideológica de olhar pra região. E isso sinceramente, será que vai levar isso para um bom caminho? Tem que olhar com critérios técnicos, e não com critérios políticos e ideológicos. Sem vitimizar, a gente tem que parar de vitimizar as comunidades [...] A criação das unidades realmente elas foram de cima para baixo, e as comunidades realmente se revoltam por conta disso, mas foi por uma visão futura da região, digamos como eu falei antes e se elas não tivessem? (Analista técnica da SPVS).

No fragmento acima a analista técnica da SPVS refere-se em dado momento à vitimização das comunidades no território. Portanto, ao passo que a instituição reconhece a existência dos conflitos socioambientais e busca uma integração maior entre as distintas instituições também explicita um posicionamento com viés de relativização a todo o processo de violação de direitos fundamentais e criminalização das práticas tradicionais ancestrais dos povos e comunidades no território. Outro fator é a negação das disputas assimétricas e das relações de poder

desiguais no território, como se os fatores técnicos e políticos fossem descolados nesse universo de relações complexas.

Zhour e Laschefski (2017) afirmam que os conflitos exprimem as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e apropriação dos recursos territorializados. Dentro deste contexto, visualiza-se que a SPVS também faz parte do quadro de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território. A ONG muitas vezes exerce um papel de dominação nas relações entre as instituições e nos espaços decisórios de participação social como o conselho consultivo da APA de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus. Porto-Gonçalves (2012, p.21) explicita que: “a dominação é, sempre, em algum grau, a negação do outro, o que é válido tanto para povos, para etnias, para grupos e/ou classes sociais como para a natureza”.

Também é possível concluir diante desses elementos apresentados que essa postura institucional da SPVS aberta ao diálogo pode ser a materialização de uma estratégia que se encaixa muito dentro dos pressupostos da dita Economia Ambiental que denominam Alier (2008) e Cavalcanti (2010). Para Porto (2012) dentro das lógicas dominantes perversas pregadoras do “crescentismo” e do consumismo que continuam a impregnar noções como progresso e “desenvolvimento”, ainda cegas aos conflitos socioambientais inerentes a esse modelo, também estão as formas de “esverdeamento” da economia. Estas, na visão do autor, não criticam os fundamentos da economia de mercado e os enormes poderes das corporações em sua ganância sem fronteiras para explorar os recursos naturais e o trabalho humano.

Nas entrevistas com os agricultores familiares desta pesquisa quando o assunto perpassava esta ONG os olhares eram sempre de medo, receio e desconfiança, até o tom das vozes mudavam. Um dos agricultores familiares entrevistados afirmou sobre a relação com os órgãos ambientais e as ONGs: “Então a relação não é boa não. Os ambientalistas são pessoas não gratas. Mesmo as ONGs hoje não são bem vindas”. Outros agricultores familiares também comentaram em suas narrativas sobre as ONGs e a SPVS:

Na verdade sabe as ONGs que colocam lenha na fogueira pra ninguém derrubar. Eles acham que se derrubar uma árvore vai fazer falta o oxigênio na atmosfera para o aquecimento global. **Então daí vem o conflito sobre o povo, o governo, a prefeitura, os vereador e aí vira uma burocracia que na verdade ninguém entende.** Eu mesmo não entendo isso aí, porque

ninguém resolve nada, ninguém explica, ninguém resolve. Então o povo tinha que ser orientado sobre essa parte [...] **Tem as ONGs, mas a gente não tem orientação de nada, quem é, quem não é. Tem a SPVS no Tagaçaba, vai lá no Itaqui e depois corta para o mar. E depois tem o Boticário no Salto Morato também para entrar lá tem que pagar. E no SPVS se entrar lá vai preso, é assim que funciona.** E não tem ninguém que oriente olha é assim. Agora tem uma coisa só, que a gente sozinho não pode fazer nada (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Ao mencionar que “no SPVS se entrar lá vai preso” o agricultor familiar está expondo a fiscalização que ocorre dentro das áreas da SPVS, a própria analista técnica confirma a existência de agentes de fiscalização e a próxima relação com o Batalhão de Polícia Ambiental do Paraná (BPAMB-PR): “Tem a parceria com o BPAMB-PR, em alguns momentos, quando a gente detecta a invasão das áreas, a gente consegue se contatar com eles, nossos funcionários fazem ronda direto”. O policial do BPAMB entrevistado nesta pesquisa também salienta a próspera relação com a SPVS: “Não que a SPVS seja parceira, geralmente a gente acaba atendendo várias situações ali e cria proximidade”. A próspera relação da SPVS com o BPAMB-PR também é confirmada no site online do BPAMB-PR na aba de institutos e secretarias tem um link com a página da SPVS e nos boletins de ocorrências coletados no BPAMB-PR a SPVS demonstra o seu papel ativo nas denúncias e nos empréstimos de veículos para operações de patrulhamento e fiscalização. A analista técnica em sua entrevista também confirma essa afirmação colocada:

A Polícia Florestal também não tem muitas condições para trabalhar, você conversou com eles você viu. Existe mais um mito do que o BPAMB faz e acontece, do que é, hoje o Estado não tem viatura, não tem barco, é uma situação quase que abandonada lá. Então assim a gente tem uma parceira com o BPAMB, a gente faz os boletins de ocorrência, é como um crime ambiental que a gente detectou de alguma forma, um corte de palmito, aquelas armadilhas de caça. A gente faz um boletim de ocorrência, informa o BPAMB, às vezes eles fazem algumas, eventualmente eles conseguem detectar as quadrilhas às vezes não (Analista técnica da SPVS).

Um dos agricultores familiares da pesquisa também explicita a relação da SPVS e do BPAMB, e, além disso, denota o isolamento territorial que a SPVS ocasionou em seu território:

Faz bastante tempo já, eles começaram mesmo a cercar aí uns 20 anos atrás, mas agora é pior. É muito pior, porque entrou mais umas ONGs aí. **Por exemplo, eu mesmo hoje, eu aqui, nós, minha família estamos no meio da SPVS.** E a SPVS só não cuida do deles, acaba cuidando do

vizinho também, então isso complicou mais ainda. Então se ele cuidasse só do deles até que não prejudicaria a gente, mas eles cuidam lá e cuidam da gente. Então isso dificultou mais ainda. **A Polícia Florestal, o SPVS tem muito acesso com eles, qualquer coisa estão chamando eles. Eles são bem chegados** (Agricultor entrevistado, 51 anos, grifo da autora).

A ação conjunta da SPVS com o BPAMB também aparece na narrativa do agricultor à fiscalização ambiental não seria uma problemática se não fosse permeada de imposições, desinformações, violações de direitos fundamentais e criminalizações de práticas tradicionais.

5.4 “VOCÊ NÃO PLANTOU, VOCÊ NÃO DESFRUTOU, VOCÊ PASSOU NECESSIDADE E QUEM QUE VAI PAGAR ISSO PARA TUA FAMÍLIA QUE VAI FICAR?”

A Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus foi instituída pelo Decreto s/n de 5 de junho de 2012, a UC possui uma área total de 34.179 hectares nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. A REBIO é uma categoria de Proteção Integral (PI), diferentemente da APA de Guaraqueçaba e das RPPNs que são de Uso Sustentável (US), na REBIO não são permitidas pessoas morando em seu interior. O Art. 7º § 1º do SNUC estabelece os objetivos das UCs de PI: “O objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, 2000). Entre as categorias de UCs regulamentadas no SNUC a REBIO é uma das mais restritivas existentes, principalmente em termos de utilização dos recursos naturais. O SNUC em seu Art.10º normatiza os objetivos de uma REBIO:

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000, grifo da autora).

Conforme estabelece o Art. 2º do Decreto s/n de 5 de junho de 2012 a REBIO Bom Jesus tem por objetivo preservar: (I) os ecossistemas da Mata Atlântica, em especial as subformações da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras; (II) a fauna associada; e (III) a rede hidrográfica local (BRASIL, 2012).

Diferente de grande parte das UCs da região que foram criadas sem audiência pública ou qualquer tipo de consulta pública prévia em um período que o SNUC ainda não existia, a REBIO Bom Jesus foi criada em 2012 quando a regulamentação do SNUC pela Lei nº 9.985/2000, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) pelo Decreto nº 6.040/2007 já eram vigentes.

A categoria REBIO no Art 22º § 4º do SNUC, no entanto, não tem a obrigatoriedade da consulta pública (BRASIL, 2000). A OIT 169 é um tratado internacional de direitos humanos que garante os direitos dos povos indígenas e tribais/tradicionais a consulta e ao consentimento prévio, livre e informado. Do mesmo modo, no Brasil a PNPCT também tem sido um amparo normativo ao definir os territórios tradicionais e os povos e comunidades tradicionais.

Entretanto, a criação da REBIO Bom Jesus desde o início foi permeada de discussões, contradições, disputas assimétricas e relações de poder desiguais. Mesmo com o SNUC, a OIT 169 e a PNPCT em vigência, a criação da REBIO e outras UCs do Litoral do Paraná detiveram um panorama cheio de contradições, como é o caso do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Este foi implementado pela Lei nº 12.829/2013 com uma área de 1.359,70 hectares, que afetou a utilização de muitas áreas de pesca dos pescadores artesanais, e ocasionou uma série de conflitos socioambientais na região como elucidada Duarte (2018) em sua tese de doutorado, e Costa (2016) e Silva (2016) em suas dissertações de mestrado.

Na época das audiências públicas para discutir a criação da REBIO Bom Jesus na região não tive a oportunidade de participar, porém depois de sua implementação participei de algumas reuniões do conselho consultivo⁶¹ da APA de

⁶¹ O conselho gestor de uma APA é definido pelo SNUC (Lei nº 9.985/2000) no Art. 15º § 5º: “A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei” (BRASIL, 2000).

Guaraqueçaba integrado ao conselho consultivo⁶² da REBIO Bom Jesus em 2013 e 2014. Em 2013 também tive o meu primeiro contato com a aldeia indígena Tekoa Kuaray Haxa localizada dentro dos limites da REBIO Bom Jesus e em conflito com a gestão da UC; e acompanhei o “I Encontro das comunidades do Litoral do Paraná: diálogos e intercâmbios entre povos e comunidades tradicionais”, que reuniu entre as comunidades do Litoral do Paraná os agricultores familiares dessa área de estudo.

Em 2015 acompanhei o “Encontro regional de lideranças de povos e comunidades tradicionais do Mosaico Lagamar”, a reunião do conselho gestor do Mosaico Lagamar, e o “Encontro de povos e comunidades tradicionais do Mosaico Lagamar”, que também envolveu os agricultores familiares sujeitos desta pesquisa. E ainda em 2015 acompanhei parte do processo de elaboração do “Diagnóstico de subsidio do plano de manejo da APA de Guaraqueçaba” pelos analistas do ICMBIO responsáveis pela gestão dessa UC e a coordenação do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Neste caso apesar do diagnóstico ser específico da APA de Guaraqueçaba, esse foi feito em conjunto com a gestão da REBIO Bom Jesus, ambas as gestões do ICMBIO ficam na mesma sede física no município de Antonina.

Nessas incursões elencadas acima muitas vezes ocorriam menções e alguns esclarecimentos em relação ao processo de criação da REBIO Bom Jesus e o processo de desapropriações de algumas propriedades rurais de agricultores familiares, alguns sujeitos desta pesquisa. Um dos elementos observados e expostos nas audiências públicas para criação dessa UC, principalmente pelos povos e comunidades vulnerabilizadas do território, é que a categoria REBIO foi amplamente questionada desde o princípio. Essa por ser uma das mais restritivas do SNUC em relação ao uso dos recursos naturais e, portanto, impactar diretamente a agricultura familiar e também por todo histórico de conflitos socioambientais já existentes na região. Contudo, mesmo com todos esses questionamentos a UC foi criada com essa categoria, muitos atribuem essa aprovação também à questão do

⁶² O conselho consultivo é definido pelo SNUC (Lei nº 9.985/2000) no Art. 29º: “Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (BRASIL, 2000).

repasse dos recursos financeiros do ICMS-E, onde uma categoria mais restritiva poderia gerar mais receita aos municípios abarcados pela UC. Outro argumento utilizado foi que a criação da REBIO não iria afetar as propriedades rurais da região e gerar desapropriações.

Na questão das propriedades rurais infelizmente não foi o que ocorreu no território, algumas propriedades inclusive de agricultores familiares sujeitos desta pesquisa e que possuíam propriedades de uso coletivo foram afetadas com a criação da REBIO Bom Jesus. A gestora do ICMBIO responsável pela REBIO em entrevista para esta pesquisa comenta sobre o impacto das propriedades inseridas dentro da área da UC, como ocorreu a delimitação da unidade e o processo de desapropriações das propriedades que porventura ficaram dentro dos limites da REBIO:

Se a gente for pegar no *stricto sensu* eu vou ter que te dizer que sim (causa impacto a biodiversidade as áreas dentro da UC), mas tem lugares ali pelo Potinga que **quando foi feito o processo de criação da unidade ele excluiu, o pessoal pegou a imagem de satélite e foi excluindo as áreas que estavam mais mexidas, só que entre a conclusão do processo e o decreto teve um intervalo de 3 a 4 anos. Foi que o pessoal voltou a mexer ali. Então assim, aquela área é uma área que realmente está mexida e complicada, mas é uma área que se a gente suspende suspender as atividades ela volta ao normal logo. Ela volta e restabelece sim a resiliência dela. E a gente não tem ouvido e nem constatado que estão desmatando muito além, fazendo desmatamento maior, caçando, não, tão plantando a roça ali.** Isso que a gente tá levantando se é área de posse ou se é área titulada. Muitas vezes tem título sim, mas não é do posseiro ou a pessoa invadiu ou comprou de boa fé e do outro que agiu de boa fé também ou tem casos que eles agiram de má fé assim com certeza, que sabia que a área era de outro mas foi lá e vendeu. Então assim são vários casos diferentes e assim a gente trata de forma diferente também. Porque se é posseiro tem toda uma outra legislação, se é detentor do título segue um rito, se é posseiro segue outro rito porque está finalizando o uso capião de algumas áreas então principalmente pelo Potinga por ali é bem complicadinho. Não ainda não teve indenização (Gestora da REBIO Bom Jesus ICMBIO, grifo da autora).

Embora o SNUC no Art 22º § 4º ateste a não necessidade de estudos técnicos para a criação da categoria REBIO, no relato da gestora da REBIO Bom Jesus constata-se a importância de estudos comprometidos, interdisciplinares e integrados para a delimitação e criação de qualquer categoria de UC. Essa ação poderia ter evitado ou amenizado alguns dos conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos existentes no território. Percebe-se a falta de conhecimento, até técnico, por parte da gestão do ICMBIO sobre quem são essas

peças que moravam e moram ainda dentro dos limites da REBIO ou no entorno. Não há interesse em saber quais são suas territorialidades e usos específicos, quem são as associações e as lideranças comunitárias chaves presentes no território que podem ser um canal de diálogo.

Quando a gestora da UC em sua fala menciona a questão da imagem de satélite, é possível claramente notar as assimetrias na apropriação material e simbólica da natureza, bem como do território (ALIER, 2008; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017; SVAMPA, 2012; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014). Onde de um lado encontra-se a gestão do ICMBIO representando a figura do Estado brasileiro, a territorialização de uma natureza colonizada, que é imposta pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade; e do outro lado estão os agricultores familiares com seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais com outras concepções de mundo e territorialidades. Não obstante, as complexidades também estejam perpassando essas relações que não são deterministas.

Na entrevista com a EMATER- PR, órgão do governo do estado do Paraná responsável pela assistência técnica rural no território, o gerente técnico da região de Guaraqueçaba explana sobre a delimitação da área da REBIO Bom Jesus e o processo de desapropriação das propriedades rurais dos agricultores familiares:

No caso específico da REBIO Bom Jesus a gestora do ICMBIO da APA de Guaraqueçaba me passou o mapa, é bem recortado, ele considerou as áreas abertas até 2005 e foi feito os recortes dessas áreas que estavam na questão produtiva. Portanto, depois de 2005 houve introdução de novas áreas lá. **Como ela é uma reserva de exclusão vai ser feita à exclusão das pessoas. Ninguém sabe quando isso vai acontecer e se sabe é de pouco tempo pra cá.** Mas eu acredito que ainda não, porque pra acontecer à extração das pessoas dessa área o governo federal tem que fazer a devida indenização. E isso não está definido ainda, pelo menos nós aqui enquanto EMATER não estamos sabendo. Não vai sair muita gente, porque ela foi bem recortadinha se você der uma olhada no mapa a maior parte do pessoal que tá, tá fora, você pega na beira do rio ali Tagaçaba, na Potinga pra cima do rio Potinga, as casas e a área produtiva estão fora. Ela recortou isso aí foi feito um trabalho fantástico do ICMBIO a esse respeito, que ela respeitou as características que existia lá em 2005 e 2008, ela respeitou isso aí. **Nas audiências eu não estava aqui, mas foram feitas as audiências e foi respeitado isso aí,** então foi um trabalho fantástico, o ICMBIO fez um trabalho fabuloso, primoroso. Então isso não vai dar tanto transtorno [...] **A hora que excluir vai dar um piriri ali, outro aqui vai, mas é pouco. Muito pouco** (Gerente da região de Guaraqueçaba na EMATER-PR).

Na passagem acima o gerente técnico da EMATER-PR expressa claramente a finalidade da REBIO Bom Jesus “Como ela é uma reserva de exclusão vai ser feita

a exclusão das pessoas”, essa frase é a expressão de toda violência material, subjetiva e simbólica que carrega a implantação de cima para baixo de uma UC restritiva que desconsiderou todo histórico de conflitos socioambientais na região e as territorialidades, identidades e os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Outro fator a salientar é que embora a EMATER-PR possuísse conhecimento sobre a situação, não procurou fazer um trabalho efetivo em conjunto com o ICMBIO através da gestão da REBIO Bom Jesus, visto que, por prestar assistência técnica a esses povos e comunidades e sua sede encontrar-se no meio da comunidade de Tagaçaba, possuía certa proximidade com os grupos atingidos.

No que tange as imagens de satélite, suponho que grande parte das propriedades rurais atingidas são áreas de roças de plantio de rotação, visto que, os agricultores familiares desta pesquisa relatam que não fazem o uso intensivo de uma mesma área como ocorre em grandes monocultivos do agronegócio. Existe uma preocupação e um saber tradicional desses agricultores familiares em não impactar os solos e todo o ecossistema local com suas roças, o plantio das roças na visão dos agricultores é uma prática integrada com a conservação ambiental. Cabe pontuar que grande parte dos agricultores familiares entrevistados possui um potencial agroecológico em suas propriedades:

Eu trabalhei também com agrofloresta, hoje tá meio fraca a agrofloresta, mas ainda tem e dá bastante fruta. Tenho palmeira real, tenho pupunha, tenho fruta do conde, tenho a banana caturra, variedades de banana. Então na verdade o sítio que eu trabalho é quase uma agrofloresta. Só não tem na agrofloresta o inhame, a batata e o aipim, que isso aí não vai em sombra, em sombreamento ele não produz nada. **A agrofloresta é desde o tempo do meu pai, porque ele já tinha as áreas de bananal que ele dizia que não podia derrubar as árvores** (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos, grifo da autora).

Nós aqui é orgânico o que a gente produz, só que a gente não vende a preço de orgânico, sendo que pra gente comprar orgânico é bem caro. O que a gente vende aqui, a pupunha e a nossa banana é orgânico, porque a gente não usa veneno nenhum. **Não usa mesmo porque ele estraga a terra, ela seca. A gente vê aí muitas pessoas que usam veneno, ela fica feito um veludo assim, verde, aquilo ali fica um limo e fica a terra seca. E aí fica dependente do adubo daí. Então a gente nem usa isso** (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Ainda retomando a questão das audiências públicas para a criação da REBIO Bom Jesus e toda implicação dessa UC no território, um dos agricultores familiares entrevistados expõe sua participação nessas audiências e como o processo ocorreu em sua visão:

O caso da REBIO ainda é uma briga. Na verdade nós até entramos com uma ação (no momento de criação), porque é o seguinte eu não sou contra o Parque, sou contra ao que eles impõe, que é obedecer 10 km no entorno (a zona amortecimento), nós não temos nada haver com isso, o parque lá, eles não podem interferir na vida dos outros. **Agora o pessoal que tem que respeitar eles, quem chegou primeiro foram eles ou o pessoal? Várias roças entraram, se for obedecer o que eles propõe vai até atingir aqui. Eu participei de 3 audiências, e todas as audiências nós nos manifestamos ao contrário, e a maioria se manifestou ao contrário, sabendo que todo mundo é contra porque que criaram.** Em cima disso aí, ainda pode vir coisas piores (Agricultor familiar entrevistado, 60 anos, grifo da autora).

Alguns dos agricultores familiares desta pesquisa, especialmente da comunidade de Potinga, tiveram suas propriedades diretamente afetadas com a criação da REBIO Bom Jesus. Nessas propriedades predominavam o uso coletivo e as relações de parentescos e vizinhança com base em laços de solidariedade. Embora não existissem pessoas morando nas propriedades, elas eram utilizadas no cotidiano para o plantio de roças, principalmente mandioca e pupunha, e garantiam parte do sustento das famílias. Com o estabelecimento da REBIO no território, esses agricultores familiares foram pressionados a abandonar essas áreas “em nome da lei” sem muitas explicações⁶³. A maioria não detinha o título de propriedade privada, estavam como posseiros, visto que a regularização fundiária é uma grande problemática no Litoral do Paraná como um todo.

Além disso, ao observar a espacialização da área da REBIO Bom Jesus integrada às outras UCs verifica-se o isolamento territorial e como os territórios dos agricultores familiares, mesmo os que não foram atingidos com desapropriações ou os que não são residentes na comunidade de Potinga, estão “apertados” e “cercados”. Não é difícil aludir que a perpetuação de uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade se materializam e transpassam os tempos.

A ausência de uma abordagem que compreenda simultaneamente as especificidades e o contexto do todo, a falta de diálogo e o histórico de atuação desses agentes institucionais na região acentua o quadro dos conflitos socioambientais entre os agricultores familiares e o Estado brasileiro – neste caso na figura do ICMBIO através da gestão da REBIO Bom Jesus e da Polícia Federal.

⁶³ Essa conjuntura faz conexão com um contexto nacional onde a todo o momento famílias vulnerabilizadas são expulsas de seus territórios, em 2018, 2.307 famílias foram expulsas pelo poder privado e 11.225 pelo poder público, através de ordens de despejo. As famílias expulsas bem acima da média de 795 entre 2015 e 2018 (CPT, 2018).

Nesta passagem os agricultores familiares da pesquisa fazem um relato das desapropriações das suas propriedades e roças coletivas:

É isso que queremos saber, se vai ser indenizado, quando isso acontece. Ele falou para alguns aí, diz que pode ser rápido e pode levar uns quarenta anos. Então quando você levar uma indenização você não está mais aqui. E você não plantou, você não desfrutou, você passou necessidade e quem que vai pagar isso para tua família que vai ficar? Então é complicada a situação. Foi aqui nessa área mesmo, na Fazenda Bom Jesus, é a mesma daquela dos índios, fica nos fundo aqui. Até expulsaram um pouco dali, **vieram com a Federal, expulsaram e disseram que se não tirasse a casa iam queimar, tirar com trator, sei lá, eles vieram com a Polícia Federal, aquela viatura de letras douradas** (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

Então eu perdi uma área com eles aí, eu perdi uma área que eu trabalhava nela e eles vieram e não deixaram mais. Esse foi o ICMBIO, a justificativa deles é que ali eles falaram que é do ICMBIO e não podia mexer em mais nada. Daí nós abandonamos, eu e meu irmão perdemos a área aí com eles, só que na verdade quando eles vieram não tinha plantação nenhuma. Nós tínhamos tirado e daí só estava a parte aberta. Daí eu desisti, eu mais outro pessoal aí, bastante gente estava em cima dessa área. **E eles não deram nenhuma oportunidade, eles podiam ter chegado a conversar, chegaram proibindo. E tinha um senhor aí que tinha uma plantação de pupunha em cima. Tava grande assim (mostrando com as mãos) e teve que arrancar tudo, o fizeram arrancar tudo.** O cara teve um prejuízo grande. (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).

Porque eles falaram que a vontade do meio ambiente é não deixar fazer mais nada ali, que cresça árvore ali, em cima daquela área, **mas como eu posso deixar uma área que é produtiva, da onde que eu vou tirar o sustento, e outra eu não recebi nenhuma indenização, e pelo certo tinha que ser indenizado pelo Estado. E pega desde o Balaroti aquela área lá, vão indenizar o Balaroti, e o Balaroti tá plantando** (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos, grifo da autora).

Esses conflitos socioambientais contrapõem os direitos humanos fundamentais e coletivos estabelecidos pelo Art. 215º, Art. 216º e Art. 225º da Constituição Federal Brasileira de 1988, pelo Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e a Convenção nº 169 da OIT, onde transparece nas relações de poder desiguais que as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade no território estão acima desses direitos.

Os agricultores familiares que sofreram com a ação acima não tiveram um enfrentamento explícito com a outra parte do conflito socioambiental, neste caso o ICMBIO através da gestão da REBIO e a Polícia Federal. Neste sentido, é notável uma opressão e coerção no sentido de invisibilizar e silenciar essas situações de

violência material, subjetiva e simbólica. Nas entrevistas com esses agricultores familiares, mesmo eu sendo uma velha conhecida deles, o sentimento de desânimo, medo e opressão eram muito presentes nos olhares e nas narrativas.

Outro elemento a destacar é a produção e a materialização das injustiças ambientais no território, na passagem de um dos agricultores familiares acima é bem explícito ao se referir à propriedade de uma grande empresa na região: “E pega desde o Balaroti aquela área lá, vão indenizar o Balaroti, e o Balaroti tá plantando”. A invisibilidade que se perpetua no território de Açungui, Potinga e Tagaçaba é paradoxal, uma vez que esses agricultores são invisibilizados e oprimidos pelas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, porém são os mais afetados e visíveis na emergência de conflitos socioambientais, tensionamentos e na exposição dos riscos e vulnerabilidades socioambientais. Ao transpor as reflexões de Zhouri e Valencio (2014) para esse contexto constata-se que esses agentes institucionais, o ICMBIO através da gestão da REBIO e a Polícia Federal, são protagonistas funcionais da materialidade do “desenvolvimento” e das lógicas dominantes da colonialidade.

Olhando por uma perspectiva local também é interessante ressaltar o caso do conflito socioambiental entre a aldeia indígena Tekoa Kuaray Haxa, inserida dentro dos limites da REBIO Bom Jesus e, consecutivamente, no entorno das propriedades dos agricultores familiares desta pesquisa, e o ICMBIO através da gestão da REBIO Bom Jesus. Esse caso de sobreposição entre a terra indígena e essa UC encontra-se judicializado sem sentença definitiva ainda, contudo, o último parecer do processo foi favorável à permanência dos indígenas no território considerando que esses têm em seus modos de ser, fazer e (re)existir a coevolução com a natureza. Os indígenas da etnia Guarani Mbya chegaram guiados por sua ancestralidade, espiritualidade e cosmologias do Nhande Mbya Reko (jeito de ser guarani) à localidade da atual REBIO Bom Jesus, quando ainda não existia essa UC no território. O caso também se encontra registrado no “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” da FIOCRUZ. Para Jabur (2016) esse caso aponta para um “modelo de conservação colonial” que viola os direitos territoriais indígenas e tenta subjugar, invisibilizar e desestruturar uma forma de relação entre sociedade e natureza, a dos Mbya Guarani na Tekoa Kuaray Haxa.

Essa situação em parte reflete a mesma situação vivenciada pelos relatos dos agricultores familiares acima que têm como figura central também o Estado

brasileiro na figura do ICMBIO através da gestão da REBIO Bom Jesus, que tenta impor uma lógica de apropriação do território, bem como da natureza e seus recursos naturais, numa visão descolada da sociedade e natureza. Os agricultores familiares assim são inferiorizados nesse jogo de disputas assimétricas e relações de poder desiguais, onde a invisibilidade e o silenciamento são expressões do medo, da opressão e da violência simbólica. Não há coincidências em tantos casos de violações de direitos humanos fundamentais e coletivos numa mesma localidade e ainda com o mesmo agente institucional.

Ainda cabe salientar o caso do conflito socioambiental ocorrido em 2019 no Litoral Sul de São Paulo entre a ESEC de Juréia-Itatins, que também faz parte do Mosaico Lagamar⁶⁴ como as UCs desta pesquisa, e a família Prado da comunidade do Rio Verde. A família Prado que vive na área há pelo menos oito gerações sobrevivendo a base da pesca artesanal e da agricultura de pequenas roças teve a casa demolida por funcionários da Fundação Florestal, órgão estadual responsável pelas UCs, e agentes da Polícia Ambiental (NOGUEIRA, 2019).

Esses fatos demonstram a imposição da territorialização de uma natureza colonizada que despreza as identidades, as territorialidades e os territórios ancestrais dos verdadeiros sujeitos que coevoluem com a natureza e a memória biocultural. Sousa Santos (2016) afirma que todas as violações de direitos humanos estão relacionadas a essas lógicas dominantes, onde no Sul global os territórios passam a ser terra, e as populações que nelas habitam obstáculos ao desenvolvimento, os quais são necessários remover o quanto antes. Neste sentido, é a imposição de um projeto de civilização única de que falam Leff (2014) e Lander (2000), onde existe a eliminação das forças de oposição a essas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade violando direitos fundamentais e coletivos e criminalizando modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais.

O relacionamento do ICMBIO através da gestão da REBIO Bom Jesus com os povos e comunidades tradicionais em grande maioria não é de proximidade, a APA de Guaraqueçaba apesar de ser uma UC menos restritiva segue o mesmo caminho. Ao perguntar a gestora da REBIO Bom Jesus sobre o diálogo da instituição com esses povos e comunidades ela respondeu que a maior ponte de

⁶⁴ Portaria MMA n° 150, de 08 de Maio de 2006.

diálogo ocorre através do conselho consultivo da APA de Guaraqueçaba que é integrado ao da REBIO Bom Jesus:

Eu acho que é assim a gente tem um relacionamento grande no que tange ao Conselho da APA. Então a via é o Conselho da APA. Teve um tempo que o Conselho ficou inativo e agora a três anos e meio que a gestora da APA está aí tá fazendo esse resgate das atividades do Conselho e tudo mais. **Podia ser melhor? Sim, sem dúvida, mas aí tem uma série de fatores que a gente tem dificuldades de estabelecer lideranças. Quando a gente conversa com algumas lideranças na verdade não são bem lideranças ou também não fazem retorno pra comunidade.** E isso é uma situação que não é exclusiva daqui, é uma situação que se passa em todo país. **Acho que também a gente tem um estigma bem grande de ser o ICMBIO. Então tem gente que tem medo, mas ao mesmo tempo quando a gente se propõe a conversar eu vejo que a aceitação é tranquila, é boa. A gente tem um passivo que é da época do IBAMA, mas as pessoas estão vendo que a forma de conversar mudou e a disposição para o diálogo é diferente, tem melhorado** (Gestora da REBIO Bom Jesus ICMBIO, grifo da autora).

No entanto, embora o conselho consultivo integrado da APA de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus se materializar como um espaço ativo de integração de diferentes instituições e sujeitos do território, ainda existem muitas lacunas e contradições nesse espaço que deveria ser efetivamente de participação social. A falta de recursos financeiros e funcionários com capacidade técnica interdisciplinar que possuam conhecimentos atrelados também na área das ciências sociais e da antropologia são limitantes para esse conselho e para o ICMBIO. Outro fator é a linguagem burocrática utilizada e as dinâmicas institucionais que majoritariamente desconsideram os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais e afastam esses povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, Porto (2012) afirma que para superarmos fragmentações é fundamental estabelecer pontes entre áreas de conhecimento, bem como entre estas e o mundo das pessoas, da vida e da política, através de novas formas integradas e contextualizadas de análise de problemas.

Os agricultores familiares entrevistados, em sua grande maioria, afirmam não frequentar o conselho consultivo e desconhecem os atuais gestores do ICMBIO na região, tanto da APA de Guaraqueçaba quanto da REBIO Bom Jesus. Há uma ausência de informações sobre a gestão do ICMBIO e uma ausência por parte da instituição de envolver esses povos e comunidades tradicionais nos espaços de participação social. As gestões da REBIO Bom Jesus e da APA de Guaraqueçaba

não são vistas com frequência nas comunidades, a própria sede física do ICMBIO na parte urbana de Antonina dificulta em certo ponto essa proximidade.

Existe neste sentido uma dubiedade da presença do Estado brasileiro, como colocam Zhouri e Laschefski (2017), onde de um lado o Estado surge como implementador de políticas conservacionistas autocráticas que acirram os conflitos socioambientais; e de outro surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas. Para os autores essa dubiedade pode ser interpretada como a expressão da incidência desses conflitos socioambientais sobre o campo institucional das “políticas ambientais”, elemento que evidencia a dominação exercida pelas lógicas dominantes.

6 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DA POLÍCIA AMBIENTAL DO PARANÁ

Os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos que envolvem os agricultores familiares desta pesquisa são demarcados pelo campo de ação do Estado brasileiro através das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade, e também por uma política ambiental de sobreposições de legislações ambientais incidentes no controle e uso da natureza e seus recursos naturais, bem como do território.

Nas comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba sob um mesmo recorte espacial pode recair uma série de legislações ambientais de diferentes esferas: internacionais, federais, estaduais e municipais. O fato das comunidades estarem inseridas num mosaico de UCs acentua ainda mais as sobreposições de normativas.

Toda essa conjuntura dificulta o entendimento e a integração tanto entre as instituições que atuam na localidade, como dos povos e comunidades vulnerabilizados. Esses fatores inviabilizam e precarizam uma gestão territorial por parte do Estado, que leve em conta os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais dos agricultores familiares sujeitos desta pesquisa.

As assimetrias que ocorrem na geopolítica mundial com um comércio injusto e desigual baseado num metabolismo social que concentra de forma desigual os riscos, conflitos e os benefícios da produção e consumo na divisão internacional do trabalho (PORTO, 2011; PORTO, 2012; PORTO; FINAMORE, 2012) também ocorrem no campo de ação da política ambiental e da respectiva fiscalização ambiental na região de Guaraqueçaba.

Ao fazer um paralelo com contextos mais amplos verifica-se que a América Latina continua sendo a região mais perigosa do mundo para os defensores da terra e do meio ambiente, no Brasil em 2017 foram assassinadas 57 pessoas defensoras, um dado que demonstra somente a ponta do iceberg já que muitos casos não são reportados (GLOBAL WITNESS, 2018). O novo contexto sociopolítico brasileiro ao passo que propaga a “desambientalização” (ACSELRAD, 2019) e flexibiliza legislações ambientais para as elites dominantes do agro, dos minérios, das indústrias, dos bancos, subordinadas a interesses do capital internacional

(MALHEIRO; MICHELOTTI; PORTO-GONÇALVES, 2018), criminaliza ainda mais os povos e comunidades tradicionais.

A Global Witness (2018), organização de direitos humanos que luta contra as injustiças, conflitos e corrupção envolvendo os recursos naturais, afirma que a criminalização tem diferentes formas e sua expressão mais simples é criar, reformar ou reinterpretar as leis para ilegalizar atividades legítimas convertendo em criminais a quem as realizam. A organização ainda afirma que são disputas assimétricas que tendem a acentuar-se em contextos políticos cuja inclinação privilegia as lógicas dominantes de grandes corporações, do agronegócio, das mineradoras sob os direitos fundamentais e coletivos de povos e comunidades vulnerabilizados.

Os povos e comunidades tradicionais do território, neste caso os agricultores familiares desta pesquisa sofrem prejuízos com os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. Os não enfrentamentos explícitos e as fragilidades nas organizações sociais dos agricultores familiares demonstram a opressão, o medo e a violência material, simbólica e subjetiva, em que outras formas de compreender o mundo e a vida são desqualificadas cotidianamente. As sobreposições de legislações ambientais incidentes e o modo como ocorre à fiscalização ambiental dos crimes ambientais no território colocam em evidência disputas assimétricas, relações de poder desiguais e o Estado brasileiro como um agente institucional representado pelo ICMBIO, IAP e Polícia Ambiental do Paraná – Força Verde⁶⁵ que criminaliza os agricultores familiares e suas práticas tradicionais no território⁶⁶.

Em 12 de fevereiro de 1998 foi sancionada a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, que tipificou as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esta normatização constitui um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) Lei nº 6.938/1981. A aplicação da Lei de Crimes Ambientais também determina como as autoridades

⁶⁵ Integrados ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Criado pela Lei 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto 99274/1990, o Sisnama é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, e é formado pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil.

⁶⁶ Cabe salientar que o intuito não é generalizar e nem desmerecer o trabalho desses órgãos ambientais e instituições no todo. Existem também ações necessárias e essenciais para a conservação socioambiental e a manutenção da vida. Aqui se aborda lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade que atuam com força e poder sob esses órgãos e instituições. Neste momento sociopolítico atual no Brasil que os órgãos ambientais estão sendo desmantelados e flexibilizados é importante destacar que a sua existência se faz necessária.

competentes devem lavrar o auto de infração e instaurar o processo administrativo. Essa lei classificou os crimes ambientais principalmente em cinco tipos: contra a fauna, contra a flora, poluição e outros crimes ambientais, contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, e infrações administrativas. Relativo aos responsáveis pelas atuações, segundo o IAP (2018) elas podem ser feitas pelos funcionários designados para as atividades de fiscalização, de órgãos integrantes do SISNAMA, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

A Lei de Crimes Ambientais somou-se as outras legislações ambientais existentes no território das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba acentuando ainda mais os processos de criminalização dos agricultores familiares e as assimetrias de relações de poder. Além da legislação ser um mecanismo de controle e de vigilância e polícia.

TABELA 6: PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS VIGENTES EM GUARAQUEÇABA

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS VIGENTES	
Constituição Federal Brasileira	Art. 225º
Código de Águas	Dec. nº 24.643/1934
Política Nacional de Meio Ambiente	Lei nº 6.938/1981 Dec. nº 99.274/1990 Dec. nº 5.975/2006
Lei de Crimes Ambientais	Lei nº 9.605/1998 Dec. nº 6.514/2008
Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC	Lei nº 9.985/2000 Dec. nº 4.340/2002 Dec. nº 5.746/2006 Resolução CONAMA nº 428/2010
Lei da Mata Atlântica	Lei 11.428/2006
Código Florestal Brasileiro	Lei nº 12.651/2012

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA, 2018.

Ao mesmo passo que essas legislações preconizam a garantia à conservação da natureza e um meio ambiente sadio ao estabelecer sanções penais e administrativas a condutas lesivas, elas também demonstram em seu cerne o profundo abismo entre a punição dos povos e comunidades tradicionais e das elites

dominantes. É a territorialização de uma natureza colonizada, onde se constata que o Estado brasileiro tem criminalizado modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais de povos e comunidades tradicionais e flexibilizado legislações para o agronegócio, grandes corporações, mineradoras e elites dominantes.

No município de Guaraqueçaba, em sua grande maioria, o primeiro agente institucional a ser acionado em caso de denúncia de crime ambiental é a Polícia Militar Ambiental do Paraná (PMA-PR) Força Verde do Posto Cacatu na PR-340. Esta responde de maneira hierárquica a 1ª CIA de Paranaguá da Polícia Militar Ambiental do Paraná – Força Verde e ao Batalhão de Polícia Ambiental do Paraná (BPAMB-PR) – Força Verde. A instituição é uma unidade especializada da Polícia Militar do Paraná criada em 04 de abril de 1957.

Por meio dos registros dos boletins de ocorrência coletados no BPAMB- PR Força Verde foi possível notar que essas denúncias ocorrem em quatro principais vertentes: (I) denúncias anônimas ou identificadas pelo disque denúncia 181, ouvidoria ou e-mail; (II) operações de patrulhamento e fiscalização; (III) sobrevoos e imagens de satélites; e (IV) cumprimento de mandado judicial. Os boletins de ocorrência são registrados pela PMA-PR Força Verde num sistema digital unificado de ocorrências junto a Polícia Militar do Paraná. Todas as ocorrências atendidas são obrigatoriamente registradas conforme normativa da instituição tanto em caso de ocorrências de natureza constatada onde o crime ambiental é configurado, como em ocorrências sem ilicitude não configuradas como crime ambiental. Contudo, antes de 2011 os registros não tinham a obrigatoriedade de constar no sistema digital, eram armazenados em pastas físicas. Esta pesquisa abarcou o período pós 2011 e foram coletados os boletins de ocorrência de ambas as categorias: de ocorrência de natureza constatada e de ocorrência sem ilicitude.

O procedimento de autuação descrito brevemente divide-se em três principais processos: o criminal, o administrativo e o penal (FIGURA 24). No processo criminal o crime é constatado e são tomadas as primeiras providências criminais; no processo administrativo é elaborada a multa ambiental pelo órgão gestor ambiental (IAP/ICMBIO) e encaminhada ao autuado; e no processo penal é decorrente de ação proposta pelo Ministério Público originado de auto de infração ou ocorrência registrada pela Polícia Ambiental (FARIA, 2015).

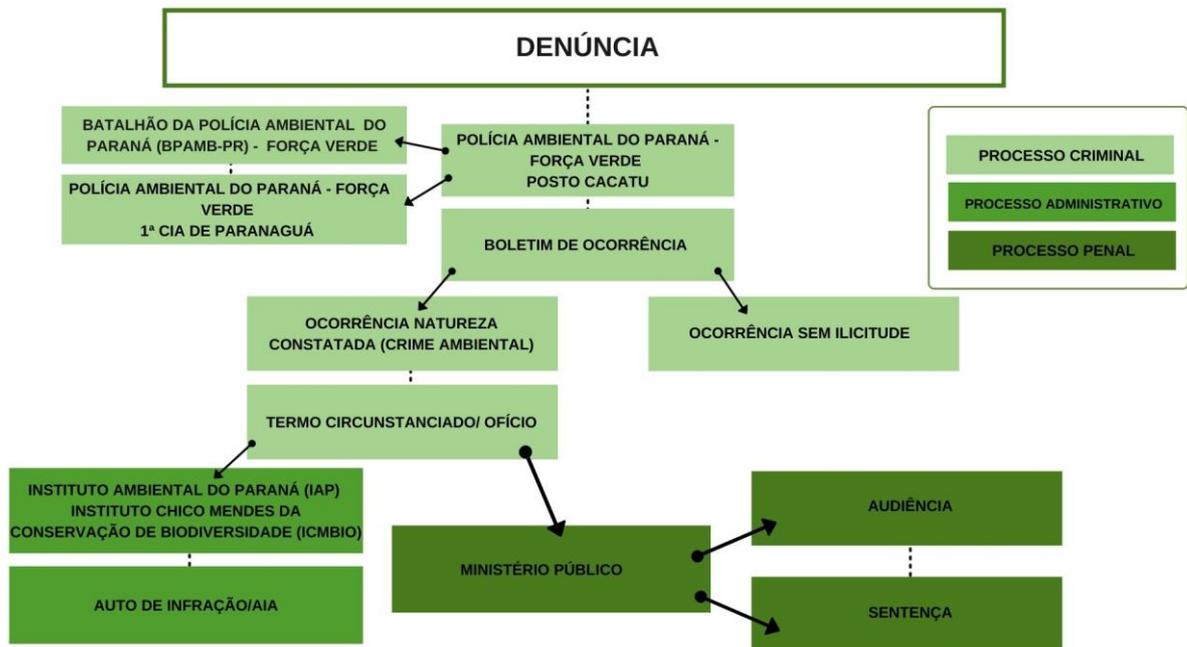


FIGURA 24 – BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AUTUAÇÃO EM GUARAQUEÇABA
 FONTE: ADAPTADO DE FARIA, 2015.

Até 2011 existia um acordo formal entre o IAP e a PMA-PR Força Verde, que dava autoridade da PMA-PR Força Verde lavrar os auto de infração ambiental e aplicar a multa. Anteriormente uma parcela dos montantes arrecadados com as multas ambientais era revertida para o pagamento de diárias aos policiais e também para a manutenção das viaturas e equipamentos do BPAMB-PR Força Verde. Em entrevista com um dos policiais da PMA-PR – Força Verde do Posto Cacatu responsável pela fiscalização no território ele comenta sobre o procedimento antigo e o atual:

Antigamente o procedimento era o seguinte, o que a gente fazia a mais e que a gente não faz hoje é a multa. A Polícia Ambiental ela verificava o quantitativo, o valor da multa, e aplicava a multa. Depois desse convênio hoje a gente faz um ofício ao IAP pra que eles possam apurar a questão administrativa. Então geralmente você vai lá quando é situação de flagrante você encaminha, quando não é flagrante você faz o TC que é o Termo Circunstanciado e a pessoa se compromete e tem que estar tal dia na audiência, isso concernente à questão criminal. E no que tange a parte administrativa a gente faz um ofício para o IAP. É o IAP que vai atrás para verificar o quanto que vai dar de multa (Policial Ambiental entrevistado)

Os motivos do rompimento do acordo formal entre o IAP e a PMA-PR – Força Verde para que os policiais ambientais detivessem a autoridade de autuação

não foram expostos detalhadamente pelo policial ambiental entrevistado. Entretanto, além dos elementos já citados acima é possível supor uma relação do rompimento desse acordo com a atuação exacerbada da PMA-PR Força Verde na região de Guaraqueçaba e também do Litoral do Paraná, principalmente no que tange uma violência no modo de abordagem e na violação de direitos fundamentais.

Duarte (2018) expõe até em um tom denunciativo essa coerção da força policial da PMA-PR Força Verde no âmbito dos pescadores artesanais da região do Superagui. A autora elenca uma série de violações como altos valores de multas aplicadas, repressão policial, destruição de roças de plantio e de instrumentos de trabalho da roça e da pesca artesanal. Apesar do foco desta pesquisa não abarcar os pescadores artesanais da região salienta-se que dos 556 ou 100% dos boletins de ocorrências coletados para a espacialização de dados no software de geoprocessamento, 297 ou 53% dos boletins eram referentes à pesca proibida, entre ocorrências de natureza constatadas e ocorrências sem ilicitude nos anos de 2011 a 2015. Esse dado demonstra uma forte relação com a abordagem de criminalização das práticas dos pescadores artesanais comprovando os relatos de Duarte (2018).

O sistema de registros dos boletins de ocorrência da PMA-PR Força Verde não é interligado com o sistema dos órgãos ambientais IAP e ICMBIO, estes somente tem acesso às informações das autuações quando são notificados via ofício pela PMA-PR Força Verde. Na entrevista com a gestora da APA de Guaraqueçaba do ICMBIO ela expõe como funciona o repasse das informações e a falta de integração nesse sistema de fiscalização entre os órgãos:

A gente não tem acesso a todas as ocorrências, eles que encaminham (a Polícia Ambiental), e aí eu não sei assim a princípio faria sentido eles encaminharem todas as ocorrências. Mas a impressão que a gente tem é que eles têm encaminhado mais recentemente, mas eu acho que algumas realmente a gente identificou que algumas não vem, não chegam na gente. Não existe uma obrigação assim. Teoricamente a única instituição que teria todos esses registros é o Ministério Público, porque o IAP, a Polícia e nós mandamos para o Ministério Público. Mas a gente não se comunica entre si, os três tem competência de fiscalização, e tem outras instâncias no Ministério Público também, um é estadual e o outro é federal, teoricamente na APA tudo deveria ir para o federal, mas até pouco tempo atrás muita coisa estava indo para o Estadual. E teoricamente a Polícia ela tem um fluxo de passar ou para o IAP ou para o ICMBIO pra fazer a parte administrativa, mas o inverso não é verdadeiro. Então do nosso não volta para a Polícia quando a gente constata necessariamente, então é bagunçado é difícil ter o universo todo assim. E eles que tem mais autuado mesmo, eles acabam tendo mais

informação, porque eles que estão mais nessa frente assim, trabalham pra isso. E a gente tem uma série de outras atividades (Gestora da APA de Guaraqueçaba ICMBIO).

Essa passagem acima reflete a desintegração entre as diferentes instituições responsáveis pela fiscalização ambiental e na maneira como são realizadas as ações. É a materialização de uma política de precariedade na gestão territorial, onde até para os órgãos ambientais é confuso o modo como se realiza os procedimentos ocasionando equívocos e favorecendo violações de direitos fundamentais e coletivos.

Outro ponto a destacar é que quando questionei em relação ao planejamento das ações de fiscalização ambiental ambas as gestões, tanto da REBIO Bom Jesus quanto da APA de Guaraqueçaba, apontaram a falta de recursos financeiros como uma grande problemática para que existam ações de fiscalização mais planejadas. Abaixo algumas passagens que evidenciam esses fatores:

Monitoramento como tal não, a gente tem eventuais ações de fiscalização, e aí temos a parceria com a Polícia Ambiental, tem alguns outros parceiros que informam a gente, mas monitoramento como um programa de monitoramento ainda não. Tem um calendário, dentro desses anos variou bastante, tem ações mais estruturadas que são ações semestrais. Depois tem outras ações que são de dia a dia, que aí vai de 15 dias tem recepção de denúncias. Então não tem uma frequência exata, ela é bem variável. **Depende de recurso, bastante de recurso** (Gestora da REBIO Bom Jesus ICMBIO, grifo da autora).

Então a gente não tem muito fôlego para focar na fiscalização. Então a gente de fato não trabalha fortemente com a fiscalização. Não é o grande foco. **Mas a gente considera importante, necessária, tem que dar um jeito de fazer acontecer, apesar das dificuldades, restrições e falta de veículo, falta de combustível, falta de pessoal. Agora por exemplo dos três, nós temos uma que está de licença que é fiscal, a gente não é fiscal, então isso é uma outra dificuldade.** Tem que fazer um curso específico para se tornar fiscal. Então assim tem um pouco essa deficiência assim de fiscal, que é o agente de fiscalização, que precisa participar das operações a principio. Mas nada impede também da gente constatar, quem não é fiscal constatar um desmatamento, fazer um relatório. Mas a gente precisa de um agente de fiscalização que faça o auto de infração, a gente precisa dessa figura, e isso limita um pouco (Gestora da APA de Guaraqueçaba ICMBIO).

No caso dos agricultores familiares das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba as sobreposições e restrições das legislações ambientais incidentes e uma forma de conduzir inadequadamente a fiscalização ambiental no território tem afetado historicamente e diretamente a existência e (re)existência desses agricultores familiares. Dos 11 agricultores familiares com quem pude dialogar 3

desses, ou seja, 30% aproximadamente afirmam que levaram multas devido alguma restrição ambiental:

Já sofri duas multas. A primeira eles me multaram aqui, eu estava derrubando uma roça ali, aí me multaram. Aí eu paguei, paguei 300 reais. **Daí a segunda eles me multou de novo sabe, daí eu tava derrubando de novo a roça, daí me multou de novo. Daí era 300 reais, aí não fui pagar, quando passou 4 anos veio uma carta pra mim pagar, de 300 foi para 600, de 600 foi para 900.** Aí eu fui lá em Curitiba no escritório central lá, ali atrás da rodoviária, **aí fiz lá um atestado de pobreza, porque eu com um salário mínimo que ganho.** Ainda tinha dois filhos em casa naquele tempo, aí eu não consegui pagar, aí eu fiz aquele atestado de pobreza (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Já sofri uma multa. Na época era uma área que eu tinha aí, que já era uma área aberta, aí eu com o meu irmão, um que já faleceu. **Daí nós trabalhava lá e nasceu umas árvores lá, mas era pouca coisa, daí nos desmatamos uns capins era uma área aberta. Aí eu falei vamos derrubar esses pedacinhos que até serve pra lenha pra fazer farinha, aí derrubemos lá e alguém entregou nós e a polícia foi lá.** Na época não precisou pagar multa, nós fizemos a defesa, e aí tivemos audiência no juiz, tive que correr se não teria que pagar (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).

A gente mora aqui, eu acho que a gente tem o direito de tirar uma madeira pra arrumar a casa da gente, porque a gente vai morar aqui e vai ter que comprar caro. **Então foi por causa disso (se referindo à multa que levou), foi por causa de madeira, por causa de uma bateira (barco artesanal caçara) que o marido fez. Na época não tinha nem como ir lá no bananal e tinha que puxar pela ponte a banana e tinha que fazer uma bateira pra puxar por ali, pra dali pra cá.** Então foi por causa disso (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Contudo esse dado se torna questionável e a ponta do iceberg na medida em que constatei fortemente o medo presente nas narrativas das entrevistas, quando a pergunta era realizada mesmo que em tom de conversa e não de um interrogatório de pesquisa, muitos evitavam prolongar o assunto. Dentre esses agricultores houve um agricultor que citou que preferia não falar muito sobre o assunto, pois tinha receios de repressões de algum tipo mesmo com a ciência de que as falas não seriam identificadas.

Outro fato a relatar é que algumas vezes os agricultores familiares entrevistados me indicavam pessoas nas quais eu não tinha uma relação de proximidade estabelecida para que eu dialogasse sobre o assunto dos conflitos socioambientais decorrentes no território. Afinal de algum modo esta pesquisa poderia dar alguma visibilidade a situações tão silenciadas e invisibilizadas no cotidiano, a situação se mostrava como uma intenção de denúncia e uma ciência da condição de vulnerabilizado.

Uma dessas vezes eu resolvi marcar uma conversa com um desses agricultores familiares da região, que tinha um grande histórico de repressões sofridas por parte dos órgãos ambientais e casos judicializados da criminalização de suas práticas tradicionais por corte de duas/três árvores para reformar sua casa. Contudo, o que ocorreu é que o carro que me transportou naquele dia até o local de conversa com esse agricultor familiar era de cor semelhante dos carros da polícia federal e eu naquele momento não havia notado. Simplesmente esse agricultor familiar ficou todos os dias que passei por lá com a sua casa inteira fechada com medo de dialogar comigo, os vizinhos diziam que ele tinha ido viajar, mas na verdade soube depois que o motivo era o carro que parecia com o da polícia.

A conservação como territorialização da natureza colonizada alterou significativamente as práticas tradicionais desses agricultores familiares. Esses são violentados simbolicamente e têm seus direitos fundamentais e coletivos violados, onde a opressão, o medo e a angústia tomam conta. São elementos que se materializam na retirada de roças, e muitas vezes na pressão emocional e psicológica que sofrem. Não é o viés dessa pesquisa esse tipo de análise, no entanto, é importante a menção do sofrimento ético-político que abala esses agricultores familiares.

O mapa abaixo (FIGURA 25) representa a espacialização das 556 ocorrências registradas nos boletins de ocorrência do BPAMB-PR – Força Verde de 2011 a 2015, dessas 556 ocorrências 1,25% são identificadas na comunidade de Açungui, 8% na comunidade de Potinga, e 9% na comunidade de Tagaçaba.

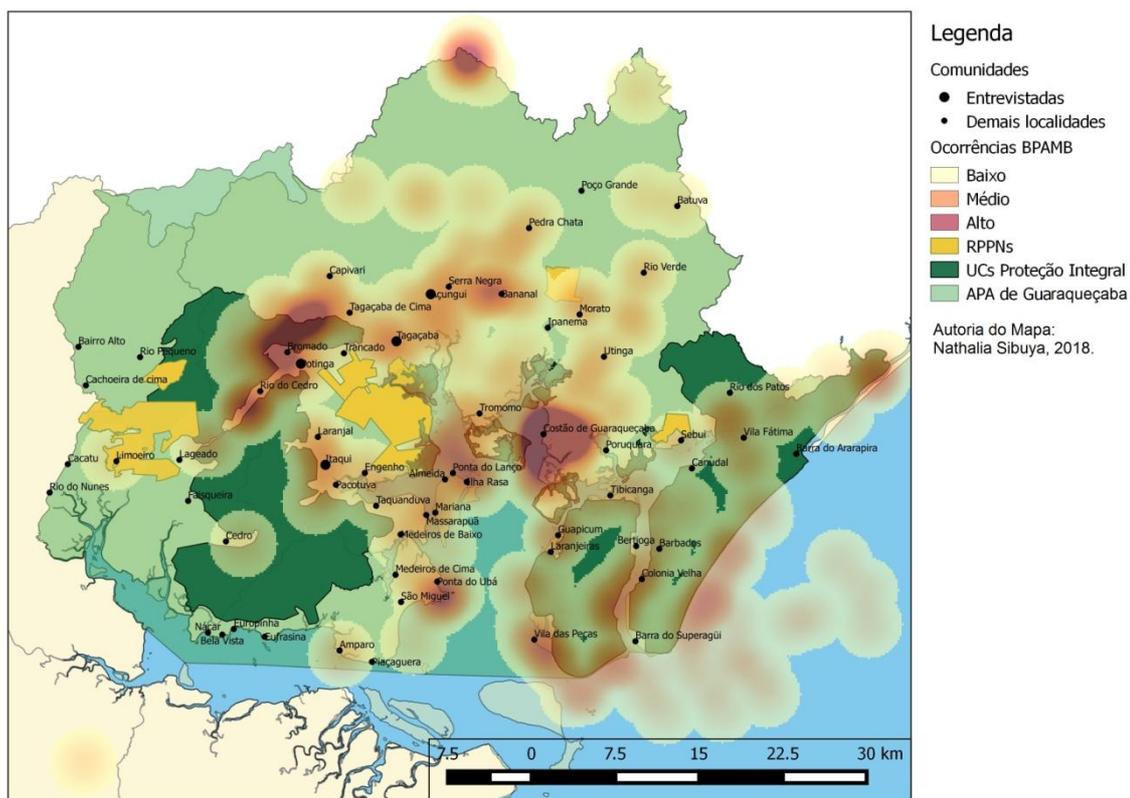


FIGURA 25 – MAPA DE CALOR OCORRÊNCIAS AMBIENTAIS EM GUARAQUEÇABA 2011-2015
 FONTE: BASE DE DADOS BPAMB-PR FORÇA VERDE, 2011-2015. ELABORADO PELA AUTORA, 2018.

Os pontos mais avermelhados, pontos quentes, do mapa de calor demonstram uma alta incidência de ocorrências ambientais, portanto são áreas mais sujeitas a tensionamentos, conflitos socioambientais e criminalizações dos modos de ser, fazer e (re)existir dos agricultores familiares no território. No caso das comunidades dos agricultores familiares estudados, principalmente Potinga e Tagaçaba, essas áreas de pontos mais quentes no mapa não por coincidência são áreas de fronteira com a UC REBIO Bom Jesus e as áreas privadas da SPVS. Embora a comunidade de Açungui não esteja tão próxima à REBIO Bom Jesus e às áreas da SPVS, a comunidade também está permeada por um ponto quente.

Outro dado a apresentar é que das ocorrências ambientais registradas na comunidade de Açungui 71% são ocorrências de natureza constatadas, ou seja, materializadas como crimes ambientais. E 29% são ocorrências que não registraram ilicitude. Observa-se que essas ocorrências caracterizadas como crimes ambientais estão relacionadas à corte de árvores e supressão de vegetação, pesca e porte de arma de fogo (espingarda). Na comunidade de Potinga 83% são ocorrências de

natureza constatadas, principalmente relacionadas a cortes de árvores nativas inclusive de palmito, desmate de área de preservação permanente, supressão de vegetação para construções e caça de fauna. E 17% se caracterizam como ocorrências sem ilicitude. Na comunidade de Tagaçaba 72% são ocorrências de natureza constatadas principalmente relacionadas à corte de árvores, áreas de desmate e caça de fauna. E 28% são ocorrências sem ilicitudes.

Em Potinga e Tagaçaba onde aparecem dados de caça observa-se que não são dados relacionados às atividades e práticas dos agricultores familiares, visto que os registros envolvem munições e armadilhas voltadas à caça profissional. Pode-se constatar que são ocorrências também cometidas por pessoas externas à comunidade. Também é possível fazer um paralelo que das três comunidades, Potinga é a mais afetada por registros de crimes ambientais, seguida de Tagaçaba e por último Açungui. Os relatos dos agricultores familiares de Potinga em relação à REBIO Bom Jesus e a SPVS podem ser associados com esses dados apresentados dos boletins de ocorrência, portanto, constata-se que quanto mais próximo da área dos limites dessas UCs mais sujeitos a situações de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos estão as comunidades e seus respectivos agricultores familiares.

O mapa abaixo (FIGURA 26) representa a espacialização das 556 ocorrências registradas nos boletins de ocorrência do BPAMB-PR – Força Verde de 2011 a 2015 em três categorias: crimes ambientais da fauna, crimes ambientais da flora, crimes ambientais da pesca.

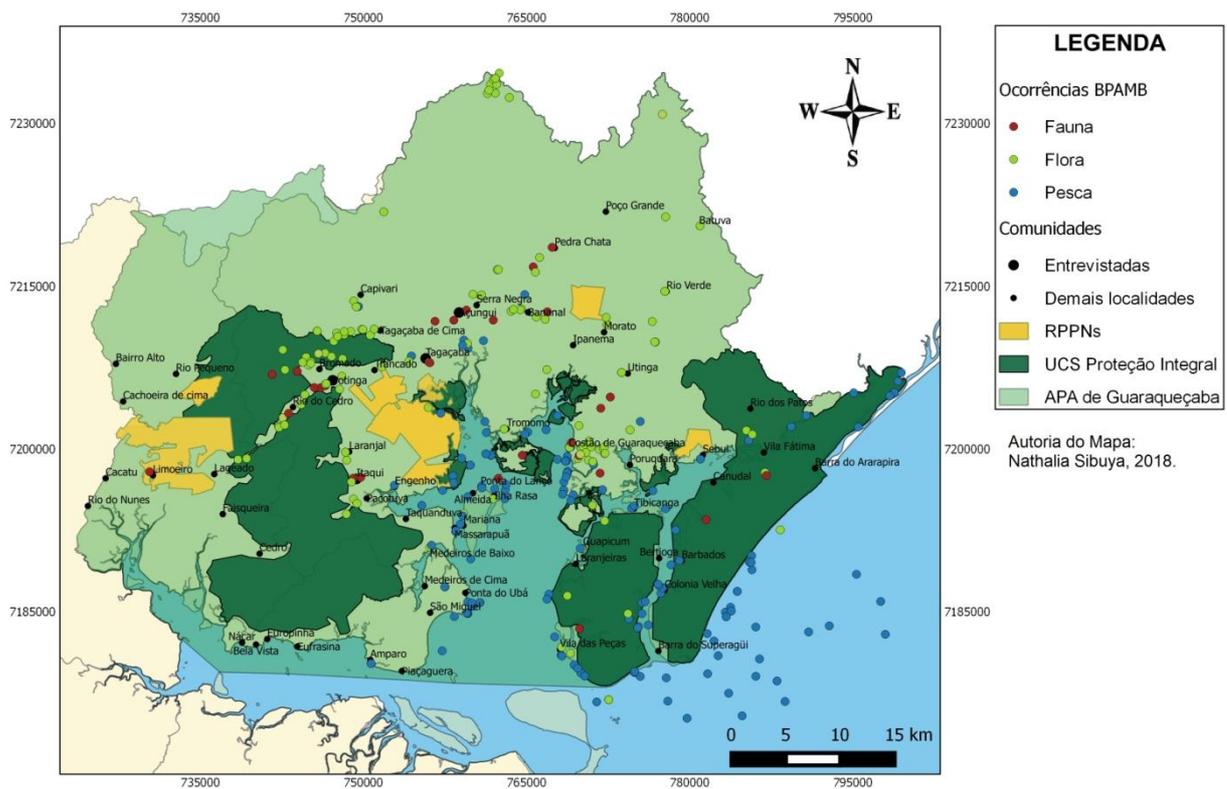


FIGURA 26 – MAPA DAS OCORRÊNCIAS AMBIENTAIS EM GUARAQUEÇABA 2011-2015
 FONTE: BASE DE DADOS BPAMB-PR FORÇA VERDE, 2011-2015. ELABORADO PELA AUTORA, 2018.

Muitas problemáticas podem ser apontadas como consequências dessas sobreposições e restrições, e da fiscalização ambiental inadequada: a diminuição das áreas de plantio de roças, a alteração dos modos ancestrais de plantio e de relação com a terra, natureza e território, o abandono e ruptura das tradições, costumes e festividades socioculturais, o enfraquecimento da organização social e das formas coletivas de existência, a propagação de um desânimo generalizado, a migração de agricultores familiares para as periferias das cidades, entre outras. Nas falas dos agricultores familiares é possível constatar todas essas consequências apontadas:

Tem muita gente que desistiu, vou te dizer a verdade por causa das leis, mas desistiram de bobo, porque dá pra ficar tranquilo vivendo como eu fiquei, ficaram com muito medo, pessoas medrosas, que ficaram achando que por qualquer coisinha vinha à polícia atrás, e florestal e coisa, muitos correram de medo por causa das leis, medo né, e acabaram vendendo as propriedades por nada, e foram embora, então eu o que me motiva a ficar e continuar é porque eu gosto de agricultura (Agricultor familiar entrevistado, 63 anos, grifo da autora).

Aqui é severo, as leis aqui para nós é muito severo, até porque que uma das dificuldades que o pessoal tão saindo daí é por isso. Não tenho como trabalhar, a gente tem que trabalhar escondido, porque hoje se você procurar uma licença, uma guia não consegue. Eles enrolam, enrolam, enrolam e acaba não dando, então é difícil (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).

Eu não sou contra a lei. Eu quero deixar bem claro que eu não sou contra a lei. A lei do Brasil acho que é uma das melhores que tem, mas às vezes não é assim esmiuçado/trabalhado com essa lei. **Então por isso joga grosso em cima dos pequenos e os pequenos tem que suportar. Então é difícil. Mas eu acredito que as leis em si, às vezes foram feitas por pessoas que nunca tiveram experiência com as coisas,** e hoje você mesmo, cada momento, cada época de estudo se esmiúça mais isso. Hoje que você faz faculdade nessa época, os que fizeram na outra época já fizeram outro tipo (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora). **Interfere, porque ele não interferia se eles dessem um parecer pra gente onde a gente tem que derrubar, roçar, plantar, uma orientação.** Interfere por causa disso aí, **eles fizeram a lei, mas fizeram à lei debaixo da pedra, aí a gente não pode levantar a pedra, porque é grande a pedra, então quem sofre é aquele mais fraco, agora o que pode levantar a pedra, deve estar dormindo o em cima do dinheiro né?** Porque o dinheiro eles ficam com ele, pois então interfere para nós nessa parte, porque a gente não pode trabalhar (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

As narrativas dos agricultores familiares desta pesquisa revelam mais de três décadas de restrições ambientais que violam seus direitos humanos fundamentais e coletivos. Um dos agricultores familiares nos fragmentos acima utiliza uma metáfora dizendo que a lei foi feita debaixo da pedra onde somente os grandes conseguem levantar a pedra, essa metáfora é muito simbólica em sua narrativa e destaca as disputas assimétricas e as relações de poder dentro da própria legislação viabilizado pelo Estado brasileiro e as lógicas dominantes.

As trajetórias dessas restrições e sobreposições das legislações ambientais são acompanhadas de uma ausência de esclarecimentos e informações, uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade do território e uma impotência estratégica. Embora se reconheça a importância da região para a conservação da natureza e que a proteção de áreas protegidas se realizada em consonância com os povos e comunidades tradicionais traz inúmeros benefícios. As instituições do território que deveriam promover a gestão territorial e as políticas públicas são questionadas em muitas narrativas dos agricultores familiares:

A própria prefeitura mesmo. Às vezes eles recebem muito, talvez para ajudar e não ajuda. **O órgão lá (se referindo ao órgão ambiental) acha que está tudo bem e quando chegam em nós pequeninhos aqui, as vezes eles não sabem direito a situação que estamos vivendo aqui e pensa que está tudo bem porque ninguém reclama. E o povo aqui é**

muito humilde sabe, não grita, aceita tudo, por isso que as coisas acontecem. E aí os mais espertos ficam e levam a melhor. E aí eu acho que a própria prefeitura tira proveito disso, porque aí vem uma verba e embolsam (Agricultora familiar entrevistada, 49 anos, grifo da autora).

Nunca o IBAMA, o ICMBIO veio aqui dizer assim: “Tal dia vai ter uma reunião de como vocês podem fazer uma casinha, de como pode fazer um barraco, alguma coisa [...] Nós vamos fazer uma reunião como vocês devem encaminhar esse processo”. Não, eu nunca vi uma reunião dessa natureza (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

Olha que eu vou dizer pra você. A gente não tem nada contra o trabalho deles a gente é contra a maneira de agir. Se tivesse alguém pra orientar e ajudar talvez aí seria bem melhor. Então eles chegam já fazendo a parte deles, **querem fazer a lei deles**, não maneram nada com a gente. Eles só chegam é assim e pronto acabou (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).

É tudo igual, tudo reclamando, sem poder trabalhar, e porque quando a gente podia trabalhar a gente era livre né, mas agora praticamente nós estamos com as mãos e os pés amarrados, e ninguém resolve nada, isso que é o problema, nem o governo federal, nem o governo estadual, nem a prefeitura, nem os vereadores, ninguém resolve nada. (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos, grifo da autora).

Mas eu acredito que **tinha que ter mais diálogo com o povo, um relacionamento mais assim com o agricultor, de informação, o que pode e o que não pode.** Talvez até juntar os produtor e arrumar meios para que os produtor trabalhem, continuem na sua vida, tirando o sustento daqui, é isso que eu penso. (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos, grifo da autora).

Na entrevista realizada com a gestora da APA de Guaraqueçaba do ICMBIO quando indaguei sobre a existência dos conflitos socioambientais no território em relação aos agricultores familiares ela demonstrou não ter conhecimento ou omitiu as situações e as dificuldades existentes:

As atividades da agricultura familiar a principio não tem grandes impactos, não tem problema pros objetivos de conservação da unidade, acho que o nosso foco como Unidade de Conservação pensando nos seus objetivos, e pensando nas necessidades dos agricultores familiares é que eles estejam bem nas suas atividades econômicas para que não haja pressão, para que não vá para o extrativismo. Não é preocupante, inclusive, existem solicitações para abrir novas áreas em algumas situações a principio dentro do que está previsto na legislação essas autorizações são dadas, ou seja, mesmo um ou outro tendo necessidade de abrir novas áreas, não pode ser em estágio avançado de floresta, mas isso nem chega acontecer porque tem muita área abandonada que estão nos estágios iniciais, **então não tem nenhum conflito, nenhuma dificuldade. Então existe essa confusão, então alguns confundem também, muitas das restrições ambientais de corte, do que pode e do que não pode, a existência da APA ou ao ICMBIO. E aí existe essas confusões assim que alguns nos veem assim não com bons olhos. Mas de maneira geral a gente não tem tido problema com relação a ninguém assim.** Alguns veem com bons olhos as unidades, mesmo o Parque, a APA e falam de maneira positiva. Outros não, tanto faz como tanto fez, nem sabe o que é uma área protegida, não

sabe porque veio. E realmente assim, a APA num primeiro momento não trás grandes restrições, é mais esse incremento na gestão daquele território, assim tentar organizar um pouco a bagunça, então é pra ser bom, não é pra ser ruim. **A gente não tem muito problema, mas eu não sei às vezes se não sei se é porque a gente não tá procurando o problema, não tá indo lá conversar com as pessoas.** Mas com as comunidades que a gente tem mais contato, com as comunidades que a gente tem ido conversar a gente é bem recebido e tem uma boa relação (Gestora da APA de Guaraqueçaba ICMBIO).

O saber ambiental das comunidades, o saber sobre as propriedades e as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais com todo seu simbolismo, o saber da reciprocidade e das trocas, resulta na gestão ambiental local (LEFF, 2001).

A gente concorda, **eu concordo de preservar**, hoje tudo essas matas, **hoje tudo essas matas que você vê aqui foram os nativos daqui que preservaram. Não foi o fazendeiro que veio lá de Curitiba, de São Paulo, pelo contrário foi os nativos daqui que preservaram. Até porque hoje a gente não tem condições de fazer um grande devaste tem que plantar um ano aqui, daí colhe aquele, planta outro ano lá. Então eu acredito que hoje isso aí não tá sendo lembrado por eles.** Mas se tem preservação hoje aqui é porque os nativos preservaram. **Porque a gente tem trabalhar, mas a gente sabe as áreas que trabalha. A gente também não vai desmatar em cima de um ribeirão, de um rio, porque a gente precisa da água (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).**

7 QUAIS SÃO OS DESAFIOS COLOCADOS PARA PENSAR A GUARAQUEÇABA DE AMANHÃ?

Pensar a Guaraqueçaba de amanhã é pensar também a Guaraqueçaba de hoje e a Guaraqueçaba de ontem. O amanhã na verdade é uma junção. Uma teia de relações. Um espaço-tempo que se articula, embaralha e delinea história, histórias, a História. Nada está estático e isolado. O amanhã é o tempo passado, o momento presente e os ensejos futuros. É um pensar das temporalidades.

O ontem foi marcado por períodos de raízes profundas fincadas em ancestralidades e maiores liberdades e autonomias, um tempo lembrado com alegria e nostalgia pelos agricultores familiares, sujeitos desta pesquisa. O *sentipensar* com o território, a natureza e a cultura (ESCOBAR, 2014), as lutas por justiça ambiental ainda que intimidadas e silenciadas, a manutenção da legitimidade do outro lado da linha abissal (SOUSA SANTOS, 2007) são também heranças de (re)existências dos modos de ser e fazer do território de ontem. Ao passo que o ontem também foi marcado por uma avalanche de mudanças, os elementos dessas mudanças tiveram seus operantes em uma única visão homogênea de mundo e de ser e fazer no território e na vida, a visão das lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. Situações que em alguns momentos se aproximam, se chocam ou se afastam da escala local, regional e global. Os ciclos do ontem transformaram dinâmicas, experiências, práticas e relações. O ontem não se encerrou no ontem. Ele se perpetua pelo presente e futuro como já dito nas sessões anteriores desta pesquisa. Portanto, o ontem definiu a identidade política de (re)existência como agricultor familiar, o território, os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos, o (re)existir com força e o sentir do coração.

Olhar para o presente é olhar o agora, o que acontece no momento atual, uma temporalidade que se mescla com um ritmo que não é mesmo dos tempos anteriores, mas que também carrega as marcas do ontem e os ensejos de amanhã. Os indígenas, principalmente os guaranis mbyas têm em seu Nhandereko (jeito de ser) o viver a plenitude do agora, o respeitar das dinâmicas e ciclos da mãe terra, da natureza e da cultura. De certo modo, os agricultores familiares desta pesquisa também possuem uma dinâmica que dialoga com o Nhandereko. Apesar de em muitos momentos as lógicas dominantes tentarem impor uma dinâmica ao território, as territorialidades e identidades, esses (re)existem com força e o sentir do coração

no momento presente. E guardam as experiências do ontem em suas narrativas e como lições para o agora e o amanhã.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares desta pesquisa e as instituições presentes no território uma das perguntas era relacionada justamente sobre o amanhã, o futuro e os desafios para essa região. Os diferentes sujeitos abordaram em suas narrativas os desejos e o que esperam para o amanhã no território de Guaraqueçaba:

Porque qual é o grande desafio de Guaraqueçaba? Como a gente tem o desenvolvimento territorial de Guaraqueçaba considerando conservação? Conservação não pode ser inimiga daquela gente, porque é a natureza dela, a conservação daquela região mantendo biodiversidade, mantendo as espécies, mas também mantendo a cultura. Como trabalhar a questão da conservação sem que ela seja uma agressão para as pessoas, sem que as pessoas vejam como uma coisa ruim, como inimigo delas, que na verdade não é, estamos ali cada um do seu jeito tentando resolver (Analista técnica da SPVS).

Então eu acho que tem que ser bem explorado esse potencial turístico com as comunidades e sem descaracterizar muito a região, sem chamar muita atenção. É difícil assim é um pouco ir contra a lógica e que as atividades que já são feitas sejam feitas de maneira melhor, as atividades agrícolas que sejam feitas com um cuidado maior ambiental sem o uso exagerado ou inadequado de agrotóxicos, e a gente poder agregar valor naquilo que é produzido aqui, essa coisa do selo das farinhas eu acho super legal, agregar valor aquilo que é produzido aqui e tem um diferencial, só melhorar o que já tem, qualificar um pouquinho (Gestora da APA de Guaraqueçaba ICMBIO).

Aqui, daqui uns 10 anos, eu acredito que piore, isso para nós que estamos aqui. Eu penso assim, não sei se as ONGs pretendesse comprar, e nós saísse fora, limpar o caminho. Vai ficar difícil o quilo da farinha, a farinha, o aipim, nesse cantinho de Guaraqueçaba vai ficar difícil. O meu filho mesmo vai ser difícil ele vir aqui tocar o que eu to tocando. Vai ser difícil. Talvez uma casinha aqui no sítio para vir fim de semana. E aqui tomar um banho no rio e comer um aipimzinho, comer uma coisa natural e um soninho bom na rede aqui, tranquilo, e já voltar para a atividade dele. É o que vai ser daí. Eu penso assim né, porque do jeito que tá indo (Agricultor familiar entrevistado, 50 anos).

Na verdade a gente continua como agricultor porque aqui é sempre melhor né, com toda dificuldade que a gente tem, é bem melhor do que a gente ir para a cidade, noutro lugar, aqui por exemplo se a gente não vende o produto, mas a gente planta para comer, quer dizer que aquilo que a gente planta, a gente já não compra né, não paga por exemplo a farinha, o legume né, a fazer uma horta, tem a hortaliça, então quer dizer que a gente já não gasta esse dinheiro, e depois outra coisa a gente tá sossegado né, aqui na liberdade, mais sossegado aqui na lavoura né, então a gente continua porque na verdade não tá fácil né, a gente continua aqui (Agricultor familiar entrevistado, 70 anos).

Porque eu até nem sei fazer outra coisa. Por exemplo, hoje, se eu saio daqui pra cidade o que eu vou fazer lá? Eu não vou conseguir ganhar nem pra comer lá porque a gente não sabe fazer nada lá. Então eu sou obrigado a ficar aqui. Eu não tive aquela oportunidade de sair enquanto cedo pra aprender alguma coisa lá, estudar, até meu estudo hoje eu tenho até a 4ª série só. Nas época a minha mãe porque eu perdi meu pai cedo não teve condições de me dar mais. Ai eu peguei só a 4ª série aqui ainda. Eu sempre acreditei no meu trabalho. Sempre acreditei e to acreditando. Então eu acredito que a minha renda vai ter que sair disso que eu to fazendo. É da plantação do aipim aí e eu to acreditando nisso porque não tem outra forma. Eu acredito que vai piorar mais porque cada vez, cada ano que passa sempre acontece assim, qualquer coisa eles estão em cima (Agricultor familiar entrevistado, 51 anos).

Portanto, embora as lógicas de dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade assumam cada vez mais domínio e perversidade nas dinâmicas dos territórios, territorialidades e identidades dos povos e comunidades tradicionais bem como dos agricultores familiares sujeitos desta pesquisa, o amanhã e o suspender do céu como coloca Krenak (2019) permitem a reinvenção e abrem mais possibilidades de emancipação social. Nada é definitivo e absoluto. Assim como esta pesquisa em muitos momentos assumiu as incertezas e incompletudes, o conhecimento é inacabado e as dinâmicas dos modos de ser, fazer e (re)existir no território são instrumentos também de transformação e mudança. É necessário construir pontes de enfrentamentos e diálogos, pensar no território como todo, no território não só como recurso natural e monetário, no território como bem viver, ancestralidades e qualidade de vida.

Embora também as instituições possuam modos de olhar o mundo e a vida diferenciados dos povos e comunidades do território, devido todas essas dinâmicas incidentes relatadas ao longo desta pesquisa, em seus interiores também trabalham pessoas humanas que têm potências e vontades de transformação. Estratégias, um olhar de sensibilidade, empatia e de reconhecimento dos lugares de fala são elementos fundamentais nesse emaranhado de dinâmicas chamado território. É preciso ter utopia e esperança, acreditar que esta crise civilizatória e agora pandêmica pode trazer à tona o melhor do ser humano para a mudança que esperamos para o local e o global, para o mundo e a vida, com mais afeto e sentires.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FIM DO RECOMEÇO

Guaraqueçaba é isto e muito mais. Todo um mundo que vive e morre, com sua felicidade e suas tristezas. Todo um mundo ignorado que não conta. Doze mil pessoas que não são nada no contexto econômico do Brasil, pois o que interessa são os dois mil metros quadrados de solo e as riquezas que contém; o que interessa é o seu mar e o seu mato (ALVAR; ALVAR, 1979 p. 43).

Analisar condições/situações de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos em territórios de povos e comunidades tradicionais é um percurso traçado de complexidades. Diante de um pesquisador – sujeito humano de “carne e osso” – são mundos internos e externos que se colocam diante dos seus olhos, da sua escuta, da sua mente, do seu coração, do seu pensar, do seu sentir e do seu agir. Muitas vezes o processo de trabalhar na escrita, na escuta e na reflexão deste trabalho não foi um ofício fácil, leve e tranquilo. Ainda mais quando se trata de uma temática sobre sujeitos que foram invisibilizados e silenciados através dessas lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade.

Esses sujeitos sofreram durante décadas e ainda sofrem as materializações das opressões, dos medos e angústias, das criminalizações, das violações de direitos fundamentais e coletivos, das violências simbólicas, elementos que atravessam os seus cotidianos e os modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais no território. Abordar tudo isso sem a opção da neutralidade científica e sem desconsiderar uma ciência crítica, engajada e sensível é um processo altamente complexo e difícil. São idas e vindas, construções e desconstruções, singularidades e pluralidades, alegrias e tristezas, conforto e desconforto. Um aprender feito de constâncias. De certa forma, onde a humanidade, os sentimentos e as sensibilidades pulsam e fazem moradia, há um reviver de um pouco dessas dores e mazelas profundas, não cicatrizadas na vida desses povos e comunidades.

Em meio a esse universo têm os protocolos científicos e normativos exigidos de um pesquisador da atualidade, que muitas vezes se resumem mais em mostrar números e produtividade do que uma ciência – de qualidade, digna, ética e emancipatória. Os pesquisadores nesse universo também tentam (re)existir às lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade para não reproduzir “o mais do mesmo”. Fazer ciência na contemporaneidade “desde” e “sobre” a América Latina e seus povos e comunidades vulnerabilizados se coloca como um grande

desafio e uma tentativa de não mais produzir uma ciência extrativista e dualista. É um desafio que a interdisciplinaridade, as abordagens integradoras, o Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, a Ecologia Política e a Ecologia Política Latino-Americana vêm empreendendo, mesmo que às vezes tenha que se desconstruir, descolonizar e reinventar novos rumos e trilhas a todo instante.

Os papéis da universidade e do gestor ambiental no fortalecimento do rompimento dos paradigmas colocados pelas linhas abissais que separam o visível do invisível, o silenciamento da voz que ecoa, a sensibilidade da rigidez, o unir do desunir, a opressão e o medo da liberdade e o viver bem, o (re)existir do desaparecer, a vida da morte, são fundamentais e primordiais nesse universo de relações impostas pelas lógicas dominantes. Ao desconsiderarmos esses papéis fundamentais estamos sendo coniventes, agindo num “criar-pensar-fazer” ciência sem compromisso ético e sem sentido. Neste sentido, produzir conhecimento deve ser também produzir bem viver e afetos, onde o florescer de redes e pares ampliados dentro da universidade considerando a solidariedade, a reciprocidade, as sensibilidades e os sentimentos se faz urgente, necessário e desafiador.

Contudo, nada é tão desafiador quanto à vida desses povos e comunidades tradicionais no território. Em muitos momentos da minha escrita, da escuta das narrativas e da experiência e convivência com os agricultores familiares desta pesquisa, os sorrisos e choros sinceros vieram à tona em mim, eu escolhi sempre me deixar “afetar”. Ao mesmo tempo encontrei conforto e força nessa “história, histórias, a História”. O (re)existir com força e o sentir do coração deles somou-se ao meu e ao de tantas outras pessoas, trabalhos, pesquisas e ações realizadas dando vozes e sensibilidades a tantas “história, histórias, a História” desse território tão cheio de dores e amores que é a América Latina. É um curta-metragem que se organiza em forma de acontecimentos e fatos reais.

Muitos trabalhos foram inspiradores nesse processo de compreender a complexidade que emerge desses territórios e as disputas assimétricas implícitas nesse emaranhado de relações, mesmo os não citados diretamente na escrita desta pesquisa. Como é o caso da tese de doutorado “‘A ousadia de conviver com a floresta’: uma ecologia política do extrativismo na Amazônia”, onde Felipe Milanez Pereira ao investigar as contradições do “desenvolvimento”, a violência nos conflitos socioambientais e as estratégias de resistência das classes subalternizadas na luta

pelo comum e pelas alternativas de existência vivenciou em meio a sua pesquisa o duplo homicídio dos ambientalistas populares Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, no sudeste do Pará, na Amazônia Oriental (PEREIRA, 2015). Estes eram sujeitos da sua pesquisa, mas também relações de amizade, afeto e confiança. Como Maria e José que foram assassinados, oprimidos, ameaçados, violados em seus direitos humanos fundamentais e coletivos pelos conflitos socioambientais, injustiças ambientais e pelas lógicas dominantes de desenvolvimento e da colonialidade infelizmente existem muitos povos e comunidades no mundo, na América Latina, no Brasil, no Paraná, no Litoral do Paraná, em Guaraqueçaba e suas comunidades.

A produção e intensificação desses conflitos socioambientais são preocupantes, sejam eles de enfrentamentos visíveis ou de silenciamentos invisibilizados. A cada novo dia surge um conflito socioambiental, a cada novo dia se assiste a violações sistemáticas de direitos humanos fundamentais e direitos coletivos, a cada novo dia ocorre um processo contínuo e incessante de expropriação de alguma comunidade de seus territórios ancestrais, a cada novo dia sangue é derramado e vidas ceifadas. No cerne de tudo isso está o esgotamento dessa forma de agir, olhar, pensar, sentir, viver a natureza, a cultura, o mundo, a vida que as lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade tentam impor.

A contraponto, existem povos e comunidades que em seus modos de ser, fazer e (re)existir ancestralmente têm se reinventado nos territórios, têm persistido, mesmo com o desânimo que muitas vezes quer os assolar, mesmo que eles não demonstrem uma (re)existência explícita de enfrentamento ou que as lógicas dominantes tentem silenciá-los e inviabilizá-los. Estes seguem persistindo na vida, no (re)existir com a força e o sentir do coração. Seguem porque o território, a natureza, a cultura também são suas vidas, suas forças, seu sentir o coração. Os agricultores familiares de Açungui, Potinga e Tagaçaba estão dentro desse universo, seguem porque a agricultura faz parte de suas vidas, de suas forças, de seu sentir o mundo e o entorno, de seu sentir o coração.

Existe uma infinidade de pesquisas científicas e relatórios sobre o município de Guaraqueçaba. Ao passo que trazem informações, dados e revelações relevantes e atualizados, ao mesmo tempo, muitos trabalhos não abordam com profundidade a questão dos conflitos socioambientais no território dos agricultores

familiares ou fazem uma conexão entre os diferentes tempos, e ainda outros são um extrativismo científico e seguem opção da neutralidade científica. Não foram poucas às vezes em que escutei em reuniões, conversas e eventos que não existiam conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos no território dos agricultores familiares desta pesquisa por não ocorrer um movimento de (re)existência mais formalizado e um enfrentamento explícito. Ou ainda afirmações desrespeitosas sobre a assiduidade desses agricultores familiares em espaços institucionais de participação social colocados pelo Estado, de maneira muitas vezes equivocada, com o velho estigma de desorganizados ou atrasados.

Compreender os conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos dos agricultores familiares das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba são também visualizar que esses processos têm suas raízes num passado que se mescla com o presente e o futuro, os elementos do passado moldam e reconfiguram as realidades, o território, as territorialidades e as identidades dos agricultores familiares aqui delimitados, que não escapam desse movimento. Neste sentido, ao observar o passado de Guaraqueçaba e das comunidades de Açungui, Potinga e Tagaçaba é possível elencar que o processo de colonização e ocupação do Litoral do Paraná delineou as tecituras do presente. Além disso, é válido ressaltar a importância de se atentar ao passado e a ancestralidade como formas de compreender o presente e o futuro. Esses processos também tem relação com os contextos globais e da América Latina baseados em lógicas dominantes de “desenvolvimento” e da colonialidade. A natureza aqui é significada como algo comensurável que despreza os valores simbólicos, separada do sujeito, como uma categoria que pode existir sozinha somente para fins econômicos.

A criação de UCs num panorama geral e também no território de Guaraqueçaba se deu pautada num modelo estrangeiro de separação da sociedade e natureza, de forma a desrespeitar e a violar direitos humanos fundamentais e coletivos. Uma verdadeira violência simbólica que carrega passivos históricos materializados ainda no tempo presente em forma de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos. Além disso, o deslocamento dos últimos remanescentes contínuos de Mata Atlântica no estado do Paraná para o Litoral do Paraná ocorreu além dos aspectos naturais dos ecossistemas da região, sob o aspecto que ali deveria ser uma “zona de sacrifício” e de injustiças ambientais através de uma política velada de abandono, cerceamento e precariedade, um

impotência estratégica. O Estado brasileiro através das instituições ICMBIO, IAP, BPAMB-PR Força Verde são responsáveis pela territorialização da natureza colonizada, os protagonistas que viabilizam a continuidade e a perpetuação das lógicas dominantes de desenvolvimento e da colonialidade. As restrições e sobreposições das legislações ambientais, a desintegração entre as distintas instituições, a falta de recursos financeiros e a falta de gestão e planejamentos adequados são estratégias das próprias lógicas dominantes para não ocorrer uma consonância entre instituições e os povos e comunidades tradicionais.

Apesar das instituições reconhecerem na atualidade seus passivos institucionais de atuação em relação aos agricultores familiares e se colocarem num discurso menos agressivo, não existe um interesse por parte do Estado brasileiro em seu atual contexto sociopolítico em prosperar essas relações, ao revés, como coloca Acselrad (2019), o Brasil vivencia um contexto de desambientalização. Além disso, ocorre em âmbito estadual um estímulo aos processos de privatizações de UCs estaduais e no Litoral do Paraná, um favorecimento à implantação de empreendimentos voltados à indústria naval, assim supõe-se que o quadro de conflitos socioambientais, invisibilidades e silenciamentos esta sujeito a acentuações.

Admitir as incertezas e reconhecer as contradições é o primeiro passo para ressignificar de alguma forma todo esse contexto. A valorização e o reconhecimento dos modos de ser, fazer e (re)existir ancestrais que coevoluem com a natureza são essenciais. Embora já existam dispositivos como a Convenção nº 169 da OIT e a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais ainda há uma morosidade em se cumprir essas prerrogativas por parte do próprio Estado brasileiro.

9 REFERÊNCIAS

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, nº 1, 2000a.

ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, vol. 25, nº 3, p.143-150, 2000b.

ACSELRAD, H. **Amazônia, soberania e interesses**. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/index.php/pt-br/corpo-social/82-destaques-unicos/528-amazonia-soberania-e-interesses>> Acesso: 08/08/2019.

_____. **Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004.

ALCÂNTARA, G. K.; OMOTO, J. A.; JUNIOR, J. J. A.; RAMOS, L. M. de M. **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2014a.

_____. Entre la Economía Ecológica y la Ecología Política. In: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Crítica y Emancipación. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, ano VI, nº 12, p. 264-275, 2014b.

_____. Conflictos Ecológicos y Justicia Ambiental. **Revista Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global**, Madrid, nº 103, p. 11-27, 2008.

ALIMONDA, H. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: as vanguardas enraizadas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, vol.35, p. 161-168, 2015.

_____. Notas sobre la ecología política latinoamericana: arraigo, herencias, diálogos. **Revista Ecología Política**, Barcelona, vol. 51, p. 36-42, 2016.

_____. En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H; PÉREZ, C. T; MARTÍN, F (Coordenadores) Ecología Política Latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: _____. (Coord.). La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 33-49.

ALVAR, J; ALVAR, J. **Guaraqueçaba: mar e mato**. Curitiba: Editora UFPR, vol. 1, 1979.

APIB. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. 2019. Disponível em: <<https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2019/08/DOCUMENTO-FINAL-MARCHA-2019.pdf>> Acesso: 01/09/2019.

ARANTES, A. C. V. **A dinâmica atual do conflito entre uso e conservação de recursos pesqueiros na Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Paraná**. Dissertação de Mestrado (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**, Brasília, ano II, nº 5, 1999.

ATLAS MATA ATLÂNTICA. 2014. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/iniciativa/atlas-da-mata-atlantica/>>. Acesso em 02/03/18.

BEHR, V. M. **Guarakessaba**, Paraná – Brasil: Passado, Presente, Futuro. Empresa das artes. p. 33-42. São Paulo, 1997.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENSUSAN, N. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A. N. A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense**. Dissertação (Mestrado em

Agronomia) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. XIII, nº 2, 2010.

_____. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. VIII, nº 1, 2005.

BRASIL. Lei 12.651. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/L12651.htm> Acesso em: 21/09/2017.

BRASIL. Decreto s/n de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Bom Jesus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2012/Dsn/Dsn13319.htm> Acesso em: 23/04/2018.

_____. Lei nº 12.829 de 20 de junho de 2013. Institui a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/2013/lei_12829_uc_cria_parna_marinho_ilhasdoscurrais_pr.pdf> Acesso em: 23/04/2018.

_____. Projeto de Lei 2664/2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=526823>> Acesso em: 10/02/2017.

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº6 de 23 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/179/arquivos/179_05122008033615.pdf> Acesso em: 23/04/2018.

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Nº. 9, de 23 de Janeiro de 2007, reconhece áreas prioritárias para conservação. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/porta1/images/stories/portaria_mma_092007.pdf>. Acesso: 12/05/2018.

_____. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>

Acesso em: 12/05/2018.

_____. SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei Federal nº 9985 de 18 de julho de 2000, institui o SNUC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em: 11/01/2016. BRASIL. Lei 9.111 de 10 de outubro de 1995. Dispõe sobre a proteção à fauna. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm> Acesso: 10/04/16.

_____. Decreto nº. 90.833, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 fev. 1985. Seção 1, p. 1917.

_____. Decreto nº. 93.053, de 31 de julho de 1986. Acresce Área aos Limites da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, Criada pelo Decreto 87.222, de 31 de Maio de 1982, e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 ago. 1986. Seção 1, p.11497.

_____. Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 1989. Seção 1, p.6417.

_____. Lei 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6902.htm> Acesso: 22/08/2018.

_____. Decreto-lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939. Institui a criação do Parque Nacional do Iguaçu. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-norma-pe.html>> Acesso: 22/08/2018.

CAMPOS, L. A de P.; KOMARCHESKI, R.; SULZBACH, M. T. Conflitos socioambientais em Guaraqueçaba-PR: o caso da rodovia da banana. In: II JORNADA DA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO: PROJETOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA. **Anais...**Curitiba: UFPR, 2013.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CASTAÑEDA, G. A. P. Breve guía de introducción a la Ecología Política (Ecopol): orígenes, inspiradores, aportes y temas de actualidad. **Gestión y Ambiente**, Colombia, vol. 9, n 3, 2006.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 9ª Edição Revisada e Ampliada. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Revista Estudos Avançados**, nº 24, 2010.

CEPAL. **Recursos naturais: situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional na América Latina e Caribe**. Nações Unidas - Cepal. Chile, 2013.

CNV. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>> Acesso em: 10/05/2019.

CORNETTA, A. A Mata Atlântica privada: conflitos agrários na APA de Guaraqueçaba-PR. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...Presidente Prudente**, 2005.

COSTA, A. C. G. **A pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná**. Dissertação de Mestrado (130 p.) (Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2016.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2018.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **Relatório Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade**. 2013. Disponível em: <https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20CNV_final_.pdf> Acesso em: 01/07/2018.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DENARDIN, V. F; KOMARCHESKI, R. **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: UFPR Litoral,

2015.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T.; **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense**. Redes. Santa Cruz do Sul, 2008.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; **Capital natural na perspectiva da economia**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE. **Anais...** São Paulo: 2002.

Disponível em:

<http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/recursos_hidricos/Valdir%20Frigo%20Denardin.pdf> Acesso em: 10/06/2015.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 1-46.

_____. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub, 1999.

_____. **Diversidade Biológica e Culturas Litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

DUARTE, L. A. **“Resistir e Retomar: nossa terra e nosso mar”**: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba. Tese de Doutorado (426 p.). Programa de Pós-Graduação em Geografia - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2018.

DUARTE, L. A.; VARELLA, M. C. Da sustentabilidade manifesta à dominação latente: cartografias participativas e conflitos territoriais. In: SOUZA, R. M (Org.) **Identidades coletivas e conflitos territoriais no sul do Brasil**. Manaus: UEA Edições, 2014.

DUMORA, C. Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, 2006.

EJOLT. Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade. 2018. Disponível em: <<http://www.ejolt.org/>> Acesso em 25/08/2018.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo** – construcción y deconstrucción del desarrollo. Venezuela: Gobierno Bolivariano de Venezuela – Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Colombia: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento** – guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FARIA, D. P. **Análise dos crimes ambientais na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba entre 2014 e 2015**. (75 p.) Monografia (Geografia) Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

FERREIRA, A. D. D.; ZANONI, M. **Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade**. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Editora UFPR: 2ª edição. Curitiba, 1998.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Tese de Doutorado (222 p.) Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?page_id=1759> Acesso em: 10/02/2019.

FLORIANI, D. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. **Revista Ambiente e Sociedade**, Vol. IX, 65-70, 2006.

FLORIANI, N.; THER RÍOS, F.; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Revista Latinoamericana**, Santiago, vol.12, nº 34, p. 73-94, 2013.

FONTAINE, G. Enfoques conceptuales y metodológicos para uma sociología de los conflictos ambientales. En: CÁRDENAS, M; RODRÍGUEZ, M. **Guerra, sociedad y medio ambiente**. Colombia, 2004.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. Discutindo o papel da ciência frente à Justiça Ambiental. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) - GT Justiça ambiental, conflito social e desigualdade, 2004, São Paulo. Disponível em:
<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/qt17_marcelo_porto.pdf> Acesso em: 12/06/2018.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. Campinas: Editora Perspectiva, 1994.

GAGNEBIN, J. M. Prefácio. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GERHARDT, C; MAGALHÃES, S. B; ALMEIDA, J. Contextos rurais e agenda ambiental no Brasil: conflitos, interfaces, contradições. In: GERHARDT, C; MAGALHÃES, S. B; ALMEIDA, J. Dossiê 3 – Contextos rurais e agenda ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos e interpretações. Rede de Estudos Rurais. Belém, 2012

GLASS, V. **O Lado B da Economia Verde**: roteiro para uma cobertura jornalística crítica da Rio+20. Rio de Janeiro: Repórter Brasil, 2012.

GLOBAL WITNESS. Enemigos del estado? Disponível:
<<https://www.globalwitness.org/es/campaigns/environmental-activists/enemigos-del-estado/>> Acesso: 15/ 07/2019.

_____. Personas defensoras en la línea de frente. Disponível:
<<https://www.globalwitness.org/es/campaigns/environmental-activists/personas-defensoras-en-la-l%C3%ADnea-de-frente/>> Acesso: 21/08/18

GÓES, L. M. **Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná: a ferrovia Lapa – Paranaguá**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

GUBERT FILHO, F. A. O desflorestamento no Paraná em um século. In: SONDA, C; TRAUZYNSKI, S. C. (Orgs). **Reforma agrária e meio ambiente – teoria e prática** no Estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010.

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. Montevideo: Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES) y Desarrollo, Economía, Ecología y Equidad – América Latina (D3E), 2004.

GUDYNAS, E. Ambiente, sustentabilidad y desarrollo: una revisión de los encuentros y desencuentros. In: RUIZ, J. R; ROSALES, E. C. **Contornos educativos de la sustentabilidad**. México: Editorial Universitaria – Universidad de Guadalajara, 2011.

HAESBAERT, R. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói, **Universidade Federal Fluminense**, 2011. p.1-15. Disponível em <http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da_multiterritorialidade_aos_novos_muros.pdf>. Acesso em: 12/01/2019.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, nº17, 2007.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Niterói: Editora UFF, 1997.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 1, nº 02 (4), 2007.

HARDER, E. **A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Lista das Unidades de Conservação do Paraná**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1209>> Acesso em: 25/05/2015.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. 2003. Portaria nº 046 de 7 de abril de 2003. Disponível em:
<http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=670>
Acesso em: 10/03/18.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1431&z=p&o=2&i=P>>
Acesso em: 12/06/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>
Acesso em: 20/03/2015.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em:
< <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao.html>> Acesso em:
15/05/2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento do Litoral Paranaense. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento_litoral_pr_03_89.pdf>
Acesso em: 23/02/2018.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Estatística 2010. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento_litoral_pr_03_89.pdf>
Acesso em: 23/02/2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fandango Caiçara: expressões de um sistema cultural. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf>> Acesso em: 05/10/18.

_____. Fandango Caiçara. 2011. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83/>> Acesso em: 10/10/18.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. 2014. Disponível em:
<<https://www.iucn.org/es/content/nuevo-informe-del-pnuma-revela-que-el-mundo-esta-en-el-buen-camino-para-cumplir-con-la-meta-para-las-areas-protegidas-terrestres-y-marinas-para-2020>> Acesso em: 30/07/2019.

JABUR, G. **A defesa dos direitos dos povos indígenas nos conflitos socioambientais em unidades de conservação: Tekoa Kuaray Haxa**. 104 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**, Porto Alegre, ano XXX, nº 3, p. 413-438, 2007.

KOMARCHESKI, R. **Redes de re-existências desde o Quilombo João Surá**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

KOMARCHESKI, R. **Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de Mandioca em Guaraqueçaba - PR**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014.

KRAKAUER, J. **No ar rarefeito**. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KRENAK, A. Ecologia Política. **Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia**, São Paulo, vol. 3, nº 2, p. 1-2, 2018.

KRENAK, A. Pensando com a cabeça na Terra. In: VI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 2017, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros USP, 2017. P. 2

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar – do mito a realidade**. Editora UNICAMP. Campinas, 1998.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000.

LEROY, J. P. Justiça Ambiental. 2011. Disponível em:
<[https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY Jean-Pierre - Justi%C3%A7a Ambiental.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY%20Jean-Pierre%20-%20Justi%C3%A7a%20Ambiental.pdf)> Acesso em: 05/09/19.

LEROY, J. P.; MEIRELES, J. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

LEFF, E. **La apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur**. México: Editora Vozes, 2014.

_____. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, vol. 27, p. 11-20, 2013.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. 1ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Saber ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M (Org.). **A difícil sustentabilidade - política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Séria Antropologia 322. Brasília: 2002. Disponível no site <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em 12/06/2015

LÓPEZ, G. G; HIDALGO, M. G; WALTER, M. Editorial: Ecología Política en América Latina. **Revista Ecología Política**, Barcelona, Vol. 51, p. 5-7, 2016.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico na Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MALHEIRO, B. C.; MICHELOTTI, F.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2018.

MARQUES, M. O. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 5ª Edição revisada. Brasília: Editora Unijuf e Inep, 2006.

MARTÍN, F; LARSIMONT, R. Es posible una Ecología Cosmo-Política? Notas hacia la desregionalización de las ecologías políticas. **Polis Revista Latinoamericana**, Santiago, nº45, p. 1-15, 2016.

MAZUR, C.; HIGA, D.; CARNEIRO, F. **Diagnóstico da caça e do comércio ilegal da fauna silvestre no Litoral do Paraná**. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2012.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades**. Tese de Doutorado (201p.). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2013.

MERLINSKY, M. G. Los conflictos ambientales y el debate público sobre el desarrollo en Argentina. **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, vol. 65, nº 3, p. 5-16, 2015.

MIGUEL, L. A; ZANONI, M. M. **Reflexões sobre a hostilidade das populações locais frente à implantação de políticas regionais de proteção ambiental no Brasil: o caso da APA de Guaraqueçaba – Paraná**. Anais do II Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental. Porto Alegre, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social - teoria, método e criatividade**. 18ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORSBACH, N.; RODRIGUES, A. S.; CHAIMSOHN, F. P.; TREITNY, M. R. **Pupunha para palmito: cultivo no Paraná**. Londrina: IAPAR, 1998. 56 p.

MUNIZ, J. C. **“O meu pai me deu mestre, minha mãe não me ensinou, não sei por quem puxei, violeiro e cantadô”**: memórias de um caiçara fandangueiro de Guaraqueçaba-PR. 293 p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Territorial Sustentável) –Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2017.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 219-243.

NOGUEIRA, P. R. Caiçaras lutam contra “expulsão por cansaço” de Estação Ecológica da Juréia (SP). **Brasil de Fato**. Brasil, 2019/24 de junho.

NOGUEIRA-NETO, P. Paulo Nogueira-Neto: entrevista. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, vol. 41, n° 4, 2007.

OCMAL. Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. Disponível em: <<https://www.ocmal.org/>> Acesso em: 12/03/2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Espirais do Tempo – Bens Tombados do Paraná**. 21ª Edição. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=287>> Acesso em: 18/02/2018.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do Mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M.B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M.; QUADROS, J.; ARCHANJO, D. (Orgs). **Litoral do Paraná: Território e perspectivas: dimensões e desenvolvimento**. 1ª Edição. Curitiba: Autografia, 2018. Vol 1, 423 p.

PDS. Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná. Disponível em: <http://pdsitoral.com/wp-content/uploads/2019/03/V2-ASPECTOS-SOCIOTERRITORIAIS-PARTE-2_P6.pdf> Acesso em: 25/09/2019.

PEREIRA, F. M. **“A ousadia de conviver com a floresta”:** uma ecologia política do extrativismo na Amazônia. Tese de Doutorado (Democracia no Século XX) Universidade de Coimbra. Portugal, 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/parana> Acesso em 03/02/2015.

PORTO, M. F. S. **Uma Ecologia Política dos Riscos:** princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31-58, 2011.

PORTO, M. F. S.; ALIER, J. M. Ecología Política, Economía Ecológica e Saúde Coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup. 4, p. 5503-5512, 2007.

PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção do conhecimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 17, n° 16, p. 1493-1501, 2012.

PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R.; ROCHA, D. Saúde como dignidade: riscos, saúde e mobilizações por justiça ambiental. Relatório EJOLT, n° 19, 2015.

PORTO, M. F. S.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 14, n° 6, p. 1983-1994, 2009.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde Coletiva, território e conflitos socioambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 19, n° 10, p. 4071-4080, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Cidade do México: UNAM, 2012a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, vol. 09, n° 01, 2012b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E (Org.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. P. 151-197

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E (Org.). A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial. Rio de Janeiro: Editora Vozes/LPP/CLACSO, 2002. P.217-256

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E (Org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

_____. América Latina en la economía mundial. **Problemas del desarrollo**, México, vol. XXIV, n° 95, 43-59 p., 1993.

_____. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociología**, México, ano 30, vol. XXX, n° 3, 1968.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n°10, 2004.

RODRIGUES, A. S. **As condicionantes da sustentabilidade agrícola em uma área de proteção ambiental: a APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IAPAR, 2005.

ROSETTI, C. F. **Análise econômica da indústria de palmito no estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná (122 p.). Curitiba, 1988.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Brasília: Editora Petrópolis, 2005.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções sobre o território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, vol.1, n°31, p. 03-16, 2009.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SATRÚSTEGUI, K. U. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo: una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. CLAES - Carta Latinoamericana: contribuciones en desarrollo y sociedad en América Latina, n° 7, Montevideo, 2009.

SCHWARTZMAN, L. F. G.; SIBUYA, N. de J. **A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná.** Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

SIBUYA, N. de J.; CHEREM, M. F.; AZEVEDO, N. T.; DENARDIN, V. F. Conexão passado e presente: os processos de colonização e ocupação do litoral do Paraná e suas influências na reconfiguração dos territórios e identidades das comunidades caiçaras locais. In: 5° SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 2018, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2018. P. 1047

SIBUYA, N. de J.; VASCO, A. P. D. Os movimentos sociais e a justiça ambiental: o caso do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. **Anais...**Matinhos: UFPR Litoral, 2016.

SILVA, L. A. L. Sujeitos da Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado. In: GLASS, V.; MARÉS, C.; LIMA, L.; OLIVEIRA, R.; MOTOKI, C. **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo – CEPEDIS, 2019.

SILVA, M. F. C. C. B. **Conflitos socioambientais e formas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná.** 144 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/iniciativa/atlas-da-mata-atlantica/>> Acesso em 28/05/2018.

SOUSA, M. L. “Território da divergência (e confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.

Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular- UNESP, 2008. 57-72 p.

SOUSA SANTOS, B. **As epistemologias do Sul e a descolonização da universidade.** Ciclo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Conferência. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=WoBJb8fzAdg>> Acesso em: 10/03/2018.

_____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas.** 1º Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, número 78, 2007. P.3-46.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Disponível em: < <http://www.spvs.org.br/>> Acesso em: 27/09/2018.

SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e educação Ambiental/ TNC –The Nature Conservancy. Plano Integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba. Relatório Anual. Curitiba, 1992.

STADEN, H. **Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina – conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias.** 1ª Edição. Editorial Universitaria, 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, nº 244, 2013.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2012.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, nº 59, 2005.

TOLEDO, V. M. **Diálogos sobre Ecología Política: concepciones, enfoques y tradiciones.** Universidade Nacional Autónoma do México, México, 2017. Ciclo de Debates do Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bf0LeFsr8G0>
Acesso: 25/10/2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia de las sabidurías tradicionales.** 1ª Edição. Barcelona: Editoria Icaria, 2008.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ppgmade.ufpr.br/>
Acesso em: 25/07/2018.

UFPR LITORAL. Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-ambiental/> Acesso: 25/07/2018.

URBAN, T. **Saudade do matão:** relembando a História da Conservação da Natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

VIEGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, 2009.

ZANONI, M.; FERREIRA, A. D.; MIGUEL, L. A.; FLORIANI, D.; CANALI, N.; RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, 2000.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Prefácio. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A; CORONA, H. M. P. **Do rural invisível ao rural que se reconhece.** Editora UFPR: Curitiba, 2012.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e formação. Reflexão em torno do doutorado da UFPR. **Caderno de Meio Ambiente e Desenvolvimento,** Curitiba, 1994.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades sociais. In: **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. 1º Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. 1º Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 1996.

YEE, Z. C.; RALISH, R. Avaliação da política pública na gestão de recursos naturais renováveis no estado do Paraná: impactos econômicos e ambientais. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, vol. 28, n° 4, p. 543-550, 2007.

10 ANEXOS

10.1 ROTEIROS DE ENTREVISTAS

10.1.1 Comunidades

Identificação Nome completo: Idade: Local de nascimento: Comunidade pertencente: Número de pessoas na família:

Trajétória do grupo familiar e comunidade

1. Há quanto tempo mora na comunidade?

() menos de 5 anos () de 10 a 15 anos

() de 5 a 10 anos () mais de 15 anos:

2. Tem família/parentesco em outras comunidades de Guaraqueçaba/Antonina?

() Sim. Quais comunidades?

() Não

3. Existem pessoas da família que migraram para a cidade?

() Sim. Qual (is) cidade? Qual o motivo?

() Não

4. Composição da renda familiar:

Renda	Renda	Renda	Não
-------	-------	-------	-----

	Principal	Secundária	Extra	compõe
Agricultura				
Extrativismo				
Pesca				
Aposentadoria				
Trabalho assalariado				
Serviços temporários				
Bolsa família				
Outros				

Organização social

5. Você participa de alguma organização, associação ou cooperativa local?

() Sim. Qual? Há quanto tempo?

() Não. Por quê?

Se a resposta adotada é SIM:

Com qual finalidade você começou a participar?

6. A sua comunidade recebe algum apoio do governo (Prefeitura, Universidade, Emater) de ONGs ou empresários?

() Sim. Qual?

() Não () Não tem informação

7. Existem conflitos em sua comunidade?

() Sim. Que tipos de conflitos?

() Não.

8. Qual a origem do conflito e quando teve início?

9. Que instituições (atores) estão envolvidas?

Propriedade e produção

10. Qual o tamanho médio de toda propriedade?

() arrendada () posseiro () própria

11. Qual o tamanho aproximado da área de plantio?

12. Como são escolhidas as áreas para o plantio? Quem o ensinou esse sistema? Antigamente também era desse modo?

13. Como é feita roçada? Qual a melhor época e com qual frequência é realizado?

14. Principais produtos para venda (ordenar em importância – 1, 2, 3):

Palmeira real Pupunha Banana Mandioca

Inhame Arroz Feijão Hortaliças

Farinha de Mandioca Farinha de banana verde Compotas e conservas

Cachaças Derivados (bijus, aipim chips, banana chips, banana passas e bala)

Mel Galinha Ovos Porco Artesanato

Outros:

15. Principais produtos para o autoconsumo:

Palmeira real Pupunha Banana Mandioca

Inhame Arroz Feijão Hortaliças

Farinha de Mandioca Farinha de banana verde Compotas e conservas

Cachaças Derivados (bijus, aipim chips, banana chips, banana passas e bala)

Mel Galinha Ovos Porco Artesanato

Outros:

16. Você utiliza adubos químicos em sua produção?

Sim. Qual?

Não. Tem interesse na produção orgânica?

17. Quais são as principais dificuldades encontradas como agricultor?

	Alto	Médio	Baixo
Restrições das legislações ambientais vigentes			
Falta de assistência técnica			
Falta de apoio governamental e políticas públicas			
Dificuldade de acesso aos créditos e financiamentos			
Desvalorização da categoria			

Dificuldade de escoamento da produção (comercialização)			
--	--	--	--

Aspectos simbólicos

18. O que o motiva a continuar como agricultor em Guaraqueçaba/Antonina?

19. Qual a importância (significado) do solo, das matas e florestas?

	Alto	Médio	Baixo
Permite a produção de alimentos			
Preservação dos animais			
Conservação das águas			
Conservação do meio ambiente			
Garantia da qualidade de vida e bem estar			
Possibilita a sobrevivência e permanência no rural			
Outros:			

20. Quais são as comemorações, festas, danças, músicas e costumes que não existem mais na comunidade? Por que você acha que não acontece mais?

21. E quais existem atualmente?

Acesso aos recursos naturais da APA de Guaraqueçaba

22. Você já sofreu alguma multa, infração, ou algum tipo de violência/injustiça pela polícia ambiental?

() Sim. Como ocorreu?

() Não.

23. Você já precisou solicitar uma autorização ambiental em sua propriedade?

() Não.

() Sim - houve demora e burocracia no atendimento do pedido.

() Sim - não houve demora e o atendimento foi rápido.

Se a resposta adotada é SIM:

Teve algum auxílio nesse processo? Que tipo de auxílio?

24. Você acha que a Área de Proteção Ambiental interfere no seu cotidiano? Por quê?

25. Como visualiza a relação das comunidades com os órgãos ambientais?

Amigável

Não. Que tipos de conflitos existem?

26. Você sabe quem é ou conhece o atual gestor da APA de Guaraqueçaba?

Sim

Não

27. A sua comunidade tem uma cadeira no conselho da APA de Guaraqueçaba?

Sim. Quem é o representante dessa cadeira?

Não

Se a resposta adotada é SIM:

O conselheiro repassa as informações à comunidade?

Sim – conversa

Sim – reunião comunitária

Não

28. Você sabe o que é o plano de manejo da APA de Guaraqueçaba?

Sim

Não

29. Você foi consultado nos últimos meses sobre esse plano?

Sim. De que maneira?

Não.

30. Como você vê e define a atuação das ONGs (SPVS e Fundação Boticário) na região?

31. De que forma você pensa o desenvolvimento deste lugar?

Observação do entrevistador

A comunidade tem:

Escola

Posto de saúde

Agente de saúde

Orelhão

Energia elétrica

Água encanada

Igreja

Mercadoria

Sede comunitária

bens comuns

10.1.2 Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Identificação
Nome completo:
Instituição:
Formação acadêmica:
Cargo que ocupa:
Tempo de trabalho no local:
Tempo de trabalho com Unidades de Conservação:

Manejo e uso dos recursos naturais

1. Quais são as principais atividades que impactam negativamente a APA de Guaraqueçaba?

	Alto	Médio	Baixo
Extração ilegal de flora			
Caça			
Pastagens			
Espécies exóticas invasoras			
Incêndios e queimadas			
Expansão urbana			
Construção de infraestruturas			
Disposição de resíduos			
Turismo e recreação			
Influências externas			

2. Como é realizado esse monitoramento?

3. Como avalia as atividades dos agricultores familiares no interior da APA de Guaraqueçaba?

4. Você considera que essas atividades de exploração nos níveis atuais são prejudiciais à manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas da UC?

() Sim. Quais são os prejuízos?

() Não. Justificativa:

5. Como são realizadas as ações de fiscalização dentro da UC? Qual a frequência e efetividade dessas ações?

6. Os agricultores são devidamente informados sobre o que é permitido ou não fazer no interior da UC?

() Sim. Como são informados?

() Não são informados.

7. Os agricultores são orientados a demandarem licença ambiental? De quem é esse papel?

8. Como é a relação da instituição com as comunidades da APA de Guaraqueçaba?

9. Você considera que existem conflitos ambientais no interior da UC?

() Sim existem. Que tipo de conflitos?

() Não existem.

Se a resposta adotada é SIM:

O que você acredita que pode ser feito para minimizar esses conflitos?

10. Existem situações onde atividades de extrativismo e uso de recursos naturais, em princípio contrárias aos objetivos da área protegida, estão normatizadas por meio de acordos formais ou informais (TAC/ Licenças/ Ofícios) entre as comunidades e a gestão da UC?

() Sim existem. Quais?

Qual é o critério utilizado pela gestão da UC para permitir a liberação dessas atividades?

() Não existem.

Ações de gestão e programas de apoio

11. São desenvolvidas ações de educação ambiental, de comunicação e aproximação com as comunidades inseridas no interior e entorno da UC?

() Sim. Quais ações? Com que frequência?

() Não

12. Que dificuldades sua instituição encontra para trabalhar ações de educação ambiental e de comunicação nas áreas protegidas e entorno?

	Alto	Médio	Baixo
Financeira e econômica			
Ausência de técnicos qualificados			
Ausência de veículos de comunicação e/ou dificuldade de acessá-los			
Dificuldade para mobilizar o público			
Desconhecimento de métodos eficientes/eficazes para implementar ações de EA e comunicação			
Dificuldade de avaliação dos resultados			
Outras:			

13. O Conselho de Gestão da Unidade de Conservação reúne-se periodicamente?

() Sim

() Não

14. Qual a periodicidade das reuniões?

() bimestralmente

() semestralmente

() anualmente

15. Como são escolhidas as cadeiras dos representantes das comunidades no Conselho Gestor?

() Votação em assembleia geral

() Por bacia hidrográfica

Observações:

16. Como está sendo realizado o processo de elaboração do plano de manejo da APA de Guaraqueçaba?

17. Como a comunidade local está participando neste processo?

18. Sua instituição trabalha em parceria com outras instituições ou grupos? Se sim, quais?

- () Governo Estadual – Secretaria de Meio Ambiente
- () Governo Estadual – Instituto Ambiental do Paraná
- () Governo Estadual – Secretaria da Cultura
- () Prefeitura Municipal
- () EMATER - PR
- () SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
- () Fundação do Grupo Boticário
- () Universidade Federal do Paraná
- () Movimentos Sociais. Quais?
- () Outros:

19. Quais são os objetivos da UC para os próximos cinco anos?

20. De que forma você pensa o desenvolvimento deste lugar?

10.1.3 Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

Identificação

Nome completo:

Instituição:

Formação acadêmica:

Cargo que ocupa:

Tempo de trabalho na instituição:

Número de funcionários empregados na OSCIP:

1. Como surgiu a SPVS e porque de início optou-se por concentrar os trabalhos no Litoral do Paraná, em especial no município de Guaraqueçaba e posteriormente no município de Antonina?
2. Como citado na pergunta anterior, no começo a concentração dos trabalhos da SPVS se dá em Guaraqueçaba (1991), após recente criação da APA de Guaraqueçaba. Qual era o contexto na época?
3. Como é a relação da instituição com a gestão das Unidades de Conservação (ICMBIO) no geral e em especial com a APA de Guaraqueçaba e Reserva Biológica Bom Jesus?
4. A SPVS tem cadeira no Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba?
() Não
() Sim. Quem é o atual representante?
5. A SPVS foi consultada em relação ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba? Como está sendo a participação da instituição no processo de elaboração do Plano?
6. Quais são as principais atividades que impactam negativamente a APA de Guaraqueçaba?

	Alto	Médio	Baixo
Extração ilegal de flora			
Caça			
Pastagens			
Espécies exóticas invasoras			
Incêndios e queimadas			

Expansão urbana			
Construção de infraestruturas			
Disposição de resíduos			
Turismo e recreação			
Influências externas			

7. Como você avalia as atividades dos agricultores familiares no entorno das RPPNs e no interior da APA de Guaraqueçaba?

8. Você considera que essas atividades de exploração nos níveis atuais são prejudiciais à manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas da RPPN?

() Sim. Quais são os prejuízos?

() Não. Justificativa:

9. Como são realizadas as ações de fiscalização dentro das RPPNs? Qual a frequência e efetividade dessas ações?

10. A instituição trabalha em parceria com a Polícia Ambiental em relação à fiscalização? De que modo?

11. Como é a relação da instituição com as comunidades da APA de Guaraqueçaba?

12. Você considera que existem conflitos ambientais no entorno da RPPN (Reservas Naturais Morro da Mina, Cachoeira e Itaqui)?

() Sim existem. Que tipo de conflitos?

() Não existem. (DVD produzido em 2012 pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais – A economia verde versus a economia das comunidades. Site www.wrm.org.uy/Fotos de faixas com a seguinte fala: A SPVS e outras ONGs estão servindo de laranjas para estrangeiros corruptos que estão fazendo a exploração em nossa Mata Atlântica em uma área decretada por lei federal patrimônio nacional e tudo isso tem apoio dos governos e dos órgãos ambientais e até da polícia. Isso é perda de soberania).

Se a resposta adotada é SIM:

O que você acredita que pode ser feito para minimizar esses conflitos?

13. Quais as ações são desenvolvidas pela RPPN com objetivo de promover a educação ambiental, a comunicação e a aproximação com o entorno?

14. Sua instituição trabalha em parceria com outras instituições ou grupos? Se sim, quais?

- () Governo Federal - ICMBIO
- () Governo Estadual – Secretaria de Meio Ambiente
- () Governo Estadual – Instituto Ambiental do Paraná
- () Governo Estadual – Secretaria da Cultura
- () Prefeitura Municipal
- () Movimentos sociais. Quais?
- () EMATER – PR
- () Universidade Federal do Paraná
- () Outros:

15. Quais são os objetivos da OSCIP para os próximos anos?

16. que forma você pensa o desenvolvimento deste lugar?

10.1.4 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná

Identificação

Nome completo:

Instituição:

Cargo que ocupa:

Tempo de trabalho na instituição:

1. Como é a relação da instituição com as comunidades da APA de Guaraqueçaba?
2. Como é a relação da instituição com a gestão da APA de Guaraqueçaba?
3. Você considera que existem conflitos ambientais no interior e entorno da Unidade de Conservação?
() Sim existem. Que tipo de conflitos?
() Não existem.
4. Quais são as ações desenvolvidas pela EMATER – PR com objetivo de promover a assistência técnica, educação ambiental, comunicação e a aproximação com o produtor rural?
5. Quais são as dificuldades encontradas?
6. Sua instituição trabalha em parceria com outras instituições ou grupos? Se sim, quais?
() Governo Federal - ICMBIO
() Governo Estadual – Secretaria de Meio Ambiente
() Governo Estadual – Instituto Ambiental do Paraná
() Governo Estadual – Secretaria da Cultura
() Prefeitura Municipal
() SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
() Fundação do Grupo Boticário
() Universidade Federal do Paraná
() Movimentos Sociais. Quais?
() Outros:
7. De que forma você pensa o desenvolvimento deste lugar?